CONJUNTURA ECONÔMICA do Estado de Alagoas

ISSN 2237-5740

Jul-Dez/2012 | Volume 13

ESTADO DE ALAGOAS

Agricultura alagoana sente os efeitos da estiagem p. 29

Venezuela é o quarto maior destino das exportações alagoanas p. 47

Entrevista: Desempenho da economia alagoana em 2012 p. 101
com Luiz Otavio Gomes

Artigos

MARGENS E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA ALFACE E TOMATE: ESPECIFICIDADE DO CASO DE ALAGOAS

Alonso Barros da Silva Júnior
André Maia Gomes Lages
Fábio Correia da Silva

A "ARTE" DE SOBREVIVER NO PERÍODO ATUAL: A "PIRATARIA" DE CDS E DVDS EM UNIÃO DOS PALMARES – AL.

Fernando Antonio da Silva

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico

GOVERNO DE ALAGOAS
Gente que faz pela gente

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS

CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS

Jul-dez/2012

v.13 n.29

Maceió
2013

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
Governador - Teotonio Brandão Vilela Filho
Vice - Governador - José Thomaz Nonô Netto

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - Seplande
Secretário de Estado- Luiz Otavio Gomes
Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Orçamento – José Cândido do Nascimento
Chefe de Gabinete – Rafaelle Novais
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
Superintendente – Thiago José Tavares Ávila

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor – Anderson Henrique dos Santos Araujo

EQUIPE TÉCNICA
Cícera Dinalva Matos Dantas
Marcia Núbia Barbosa Lopes
Rosângela Maria de Melo My
Silvéte de Albuquerque Nogueira
Thiago Peixoto de Almeida Cavalcante

ESTAGIÁRIO
Gleyson Pereira Borges
Suane Gonçalves Pereira

EDITOR
Anderson Henrique dos Santos Araujo
EQUIPE DE REVISÃO
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery
Thiago José Tavares Ávila

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Coordenador de Comunicação – Lucas Lisboa
Assessor de Comunicação –Laís Pita
Designer Gráfico- Arthur de Almeida

NORMALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO
Biblioteca Luiz Sávio de Almeida
Gerente – Elisabete Maria Monteiro de Souza

NOTA EXPLICATIVA: a publicação teve início em 1977, com o título "Análise Conjuntural" e permaneceu até 1983. Em 1998 passou a ser denominada "Informativo Conjuntural". A partir de 2011 como "Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas". A sua periodicidade é semestral.

CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS é uma publicação anual da Seplande/AL.
Disponível para consultas e *download* no site http://www.seplande.al.gov.br . É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Bibliotecária Responsável: Maria Gorileide P. de Oliveira – CRB-4/1524

Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas. Ano 13, nº 29(1977)- .
-Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2013.
v.: il Color.; 21cm
Semestral
Período: jul-dez/2012
Continuação de: Informativo Conjuntural
ISSN 2237-5740
1. Economia – Alagoas. 2. Estatística – Alagoas

CDU 31: 33(813.5)

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – Seplande
R. Dr. Cincinato Pinto, 503 - Centro - Maceió-Alagoas
CEP.: 57020-050 - Fone: (82) 3315-1504 - Fax: (82) 3315-1525

http://www.seplande.al.gov.br
biblioteca@seplande.al.gov.br

sumário

APRESENTAÇÃO 5

ARTIGO 1 7

MARGENS E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA ALFACE E TOMATE: ESPECIFICIDADE DO CASO DE ALAGOAS

CONJUNTURA ECONÔMICA

Agricultura 22
Indústria 32
Balança Comercial 40
Comércio Varejista 50
Turismo 57
Mercado de Trabalho 64
Finanças Públicas 71

ARTIGO 2 86

A "ARTE" DE SOBREVIVER NO PERÍODO ATUAL: A "PIRATARIA" DE CDS E DVDS EM UNIÃO DOS PALMARES – AL.

ENTREVISTA 101

LUIZ OTAVIO GOMES

OUTRAS PUBLICAÇÕES 107

NORMAS PARA ENVIO DE ARTIGOS 109

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (Seplande), por meio da Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento, apresenta a 29ª edição da Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas. A publicação mostra a movimentação da economia alagoana no segundo semestre de 2012, composta por novas temáticas e análises. O estudo inclui pesquisas, análises setoriais, índices econômicos, infográficos, artigos científicos e uma entrevista.

A Conjuntura traz informações de curto prazo sobre os segmentos primário, secundário e terciário da economia nacional, regional e estadual. Os dados referem-se às atividades agrícolas, com foco nas lavouras temporárias e permanentes, indústria, além de informações relativas ao turismo e transportes, comércio, energia, balança comercial e finanças públicas.

O estudo aborda ainda o comportamento da produção, do consumo, das oscilações registradas no mercado de trabalho formal alagoano em 2012. Destarte, a publicação conta com dois artigos científicos, os quais demonstram uma análise do comportamento das margens e dos canais de comercialização da alface e tomate e a arte de sobreviver no período atual: o comércio ilegal de CDs e DVDs em União dos Palmares. Por fim, uma entrevista sobre o crescimento industrial de Alagoas nos últimos anos e as perspectivas para a economia alagoana endossa a publicação.

Estudos como este são de vital importância para expressar a dinâmica econômica do Estado, definindo a situação da economia em setores distintos e em curto espaço de tempo. Outro ponto importante, é que este produto tem o intuito de proporcionar confiança aos investidores e consumidores que se interessem pelo território alagoano.

Em nome de toda equipe envolvida no processo, registro aqui os nossos agradecimentos às instituições e às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, seja no fornecimento de dados estatísticos ou na produção de textos que integram esta publicação.

Luiz Otavio Gomes

Secretário

ARTIGO 1

MARGENS E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA ALFACE E TOMATE: ESPECIFICIDADE DO CASO DE ALAGOAS.

Alonso Barros da Silva Júnior[1]

André Maia Gomes Lages[2]

Fábio Correia da Silva[3]

RESUMO

Estudar o processo de comercialização de um produto agrícola em uma região é de fundamental importância, pois possibilita geração de conhecimento de como o mercado funciona e se comporta. O alface e o tomate estão entre as cinco culturas hortícolas de maior demanda para consumo no Brasil, mas com algumas diferenças de comportamento regional. Para garantir um abastecimento adequado, estabilidade nos preços e preservação do poder aquisitivo dos consumidores, é preciso aprofundar o entendimento das nuances de seu consumo. Este estudo tem como objetivo: 1) analisar e descrever as principais características dos canais de comercialização atacadista e varejista da alface e tomate no âmbito de Alagoas, e; 2) analisar os resultados empíricos de margens de comercialização e transmissão de preços destas culturas.

Palavras-chaves: Cadeia Produtiva, Margem de Comercialização, Transmissão de preço.

[1] Graduado em Engenharia Agronômica e mestrando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: jr.econo@hotmail.com.

[2] Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor de graduação e mestrado em economia pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: andre_lages@msn.com.

[3] Graduado em Ciências Econômicas e mestrando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail:fcsfabio@gmail.com.

ABSTRACT

Studying the process of marketing an agricultural product in a region is of fundamental importance because it enables the generation of knowledge of how the market works and behaves. The lettuce and tomatoes are among the five vegetable crops of higher demand for consumption in Brazil, but with some regional differences in behavior. To ensure an adequate supply, price stability and preserving the purchasing power of consumers, it is necessary therefore to deepen the understanding of the nuances of their consumption. This study aims to: 1) analyze and describe the main features of marketing channels and wholesale lettuce and tomato in Alagoas, and 2) analyze the results empirical marketing margins and price transmission in these cultures.

Key Words: Productive Chain, Marketing Margin, Price Transmission.

1. INTRODUÇÃO

Os preços agrícolas são claramente mais instáveis que os preços da maioria dos produtos e serviços não agrícolas. A natureza biológica da produção agrícola impõe algumas causas a essa instabilidade de preço. Isto faz com que a produção planejada seja bastante diferente da produção efetivamente obtida, pois as variações climáticas e incidências de pragas e doenças provocam variações da produtividade. As variações estacionais da produção também contribuem para a instabilidade dos preços (BRANDT, 1980). As diferenças de condições edafo-climáticas, por sinal, entre as regiões brasileiras geram complementaridades, quando bem geridas, o abastecimento com estabilidade nos preços.

O estudo, portanto, sobre a formação das margens de preços da comercialização de alguns produtos agropecuários se torna um importante instrumento. O intuito é questionar a respeito da formação dos preços pagos pelos consumidores, assim como sobre como se caracteriza a formação dos preços nos canais de comercialização.

Para isso será utilizado os modelo de elasticidade transmissão de preço, que irá ajudar a entender a formação do preço do atacado para o varejo, até o consumidor final.

1.2. OBJETIVOS

Esse trabalho tem por objetivo geral analisar o comportamento das margens de comercialização e fazer a análise de transmissão de preços na comercialização de alguns produtos agropecuários no Estado de Alagoas nos diferentes canais analisados.

São objetivos específicos: (i) analisar fatores que justifiquem os resultados; (ii) mostrar diferenças um tanto inesperadas para justificar tais diferenças de resultados entre os dois produtos, tais como: origem da produção (fator locacional). e (iii) tentar difundir o uso de um método de análise eficiente, e que descortina resultados incapazes muitas vezes de serem percebidos comumente.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido aqui em quatro etapas. Além dessa introdução, conta com mais quatro seções; a segunda trata do material e métodos, a qual mostra como serão calculadas às margens de comercialização para cada intermediário e define a análise de transmissão de preços na comercialização. Explica então os canais de comercialização e expõe sumariamente como foi executada a pesquisa para coleta dos dados. A terceira parte analisa os resultados. E, finalmente, a quarta trata das conclusões desse ensaio.

O estudo referente aos preços de atacado foi realizado com base nos dados obtidos na Central de Abastecimento de Alagoas S/A - CEASA/AL nos anos de 2008, 2009 e 2010, sendo aproveitados os dados encontrados no Instituto de Desenvolvimento Rural de Alagoas (IDERAL). Os dados referentes aos preços na CEASA-AL, no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2010, foram fornecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento do Estado de Alagoas- IDERAL/ Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas. Diariamente é feito um controle dos principais

produtos hortifrutigranjeiros comercializados nas dependências do IDERAL-CEASA-AL, onde são computados os preços, o volume e a procedência de cada produto. Os preços mensais comercializados são obtidos pelo somatório das quantidades diárias computadas na planilha de coleta. Os dados foram todos trabalhados no Excel 2007, onde os mesmos foram coletados da CEASA e separados em dados mensais. Os dados de varejo são frutos de uma coleta realizada mensalmente pela Secretária de Planejamento do Estado de Alagoas.

A análise das margens de comercialização foi abordada sob o aspecto de margens total, margens relativas e elasticidade da transmissão de preços para os diferentes produtos pesquisados. A metodologia utilizada foi conforme indicada por Marques e Aguiar (1993) e adaptada de Teixeira, Abdallah e Lessa (2006), como será discutida abaixo:

2.1 DADOS

Os dados da pesquisa são mostrados abaixo onde são divididos por produto, nas tabelas que vão de 1 a 2.

Tabela 1: Alface

Continua

Preço de atacado em R$	Preço de varejo em R$	Margem bruta em R$
0,1694	0,76	0,5906
0,1529	0,81	0,6571
0,1421	0,8	0,6579
0,1605	0,88	0,7195
0,1474	0,85	0,7026
0,1375	0,91	0,7725
0,15	0,98	0,83
0,1265	1,03	0,9035
0,12	0,88	0,76
0,1325	0,87	0,7375
0,1289	0,85	0,7211
0,1139	0,94	0,8261
0,12	0,85	0,73
0,1	0,9	0,8
0,1294	0,88	0,7506
0,1468	0,97	0,8232
0,1432	0,93	0,7868
0,1211	0,94	0,8189
0,15	1,02	0,87
0,116	1,1	0,984
0,1215	0,93	0,8085
0,129	0,93	0,801
0,1111	0,91	0,7989
0,1333	0,94	0,8067
0,14	0,99	0,85
0,1133	1,12	1,0067
0,1305	1,03	0,8995

Tabela 1: Alface

Conclusão

Preço de atacado em R$	Preço de varejo em R$	Margem bruta em R$
0,1071	1,05	0,9429
0,1186	1,1	0,9814
0,1188	1,12	1,0012
0,1363	1,11	0,9737
0,1326	1,08	0,9474
0,183	1,12	0,937
0,1279	1,08	0,9521
0,1416	1,17	1,0284
0,1659	1,14	0,9741

Fonte: dados primários da pesquisa

Tabela 2: Tomate

Preço de atacado em R$	Preço de varejo em R$	Margem bruta em R$
0,586	1,41	0,824
0,838	1,96	1,122
1,2185	1,82	0,6015
1,0765	2,04	0,9635
1,2185	3,15	1,9315
1,3625	3,51	2,1475
1,4285	3,24	1,8115
0,694	1,95	1,256
0,41	1,33	0,92
0,53	1,4	0,87
0,737	1,69	0,953
1,5835	2,78	1,1965
0,9675	2,87	1,9025
0,888	2,37	1,482
0,6595	1,82	1,1605
1,0315	2	0,9685
1,4605	3,04	1,5795
1,408	2,97	1,562
1,375	2,78	1,405
0,8825	2,42	1,5375
0,5715	2,02	1,4485
0,9475	1,78	0,8325
0,8335	1,95	1,1165
0,5415	1,85	1,3085
0,4665	1,59	1,1235
0,7535	1,88	1,1265
1,1885	2,5	1,3115
1,5695	3,17	1,6005
1,2	3,46	2,26
0,7355	3,04	2,3045
0,6105	1,51	0,8995
0,4105	1,72	1,3095
0,41	1,26	0,85
0,463	1,44	0,977
0,442	1,66	1,218
0,5705	1,73	1,1595

Fonte: dados primários da pesquisa

2.2 MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO

Quando os intermediários exercem suas atividades, incorrem numa série de despesas como salários, aluguéis, impostos, depreciação etc., os que são definidos como custos de comercialização (MARQUES; AGUIAR, 1993).

Considera-se nesse ensaio que todo custo de transação é um custo de comercialização, porém, nem todo custo de comercialização é um custo de transação. Custos relacionados à produção não podem ser obviamente considerados como custos de transação. ao passo que, quando os agentes se relacionam contratualmente (formal ou informal), surgem os custos de transação, bem explicados na contribuição de Williamson (1996).

Margem de comercialização é a diferença no preço dos produtos nos diferentes níveis de mercado expresso em unidades equivalentes. (MARQUES; AGUIAR, 1993).

A margem é definida como:

M= C + L

Onde:

C: Custo;

L: Lucro (ou prejuízo do intermediário).

Utilizou-se para esse trabalho o cálculo das margens total e margem relativa, como é descrito abaixo pelas fórmulas:

MT = Pv – Pp

MTC= (Pv – Pp) x 100

Pv

Onde:

MT = Margem total;

Pv = Preço do varejo;

Pp = Preço do produtor;

MTC = Margem relativa total.

2.3 ELASTICIDADE TRANSMISSÃO DE PREÇO

Segundo GUJARATI (2000) que demonstra um modelo conhecido como modelo de regressão exponencial que é demonstrado abaixo:

$Yi = \beta 1\ \beta 2 Xi \beta 2\ eui$

Que pode ser expresso como:

$\ln Yi = \ln \beta 1 + \beta 2\ \ln Xi + ui$

Onde: ln = logaritimo natural (isto é logaritimo com base e = 2,718).

Reescrevendo o modelo temos:

$\ln Yi = \alpha + \beta 2\ \ln Xi + ui$

Onde: $\alpha = \ln \beta 1$, este modelo é linear nos parâmetros α e $\beta 2$, linear nos logaritmos Y e X, e pode ser estimado mediante uma regressão de MQO. Dada essa linearidade, esses modelos são denominados modelos *log-log*, *duplo-log* ou *log-lineares*.

Um aspecto que chama a atenção no modelo log-log, que fez desse muito difundido nos trabalhos de aplicação, é que o coeficiente angular $\beta 2$ mede a elasticidade de Y e em relação a X, isto é a variação percentual de Y correspondente a cada variação percentual (pequena) em X.

A elasticidade de transmissão de preços irá demonstrar quanto o preço em um determinado nível de mercado irá variar percentualmente, quando o preço em outro nível de mercado variar em 1%. Adaptando o modelo acima para $\ln Pv = \ln \beta 1 + \beta 2 \ln Pp$.

O coeficiente β2 irá indicar, então, a elasticidade de transmissão de preços, do nível de atacado para o nível de varejo, ou seja, quanto em termos percentuais vai variar o preço de varejo (Pv) quando o preço do atacado variar (Pp).

Quando a elasticidade for menor que 1, então as variações no preço do varejo são menos que proporcionais às variações de preços ao nível de atacado, quando for igual a 1, então as variações são transmitidas na mesma medida, e quando for maior que 1, elas são transmitidas mais que proporcionalmente.

3. RESULTADOS

3.1 ANÁLISE DOS PRODUTOS PESQUISADOS

A alface (*Lactuca sativa*) é uma das hortaliças mais importantes do mercado brasileiro. Tem-se como entendimento que foi introduzida no país pelos portugueses, no século XVI, tornando-se atualmente a folhosa mais consumida pelos brasileiros. A folha contém vitamina A, C, Niacina, minerais, como Cálcio, Fósforo e Ferro.

A alface é originária do Leste do Mediterrâneo, e utilizada na alimentação desde 500 a.C. É cultivada em todo o mundo para o consumo em saladas. A alface se apresenta em vários tipos de folhas, cores, formas, tamanhos e texturas. Mais uma vez, há diferenças de tipo consumida por região do país, embora fuja do escopo desse trabalho aprofundar tal ponto.

Em Alagoas, a partir da criação de um cinturão verde concentrado na produção de hortaliças na mesorregião do agreste, no município de Arapiraca, uma espécie de polo de desenvolvimento dessa região, chegou-se a auto suficiência na produção de alface. Esse fato é interessante, porque se tratou (cinturão verde) de uma forma bem sucedida de compensar a queda da produção fumageira na estrutura agrária desconcentrada daquela localidade. Esperava-se uma forte crise por toda uma

organização agroindustrial voltada para o fumo, mas, pelo menos, a nível de produtor, isso não aconteceu.

O tomate é uma das hortaliças de maior importância econômica no mundo (FAO, 1998), ainda assim menos consumida que a alface no caso brasileiro. Destaca-se pelo seu valor nutricional. Caracteriza-se por possuir alto teor de caroteno, tiamina, niacina e vitamina C, sendo um fruto rico em licopeno (ANDREUCCETTI et. al., 2005).

O tomate representa atualmente o maior volume de produção entre as hortaliças no Brasil, com aproximadamente 3,8 milhões de toneladas produzidas em 2008. O Estado de Goiás lidera o *ranking* de produção de tomate no Brasil. Em 2008, produziu aproximadamente 1,15 milhões de toneladas, ou seja, 30 % da produção brasileira, mantendo a posição de maior produtor nacional (IBGE, 2008).

No Estado de Alagoas, o tomate é a segunda hortaliça mais produzida, ficando atrás somente da batata-doce. A produção em 2008 foi de 3,07 mil toneladas (IBGE, 2008), demonstrando a importância socioeconômica dessa hortaliça para o Estado.

3.2 ANÁLISE DAS MARGENS

Tabela 3: Preço médio do Kg. da alface na Ceasa e Seplande.

Produto	Preço de atacado	Preço de Varejo	Margem Bruta	Margem Relativa
Alface	R$ 0,13	R$ 0,97	R$ 0,84	86,02%

Fonte: dados primários da pesquisa

O atacado, aqui representado pela CEASA, enquanto o varejo fortemente atrelado aos supermercados, tem-se que a margem relativa é superior para o alface. Esse fato deve estar atrelado a três aspectos principais: (i) questões de perecibilidade, associado a forma em que o tomate é comprado ainda "verde" em relação ai alface, praticamente pronto para o consumo, o que deve induzir maiores perdas. (ii). Por outro lado, o Estado ainda não é autossuficiente em tomate e existe uma ainda, pode se dizer,

maior especialização e eficiência do canal de distribuição (ou comercialização) do tomate.

Tabela 4: Preço médio do Kg. do tomate na Ceasa e Seplande.

Produto	Preço de atacado	Preço de Varejo	Margem Bruta	Margem Relativa
Tomate	R$ 0,89	R$ 2,20	R$ 1,31	60,05%

Fonte: dados primários da pesquisa

Com relação a cotação de preço médio do Kg. da alface comercializadas no Atacado e no varejo, percebe-se que no atacado o preço é de R$ 0,13, menor que o preço de atacado do tomate, que foi de R$ 0,89. Já com relação ao preço de varejo, observa-se que a tendência continua, o preço da alface é de R$ 0,97, enquanto que o preço de varejo do tomate fica em torno de R$ 2,20. A margem bruta mostrou-se maior no tomate que é de R$ 1,31 contra R$ 0,84 da alface. A Margem relativa se mostrou maior na alface que é de 86,02% seguido do tomate com 60,05%. O preço de compra reflete também o fato justamente do tomate ter um canal de comercialização maior.

3.3 ELASTICIDADE TRANSMISSÃO DE PREÇO

A mesma abordagem foi utilizada por Teixeira, Abdallah e Lessa (2006) adaptada de Marques e Aguiar (2003). Os resultados que foram obtidos quanto à determinação das elasticidades dos preços:

Alface

LnPv = -0,1944 + (-0,0787LnPp)

Valores Tc = (-0,6622) (-0,5430)

n = 36

Entre os coeficientes estimados, percebe-se que o coeficiente angular da função não se mostrou significativo ao nível de 5% de significância. Esse valor indica que as alterações nos preços de venda da alface analisadas no varejo não sofrem influências significativas das alterações nos preços realizados pelos atacadistas.

Tomate

LnPv = 0,8616 + 0,5840LnPp

Valores Tc = (27,8576) (8,8897)

n = 36

O coeficiente angular da função se mostrou significativo ao nível de 5% de significância, Indicando que as alterações nos preços de venda do tomate analisadas no varejo sofrem influências significativas das alterações nos preços realizados pelos atacadistas.

Como já analisado anteriormente, o alface está em franca evolução na produção estadual, o que implica modificar parcialmente seu perfil de produto importado para produto com total produção local para abastecimento do mercado. Essa alteração certamente influencia na clara falta de robustez dos resultados alcançados. Em outras palavras, existe um claro processo de transição no período em análise no canal de comercialização da alface diferentemente do que acontece com o tomate ainda parcialmente "importado" sem alterações significativas nesse status. Essa situação influenciou nitidamente nos resultados obtidos para cada caso em termos de elasticidade de transmissão de preços.

4. CONCLUSÃO

É importante conhecer o funcionamento dos preços relacionados aos produtos agrícolas, em especial as hortaliças, como um instrumento na adoção de políticas públicas para um melhor desenvolvimento dos canais de comercialização estudados, garantia de abastecimento e segurança alimentar. Isso passa por uma melhor compreensão de como esses mercados funcionam. A de se observar que produtos mais perecíveis, como as hortaliças, sofrem mais com a climatização e tem uma necessidade de comercialização mais rápida em comparação com outros produtos hortifrutis.

No caso, as diferenças de performance entre tomate e alface em Alagoas são devidas ao fato de como se dá o processo de comercialização nos dois casos, estando ainda o canal de comercialização do alface em franco processo de mudança, o que impacta em novas relações contratuais e etc.

Por fim, com o avanço da agricultura familiar, a forma de política pública conduzida pelo governo como pelo, por exemplo, Programa de Aquisição de Alimentos, é cada vez mais necessário conhecer as cadeias produtivas e canais de comercialização nesse contexto para garantir resultados que ajustem o produtor familiar a se ajustar a essa nova realidade que de fato o beneficia. Isso deve acontecer sem prejuízo para outros elos da cadeia produtiva, ou outras formas de comercialização, dado que pode haver harmoniosa convivência que deve até aumentar a agregação de valor e a renda dos agentes envolvidos. Esse e outros temas são, no entanto, parte de uma agenda de pesquisa ainda a ser explorada e foge ao foco desse pequeno trabalho.

5. REFERÊNCIAS

ANDREUCCETTI, C.; FERREIRA, M.D.; GUTIERREZ, A.S.D.; TAVARES, M. Caracterização da comercialização de tomate de mesa na CEAGESP: perfil dos atacadistas. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v.23, n.2, p.324-328, abr-jun 2005.

BRANDT, S. A. **Comercialização Agrícola**. Piracicaba, Livroceres, 1980.195 p.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica.** São Paulo: Makron books, 2000. 846p.

MARQUES, P. V. e AGUIAR, D. R.D. **Comercialização de Produtos Agrícolas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,1993.295p.

WILLIAMSON, Oliver E. The Mechanism of Governance. New York: Oxford University Press, 1996.

6. SITES ACESSADOS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Banco de dados agregados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=p&o=20>. Acesso em 20 jul. 2011.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas. Disponível em: http://www.ideral.al.gov.br/. Acesso em 20 jul. 2011.

Cultura da Cebola - Secretaria da Agricultura, Irrigação, e Reforma Agrária da Bahia. Disponível eem: <www.seagri.ba.gov.br/cebola1.htm>. Acesso em 21 jul. 2011.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Análise - 2º Semestre /2012

1. Agricultura

1.1 Brasil

A produção brasileira de grãos na safra de 2011/2012, de acordo com o décimo segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), foi estimada em 165,8 milhões de toneladas que superou a safra 2010/2011 com um aumento de (1,9%). Este resultado advém do crescimento da cultura de milho na segunda safra, devido às condições climáticas favoráveis e uso de tecnologia.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no Brasil a cultura do milho está dividida em duas safras: a primeira denominada de verão que são realizadas em todos os estados, durante o período chuvoso, variando entre fins de agosto, na região Sul, até os meses de outubro/novembro; Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, este período ocorre no início do ano. A segunda safra conhecida como "safrinha", plantada em Rondônia, Tocantins e parte da Bahia.

A safra 2011/2012 da produção de grãos obteve um desempenho abaixo do esperado devido ao clima desfavorável, principalmente nas fases de desenvolvimento das culturas. As mais prejudicadas foram às lavouras de milho e de soja nos estados da região Sul, parte do Sudeste e no Sudoeste de Mato Grosso do Sul[1].

A safra brasileira de grãos no período 2011/2012 será reduzida, devido as fortes estiagens verificadas nas Regiões Sul e Nordeste que comprometeram fortemente o plantio, desenvolvimento e a produtividade das lavouras.

Tabela 1- Comparativo das estimativas de área, produtividade e produção de grãos Brasil - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012

Regiões	Área (em mil ha)			Produtividade (em Kg/ha)			Produção (em mil ton)		
	Safra			Safra			Safra		
	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%
Norte	1.702,20	1.795,00	5,5	2.709	2.761	1,9	4.610,60	4.956,30	7,5
Nordeste	8.750,90	7.335,10	-16,2	1.828	1.700	-7,0	15.997,90	12.470,40	-22,0
Centro-Oeste	16.898,10	18.805,40	11,3	3.359	3.764	12,1	56.759,10	70.779,30	24,7
Sudeste	4.797,30	4.872,30	1,6	3.688	4.047	9,7	17.693,10	19.717,90	11,4
Sul	17.724,10	18.047,70	1,8	3.822	3.212	-16,0	67.742,30	57.972,00	-14,4
Brasil	49.872,60	50.855,50	2,0	3.264	3.262	-0,1	162.803,00	165.895,90	1,9

Fonte: Conab
Dados Trabalhados pela Seplande – Sinc

[1] Ressalta-se que nas outras regiões do Brasil, a produção de milho apresentou resultados satisfatórios.

Na safra 2011/2012, a área plantada está estimada em 50,85 milhões de hectares, o total é (2,0%) maior que o cultivado em 2010/2011, a qual totalizou 49,87 milhões de hectares. De acordo com a Conab, este resultado foi motivado, sobretudo pela não consolidação de plantios em alguns estados da região Nordeste.

A tabela 2 apresenta os dados da área plantada, produtividade e produção dos quatro produtos brasileiros mais significativos das safras 2010/2011 e 2011/2012. A cultura de algodão em caroço, na safra 2011/2012, no que se refere à área plantada ficou definida em 1.393,4 mil hectares ou (-0,5%) inferior à área cultivada na safra anterior. A produção, estima-se em (-5,3%), inferior à safra 2010/2011, podendo totalizar cerca de 4.913,3 mil toneladas.

A baixa produtividade e a redução da produção do algodão tiveram como fator principal as já citadas condições climáticas adversas observadas ao longo de todo o ciclo da planta, principalmente nas regiões Sul e Nordeste do Brasil. A produtividade do algodão em caroço correspondeu uma média de 3.526 kg/ha em 2011/2012, e no período 2010/2011, correspondeu 3.705 kg/ha.

Tabela 2- Comparativo das estimativas de área, produtividade e produção
Brasil - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012

Produtos	Área (em mil ha)			Produtividade (em Kg/ha)			Produção (em mil ton)		
	Safra			Safra			Safra		
	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%
Algodão em caroço	1.400,3	1.393,4	-0,5	3.705	3.526	-4,8	5.188,4	4.913,3	-5,3
Feijão total	3.990,0	3.256,9	-18,4	935	890	-4,8	3.732,8	2.899,1	-22,3
Milho total	13.806,1	15.156,7	9,8	4.158	4.799	15,4	57.406,9	72.731,0	26,7
Soja	24.181,0	25.042,2	3,6	3.115	2.651	-14,9	75.324,3	66.383,0	-11,9

Fonte: Conab
Dados Trabalhados pela Seplande – Sinc

A produção brasileira de feijão registrou um decréscimo de (-22,3%) no comparativo entre as duas safras em análise; passaram de 3.732,8 mil toneladas para 2.899,1 mil toneladas. Este resultado se deve à redução na área plantada, que passou de 3.990,0 mil hectares na safra 2010/2011 para 3.256,9 mil hectares na safra mais recente, além das adversidades climáticas enfrentadas pelos produtores da região

Nordeste e dos estados na região Sul em função da falta de chuvas em épocas críticas para o desenvolvimento da cultura.

A cultura do milho totalizou uma produção de 72,73 milhões de toneladas, com uma variação de (26,7%) em relação à safra 2010/2011. Este aumento na produção foi devido à segunda safra de milho, enquanto que a primeira safra apresentou uma ligeira queda, em relação à safra 2010/2011. Como consequência da forte estiagem e da redução na safra nos EUA, Argentina e Região Sul do Brasil, aumentou o preço do produto no mercado internacional, e estimulou o plantio do milho no Brasil. O clima favorável no período da segunda safra de milho em toda a fase produtiva da lavoura foi responsável pelos recordes de produtividade na maior parte dos estados da região Centro-Sul (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais São Paulo e Paraná) especialmente nos dois maiores produtores de grãos do país: Mato Grosso e Paraná. A área plantada deste produto no período 2011/2012, foi de 15.156,7 milhões de hectares, representando um acréscimo de (9,8%) em relação ao desempenho verificado na safra anterior.

A produção de soja foi estimada em 66,3 milhões de toneladas na safra 2011/2012, que corresponde a 8,94 milhões de toneladas inferiores à produção da safra anterior. Esta redução resultou-se da forte estiagem que atingiu toda região sul e parte do nordeste, apresentando um decréscimo de (-11,9%) na produção e de (−14,9%) da produtividade, quando comparados à safra 2010/2011. A região Centro-Oeste foi a que menos sofreu com as estiagens, portanto a produção foi estimada, em 34,9 milhões de toneladas com um acréscimo de (2,8%) em relação à safra 2010/2011. Este aumento se deve ao incremento da área plantada que passou de 10.819,4 para 11.495,2 mil hectares, o qual corresponde a um crescimento (6,2%).

A produtividade da oleaginosa está estimada em 2.651 kg/ha, ou seja, (-14,9%) no comparativo entre as duas safras. Esta redução foi devido às condições climáticas pelo fenômeno *La nina* que provocou longas estiagens na região produtora afetando os estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e parte de Mato Grosso, que comprometeu o desenvolvimento e a produtividade da lavoura.

A lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão no Brasil. A previsão do total de cana moída na safra 2012/2013 é de 595,13 milhões de toneladas, com aumento de (6,2%) em relação à safra 2011/2012, que foi de 560,36 milhões de toneladas. De acordo

com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o aumento é resultante das boas condições climáticas, especialmente na região Centro-Sul, que corresponde os estados do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Goiás e Minas Gerais.

A produção de cana-de-açúcar da região Centro-Sul está prevista para 535,43 milhões de toneladas, (8,2%) maior que a produção da safra anterior. O estado de São Paulo é o maior produtor com (51,87%) que corresponde 4.419,46 mil hectares, seguido por Goiás (8,52%) ou 725,91 mil hectares; Minas Gerais (8,47%) corresponde a 721,86 mil hectares; Paraná (7,17%) ou 610,83 mil hectares; Mato Grosso do Sul (6,37%) corresponde a 542,70 mil hectares; Alagoas (5,23%) ou 445,71 mil hectares; e Pernambuco com 3,84% corresponde a 327,61 mil hectares. Nos demais estados produtores as áreas são menores, com representações abaixo de 3%.

Tabela 3- Comparativo das estimativas de área, produtividade e produção de Cana-de-açúcar Brasil - Safra 2011/2012 - Safra 2012/2013

Cana-de-Açúcar	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em Kg/ha)			Produção (Em mil ton)		
	Safra			Safra			Safra		
	2011/2012	2012/2013	Var%	2011/2012	2012/2013	Var%	2011/2012	2012/2013	Var%
Brasil	8.356,10	8.520,54	2,0	67.060	69.846	4,2	560.363,80	595.126,60	6,2
Nordeste	1.108,20	1.113,51	0,5	56.755	50.825	-10,4	62.896,70	56.593,90	-10,0
Alagoas	463,65	445,71	-3,87	59.755	53.000	-11,3	27.705,40	23.622,60	-14,7

Fonte: Conab
Dados Trabalhados pela Seplande – Sinc

De acordo com o sexto levantamento da Conab, a previsão da produção nacional de grãos para a safra 2012/2013 é 183,5 milhões de toneladas, correspondendo um aumento de (10,5%) sobre a safra 2011/2012. Esta estimativa foi menor do que a publicada no quinto levantamento desta mesma instituição. O excesso de chuvas na Região Centro-Oeste aliado às estiagens no Nordeste, foram fatores condicionantes à revisão dos dados.

1.2 Nordeste

A produção de grãos do Nordeste estimada pela Conab, no décimo segundo levantamento, deverá sofrer um decréscimo de (-22,0%), o que corresponde a 12,4 milhões de toneladas na safra 2011/2012 em relação à safra 2010/2011, cuja produção foi de 15,9 milhões de toneladas.

O Piauí foi o único estado nordestino que apresentou bom desempenho no setor com um crescimento de (1,0%), enquanto os demais apresentaram variações negativas na safra 2011/2012 comparada à safra anterior. No tocante à produtividade dos grãos, estima-se 1,7 Kg/ha para a safra 2011/2012, o que corresponde a um decréscimo de (−7,0%) quando comparada com a safra 2010/2011 cujo resultado apresentado foi de 1,8 Kg/ha.

Os resultados na produção de grãos não foram satisfatórios devido a forte estiagem registrada na região do semiárido nordestino que causou perdas expressivas na pecuária e na agricultura. As consequências da irregularidade de chuvas nas culturas de feijão e de milho apresentam perdas superiores a (80,0%). No estado da Paraíba, estimam-se perdas de (93,5%) na produção de feijão e de (95,7%) no milho. No Rio Grande do Norte, perda de (89,6%) na produção de feijão e de (90,1%) no milho, e no Ceará as perdas são de (87,3%) no feijão e (92,2%), na cultura do milho.

Tabela 4- Comparativo das estimativas de área, produtividade e produção de grãos
Nordeste - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012

Estados	Área (em mil ha)			Produtividade (em Kg/ha)			Produção (em mil ton)		
	Safra			Safra			Safra		
	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%
Maranhão	1.583,5	1.533,6	-3,2	2.089	1.906	-8,8	3.308,5	2.922,5	-11,7
Piauí	1.146,2	1.173,9	2,4	1.974	1.947	-1,4	2.262,3	2.286,0	1,0
Ceará	1.434,1	1.014,6	-29,3	936	169	-81,9	1.342,7	171,8	-87,2
Rio Grande do Norte	157,1	20,7	-86,8	687	580	-15,6	108,0	12,0	-88,9
Paraíba	329,9	79,4	-75,9	439	98	-77,7	144,8	7,8	-94,6
Pernambuco	634,2	442,1	-30,3	587	165	-71,9	372,3	73,1	-80,4
Alagoas	122,6	69,0	-43,7	822	813	-1,1	100,8	56,1	-44,3
Sergipe	268,4	243,0	-9,5	3.792	2.510	-33,8	1.017,7	609,9	-40,1
Bahia	3.074,9	2.758,8	-10,3	2.387	2.305	-3,4	7.340,8	6.358,5	-13,4
Nordeste	**8.750,9**	**7.335,1**	**-16,2**	**1.828**	**1.700**	**-7,0**	**15.997,9**	**12.471,6**	**-22,0**

Fonte: Conab
Dados Trabalhados pela Seplande – Sinc

De acordo com o décimo segundo levantamento da Conab, a região Nordeste apresentou uma queda média de (-22,0%) na produção. Os desempenhos mais baixos foram verificados nos estados da Paraíba, que registrou queda de (-94,6%) na produção; Rio Grande do Norte, (-88,9%); e Ceará, (-87,2%). No Maranhão, a queda foi de (-11,7%), e na Bahia, (-13,4%).

No estado da Paraíba, as perdas ultrapassaram os (93%) na produção de feijão e (95%) no milho. No Ceará as perdas foram de (87,3%) no feijão e (92,2%), na cultura do milho. Nos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe tiveram perdas de (80,4%), (44,3%) e (40,1%), respectivamente.

Nos estados do Maranhão, Piauí e Bahia as perdas foram menores por causa da compensação das culturas semeadas nas regiões de cerrados que contam com produtividades comparáveis com as do Centro-Sul.

No Rio Grande do Norte, o último levantamento feito pela Conab, indica a perda de (89,6%) na produção de feijão e de (90,1%) no milho. No geral, ou seja, considerando o resultado do cultivo de todos os grãos (algodão em caroço, arroz, feijão, girassol, milho e sorgo) a perda foi de (88,9%), considerada uma das maiores dos últimos 30 anos.

As culturas mais significativas da região Nordeste (algodão em caroço, feijão total (todas as safras), milho total e soja) estão apresentadas na **tabela 5**. No Nordeste, a produção de algodão em caroço está estimada em cerca de 1,4 milhão de toneladas na safra 2011/2012 que significa um decréscimo de (-20,9%) em relação à safra anterior. A produção localizada no cerrado dos estados do Piauí e Maranhão apresentam os maiores incrementos da região, com respectivamente, (10,1%) e (3,9%). Na região Nordeste a seca foi excessiva este ano, como citado anteriormente, o que provocou grande redução na produção nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Bahia.

Tabela 5 - Comparativo das estimativas de área, produtividade e produção
Nordeste - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012

Produtos	Área (em mil ha)			Produtividade (em Kg/ha)			Produção (em mil ton)		
	Safra			Safra			Safra		
	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%
Algodão em caroço	450,5	460,4	2,2	3.899	3.017	-22,6	1.756,5	1.388,8	-20,9
Feijão total	2.173,5	1.505,4	-30,7	442	193	-56,3	961,1	290,9	-69,7
Milho total	3.147,7	2.423,4	-23,0	1.947	1.802	-7,4	6.128,0	4.366,3	-28,7
Soja	1.945,7	2.117,1	8,8	3.213	2.880	-10,4	6.251,5	6.096,3	-2,5

Fonte: Conab
Dados Trabalhados pela Seplande – Sinc

O feijão apresenta uma área cultivada na região Nordeste de 1.505,4 mil hectares na safra 2011/2012, ou seja, (-30,7%) menor que na safra 2010/2011, com 2.173,5 mil hectares. Em relação à produção de feijão, houve uma redução de (−69,7%), cuja produtividade foi 193 kg/ha, ou seja, (-56,3%) menor que a da safra anterior. Esta redução é justificada pela falta de chuvas, que prejudicou a produção na maioria dos estados nordestinos, sobressaindo o estado do Rio Grande do Norte (89,6%) e Paraíba (93,5%).

Na Região Nordeste, a área destinada ao cultivo do milho, de acordo com a Conab, na safra 2011/2012, apresenta 2.423,4 mil hectares com um decréscimo de (-23,0%) em relação à safra anterior, que foi de 3.147,7 mil hectares. Assim, a produtividade do milho apresentou (-7,4%), menor que o índice alcançado na safra anterior, que registrou um rendimento de 1.947 kg/ha. A produção regional foi estimada em 4,3 milhões de toneladas, com decréscimo de (-28,7%) em relação à safra 2010/2011. O estado do Piauí se destaca como o maior produtor de milho da região, com previsão de colheita de 787,2 mil toneladas na safra 2011/2012, que será de (11,6%) superior à da safra anterior.

A produção de soja no Nordeste, representados pelos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, de acordo com estimativa do décimo segundo levantamento da Conab, atingirá na safra 2011/2012 um valor correspondente a 6.096,3 mil toneladas de soja, que representará uma queda de (-2,5%), comparado com a safra de 2010/2011. Esta redução foi ocasionada em razão de baixas precipitações pluviométricas no final do ciclo da cultura de soja no estado da Bahia que sofreu um decréscimo de 324,9 toneladas representando uma redução para o estado de (-9,3%) na produção.

Já os estados do Piauí e do Maranhão foram beneficiados pelas boas condições climáticas que foram favoráveis ao crescimento da lavoura da soja, e obtiveram um acréscimo de (10,4%) e (3,2%), respectivamente. A estiagem afetou o rendimento médio, que reduziu (-10,4%), apesar do crescimento na área plantada apresentar um aumento de (8,8%). No estado do Piauí a produção da cultura na safra 2011/2012, foi a maior, com um crescimento de (10,4%).

A produção de cana-de-açúcar na região nordeste conforme dados da **tabela 3** foi estimada em 56.593,9 mil toneladas na safra 2012/2013 apresentando uma redução de (-10,0%) em relação à safra 2011/2012. O clima não favorável ao desenvolvimento dos canaviais provocou uma redução nas previsões iniciais da safra, porém, como a safra desta região se estende até março/abril de 2013, o quadro ainda pode ser alterado.

A previsão da produção de grãos no Nordeste na safra 2012/2013 deve alcançar 14,1 milhões de toneladas, com um aumento de (12,9%) sobre a safra 2011/2012.

A seca atingiu a região nordeste em 2012 e prejudicou o resultado da produção de grãos que foi abaixo do esperado, enquanto que o prognóstico para a próxima safra é de melhora na produção para a Região. Já a safra de grãos prevista para a Bahia, maior produtor da região, é de até 7 milhões de toneladas, alta de (10,8%) sobre a safra passada. Os Estados do Maranhão e Piauí também devem elevar a produção: as altas podem chegar a (12,4%) e (11,2%), respectivamente.

1.3 Alagoas

A produção alagoana de grãos deverá atingir 56,1 mil toneladas na safra 2011/2012, (-43,3%) quando comparada a safra anterior, que apresentou 100,8 mil toneladas, como mostra a **tabela 4.** Segundo a Conab, o principal motivo da queda de produção foi o clima desfavorável, que afetou a região Nordeste.

A estimativa da área plantada com grãos no Estado é de 69,0 milhões de hectares na safra 2011/2012, de acordo com o já citado levantamento feito pela Conab. A área é (-43,7%) menor do que a plantada na safra anterior, que foi de 122,6 milhões de hectares.

O algodão herbáceo é uma importante alternativa de cultivo para a região semiárida do Estado de Alagoas, onde está localizada a maioria das áreas de produção dessa cultura. O algodão apresentou uma redução de (-50,0%) na produção entre as

safras analisadas. Já a produtividade passou de 320 Kg/ha na primeira para 300 Kg/ha na segunda, uma redução de (-6,3%).

Tabela 6 - Comparativo de área, produtividade e produção
Alagoas - Safra 2010/2011 - Safra 2011/2012

Produtos	Área (Em mil ha) Safra			Produtividade (Em Kg/ha) Safra			Produção (Em mil ton) Safra		
	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%	2010/2011	2011/2012	Var%
Algodão em caroço	0,6	0,2	-66,5	320	300	-6,3	0,2	0,1	-50,0
Arroz	3,0	3,0	-	6.046	5.650	-6,5	18,1	17,0	-6,1
Feijão	61,8	36,1	-41,6	510	460	-9,8	31,5	16,6	-47,3
Milho	57,2	29,7	-48,1	893	754	-15,6	51,1	22,4	-56,2

Fonte: Conab
Dados Trabalhados pela Seplande – Sinc

A produção de arroz apresentou um decréscimo de (-6,1%) na safra 2011/2012 quando comparada a safra anterior. Em 2010/2011 foram registradas 18,1 mil toneladas de arroz enquanto que em 2011/2012 a produção foi de 17,0 mil toneladas. Não houve alteração na área plantada, conservou aproximadamente três mil hectares. A produtividade foi (-6,5%) menor que a da safra anterior, que registrou 5.650 Kg/ha.

Já safra de feijão, em 2011/2012 apresentou um desempenho negativo, uma vez que houve um decréscimo de (-9,8%) no rendimento médio em relação à safra anterior, como também uma redução na produção passando de 31,5 mil toneladas em 2010/2011 para 16,6 mil toneladas na safra 2011/2012. Este resultado negativo foi causado pelas condições climáticas não favoráveis.

A produção de milho no Estado de Alagoas acompanhou a tendência das outras culturas na safra 2011/2012. A área plantada composta por 29,7 mil hectares obteve uma produção de 22,4 toneladas, o que corresponde a uma variação de (-56,2%) em relação à safra anterior.

A estiagem comprometeu a produção alagoana de cana-de-açúcar para safra 2012/2013. De acordo com as previsões do setor, a variação em relação ao ciclo passado deve ser de (-14,7%), passando a produção de 27.705,4 para 23.622,6 toneladas em 2012/2013. Está prevista para a cana-de-açúcar uma produtividade de 59,5 Kg/ha na safra 2012/2013, valor (-11,3%) menor que o da safra anterior.

A previsão na produção de grãos para Alagoas na safra 2012/2013 deve alcançar 63,3 mil toneladas, com o aumento de (12,8%) sobre a safra 2011/2012. Em 2012 o Agreste e o Sertão de Alagoas enfrentaram uma seca de grandes proporções, que acumulou perdas na safra de 2011/2012. Em relação à próxima safra, a expectativa é de aumento na produção de grãos, a depender das condições climáticas.

A produção de cana-de-açúcar em Alagoas de acordo com a safra 2012/2013 tem uma previsão de redução de (4,47%) em relação à safra anterior. Essa redução está atrelada ao intenso período de estiagem que atingiu a região na entressafra, entre abril e julho de 2012, refletindo no rendimento da cana-de-açúcar.

2. Indústria

2.1 Brasil

A indústria brasileira no acumulado de 2012 registrou queda de (-2,7%) em relação ao ano de 2011, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) realizada pelo IBGE. A indústria perdeu ritmo, no último trimestre do ano, assinalando retração e trabalhando com níveis relativamente baixos de produção, principalmente nos últimos meses do ano.

Esta redução foi influenciada por vários fatores como: uma grande quantidade de produtos importados no mercado, a lenta recuperação da confiança do empresariado, combinados com níveis de inadimplência mais altos e comprometimento maior da renda familiar, conjugados também com o cenário econômico internacional adverso, ou seja, a economia mundial tem apresentado desaceleração em 2011 de (3,8%) e 2012 de (3,3%). Dentre outros fatores que justificam esse cenário, destacam-se a crise nos países da Zona do Euro e a recuperação econômica lenta dos EUA

Neste contexto, o desempenho da indústria brasileira foi abaixo do esperado mesmo com uma série de medidas de política econômica voltadas para incentivar o setor em 2012, as desonerações fiscais para consumo, como também a queda na taxa básica de juros, a oferta abundante de crédito e o estímulo à desvalorização da moeda no segundo semestre, a produção e a produtividade industrial não demonstraram recuperação.

Tabela 7- Indicadores da Produção Industrial por Categoria de Uso
Brasil – Acumulado de Janeiro a dezembro de 2011-2012

Categorias de Uso	Variação (%)	
	Dezembro 2012/dezembro 2011	Acumulado 12 Meses
Bens de Capital	-14,7	-11,8
Bens Intermediários	-2,5	-1,7
Bens de Consumo	-1,4	-1,0
Duráveis	-3,5	-3,4
Semiduráveis e Não Duráveis	-0,8	-0,3
Indústria Geral	-3,6	-2,7

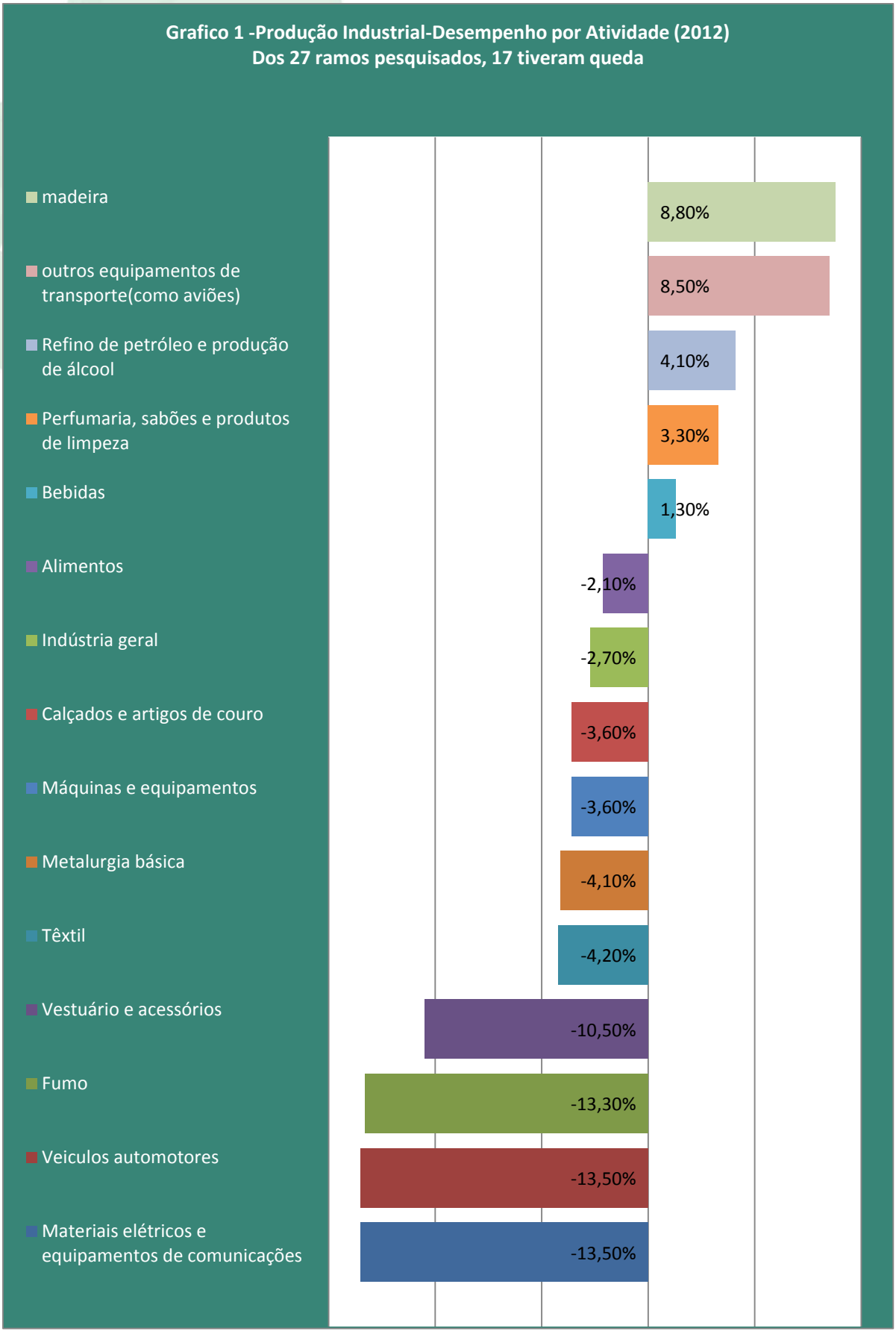
Fonte: IBGE
Dados Trabalhados pela Seplande – Sinc

O setor industrial apresentou taxas negativas em todas as categorias de uso, como mostra a **tabela 7**, a maior retração em 2012 foi observada na categoria de bens de capital (máquinas e equipamentos usados pela própria indústria), que teve queda de (-11,8%) e bens de consumo duráveis que reduziu (-3,4%), estes setores foram pressionados especialmente pela menor fabricação de bens de capital para transporte (caminhões, caminhão-trator para reboques e semi-reboques, veículos para transporte de mercadorias e chassis com motor para caminhões e ônibus), bens de capital de uso misto (computadores e monitores de vídeo) e bens de capital para construção, e de telefones celulares, motocicletas, fornos de microondas, relógios, televisores, ventiladores, aparelhos de ar-condicionado de paredes/janelas e automóveis, no segundo. Os bens intermediários (indústrias que fabricam matéria-prima para outras indústrias) reduziram (-1,7%), enquanto os bens de consumo e os semi e não duráveis (bens voltados ao consumidor de pequena duração, como alimentos), reduziu (-0,3%) assinalou o resultado negativo mais moderado entre as categorias de uso em 2012.

No índice acumulado no ano de 2012, para todas as categorias de uso, dezessete dos vinte e sete ramos industriais pesquisadas tiveram queda, com destaque para veículos automotores (-13,5%), material elétrico e equipamentos de comunicação (−13,5%) e máquinas e equipamentos (-3,6%).

Em relação aos dez setores que tiveram altas e evitaram uma queda maior da indústria brasileira, em especial o refino de petróleo e álcool (4,1%), outros produtos químicos (3,4%) e outros equipamentos de transporte como aviões (8,5%).

Grafico 1 -Produção Industrial-Desempenho por Atividade (2012)
Dos 27 ramos pesquisados, 17 tiveram queda



Fonte: IBGE
Dados Trabalhados pela Seplande – Sinc

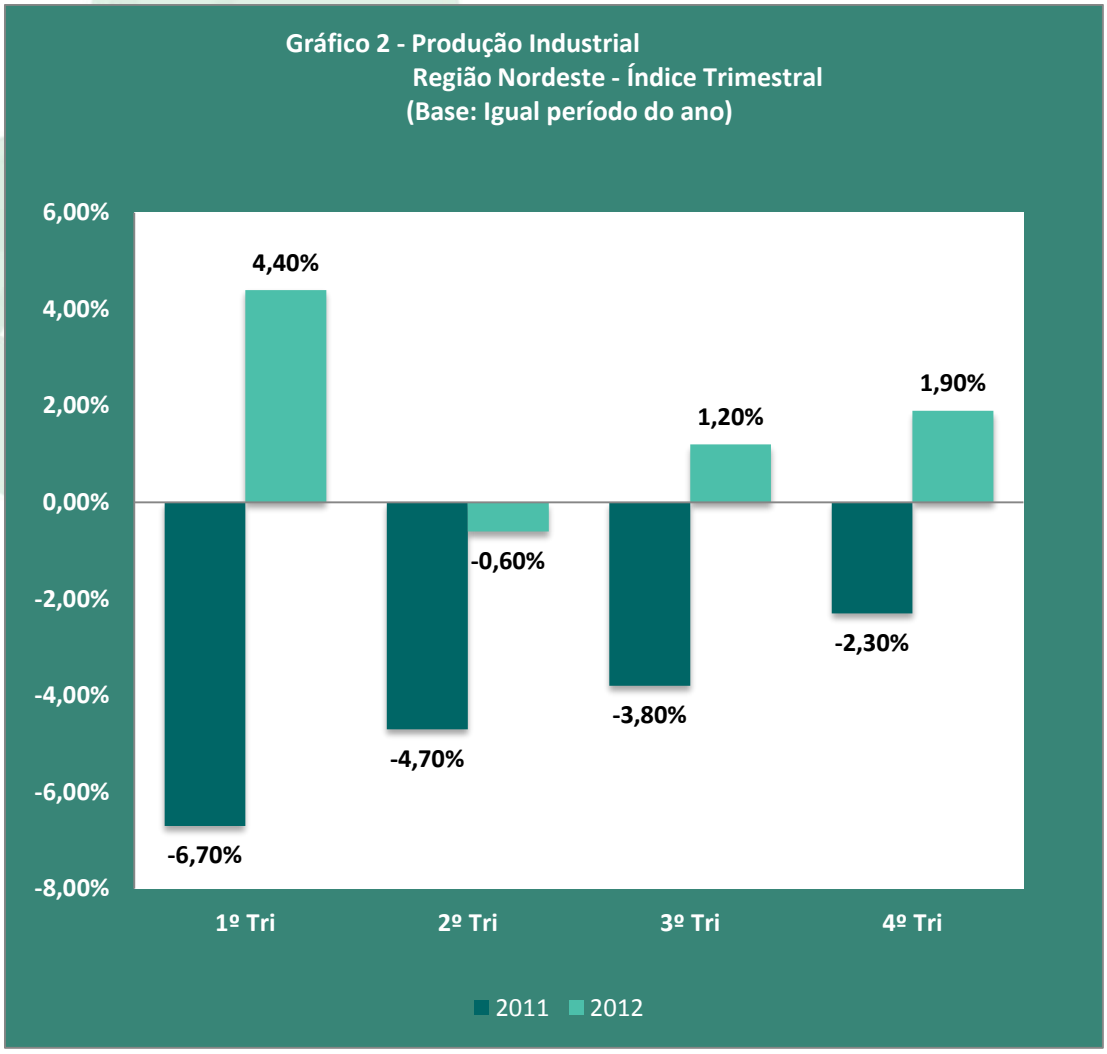
A expectativa para a indústria brasileira em 2013 é de que o crescimento da produção seja compensatório ao declínio ocorrido em 2012. A recuperação poderá ser maior, superando a casa dos (2,5%), se surtirem efeitos positivos as medidas de redução de custos e de juros e menor valorização da moeda.

2. Nordeste

A produção industrial nordestina cresceu (1,7%) no ano de 2012, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional, do IBGE. Este crescimento foi devido à expressiva presença de indústrias de refino de petróleo, de papel e celulose, que ajudaram a impulsionar e a compor o quadro de retomada na região. Essas atividades, no Nordeste, mostraram cenário mais favorável em 2012, com expansão em torno de (3,6%) na produção de refino de petróleo e álcool, e expansão de cerca de (8,0%) na atividade do setor químico.

No indicador acumulado para o ano de 2012, a indústria nordestina cresceu com cinco dos onze setores pesquisados apontando expansão na produção. O principal impacto positivo sobre o total da indústria foi observado na atividade de produtos químicos (8,0%), influenciado em grande parte pela maior produção de etileno não-saturado, policloreto de vinila (PVC) e polietileno de alta e baixa densidade. Vale citar também os resultados positivos assinalados por refino de petróleo e produção de álcool (3,6%), minerais não-metálicos (4,6%), celulose, papel e produtos de papel (3,3%) e calçados e artigos de couro (4,1%). Por outro lado, as contribuições negativas mais relevantes foram registradas pelos setores de metalurgia básica (-3,4%), alimentos e bebidas (-0,8%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-8,8%) e produtos têxteis (-2,0%).

Na análise trimestral, a indústria nordestina avançou (1,9%) no quarto trimestre de 2012, que apresentou um crescimento no ritmo frente ao resultado do terceiro trimestre de (1,2%), ambas as comparações contra igual período do ano anterior. Esse maior dinamismo foi verificado em oito dos onze setores pesquisados, com destaque para os ramos de refino de petróleo e produção de álcool, que passou de (9,6%) no período julho-setembro para (14,9%) no trimestre seguinte, de metalurgia básica de (-10,7%) para (-2,3%) e de produtos têxteis de (2,0%) para (13,7%).



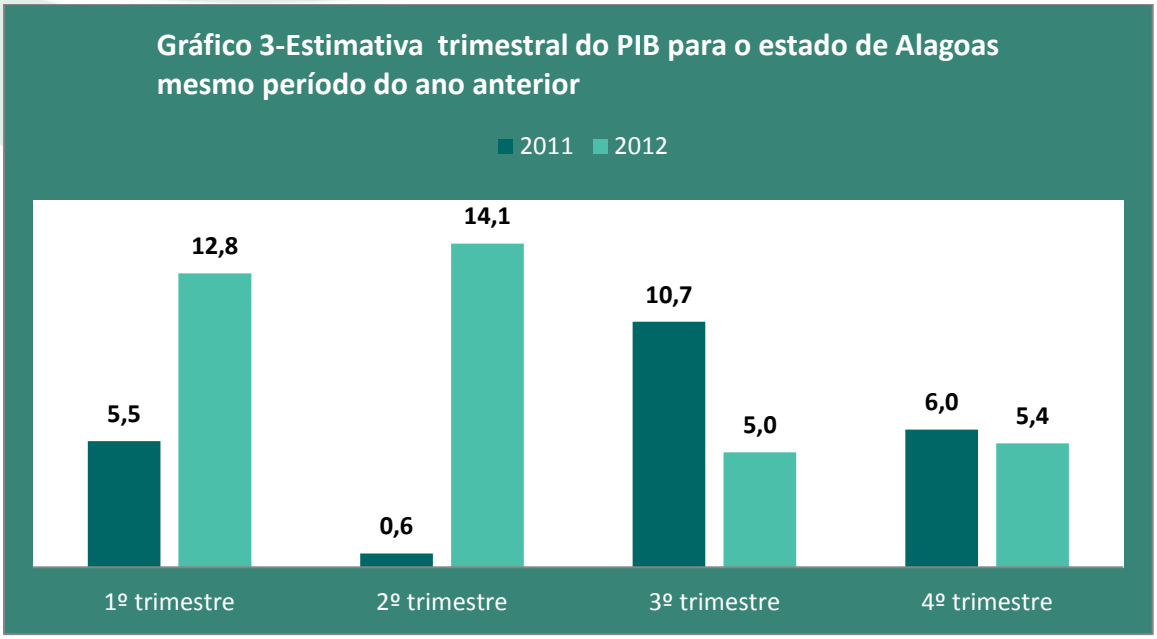
Fonte: IBGE
Dados Trabalhados pela Seplande – Sinc

A perspectiva para 2013 é positiva para a indústria nordestina, visto que essa atravessa por um momento de grandes investimentos, com crescimento acima da média nacional. O consumo das famílias é o grande trunfo da economia regional, e reflete as condições favoráveis de expansão do crédito e da massa salarial. Além disso, a indústria nordestina vem se recuperando nos últimos meses. Isto se deve sobretudo aos incentivos à produção de calçados, vestuário e têxtil, que utilizam mão de obra intensiva, e aos segmentos vinculados ao setor de bens intermediários, como produtos químicos, papel e celulose.

2.3 Alagoas

O comportamento da produção industrial é analisado de acordo com os dados da estimativa trimestral do Produto Interno Bruto do Estado de Alagoas, divulgados pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (Seplande).

Gráfico 3-Estimativa trimestral do PIB para o estado de Alagoas mesmo período do ano anterior



Fonte: Seplande
Dados Trabalhados pela Seplande – Sinc

De acordo com o **gráfico 3**, verifica-se que a indústria alagoana no terceiro trimestre de 2012 registrou um aumento (5,0%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento, do setor industrial, deve-se principalmente ao sub-setor da construção civil visto que o mesmo apresentou alta (8,7%) motivados pelo estimulo a aquisição da casa própria *vide* programa habitacional "Minha Casa Minha Vida".

Este bom desempenho é também auferido quando do exame do consumo industrial de energia elétrica, no qual esta *variável* aumentou em (25,14%) no período em exame.

Com base nos boletins divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), outros eventos corroboraram para o desempenho da indústria alagoana no terceiro trimestre de 2013. Apesar da diminuição nas vendas nos meses de julho e setembro, motivadas principalmente pelo arrefecimento no setor sucroenergético nesse semestre, os demais setores apresentaram resultados satisfatórios, sobretudo no

mês de Agosto. Nesse mês, a indústria química cresceu 18% no comparativo com 2011 e aumentou sua capacidade instalada com a implantação de uma nova unidade da BRASKEM, com capacidade para produzir 2000 mil toneladas de PVC por ano.

No quarto trimestre de 2012 a indústria alagoana aumentou (5,4%) em relação ao mesmo período de 2011. O resultado foi obtido devido a manutenção do bom desempenho da indústria, com destaques para a Construção Civil (5,6%) que continuou crescendo com a manutenção dos incentivos do governo federal para o setor, tais como: redução do IPI, redução da taxa de juros para compra de material de construção e também a continuidade dos programas do governo federal. Em relação ao subsetor de transformação, este apresentou um acréscimo de (3,9%) devido ao acréscimo dos produtos químicos de (7,1%).

Utilizando os indicadores da FIEA, verificamos os seguintes resultados. No mês de outubro, um crescimento nas vendas industriais de 18,07%, mesmo com os resultados negativos do setor sucroenergético. Em novembro, os resultados foram negativos, mesmo com os pacotes de incentivo ao setor, não apresentaram recuperação expressiva. Em dezembro, a indústria alagoana fechou a participação com resultados poucos expressivos no tocante a venda, mas com crescimento em outros setores, sobretudo o químico, pelas razoes já justificadas anteriormente.

Em síntese, em 2012 a indústria alagoana cresceu (10,3%) com destaque para o resultado positivo da indústria de transformação, que obteve um crescimento de (9,5%). O bom desempenho da indústria deveu-se entre outros fatores pela inauguração de uma nova planta na cadeia químico-plástico, a retomada aos patamares de produção da principal fábrica de PVC e pelos números no tocante ao consumo de cimento que impactaram positivamente a construção civil. Dos índices que compõem a indústria de transformação, o setor de alimentos e bebidas apresentou um acréscimo de (5,9%), e os produtos químicos, que engloba toda a Cadeia da Química e do Plástico do Estado, cresceu (22,8%).

As perspectivas para o setor industrial alagoano são bastante animadoras. A cadeia química e do plástico vem se fortalecendo no Estado, com a instalação de novas plantas e ampliação nas capacidades das empresas existentes. Destarte, uma indústria de cimento ecológico, e empresas de grande porte na área de insumos para construção

civil começaram a montar novas unidades em Alagoas, com estimativas de mais de 700 novas admissões e inversões de cerca de R$ 200 milhões de reais.

É bem sabido que a estrutura produtiva industrial alagoana é concentrada na produção dos derivados da cana-de-açúcar, porém, um balanço do setor industrial do Estado no ano de 2012 reflete o esforço do governo estadual na dinamização da economia alagoana. Esta política se traduz na atração de indústrias para o Estado por meio do subsídio fiscal. Ao longo deste ano 12 (doze) indústrias se instalaram ou estão em vias de se instalar no território alagoano; quatro delas já estão em operação, cinco estão em obras e três no projeto. Estas plantas correspondem a um investimento produtivo na ordem de R$ 464.950.204,69. Os segmentos contemplados foram: bioenergia; alimentos; bebidas; derivados de plástico e metal; equipamentos eletrônicos; hotelaria; estofados; movelaria e derivados da construção civil. Este tipo de esforço tem capacidade de gerar impactos positivos em todos os setores da economia, seja na geração de renda e emprego de qualidade, assim como no desenvolvimento de uma dinâmica autônoma da economia alagoana.

3. Balança Comercial

3.1 Brasil

De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), a Balança Comercial Brasileira registrou um *superávit* em 2012, de aproximadamente US$ 19 bilhões. Apesar desse comportamento, o saldo apresentou uma queda de (-34,7%) em relação ao ano anterior. Isto ocorreu devido algumas variações em decorrência da instabilidade no cenário externo, causada pela crise financeira mundial e a queda no nível de preço de algumas *commodities*.

Tabela 8: Saldo da Balança Comercial
Brasil - 2011 - 2012
US$ 1.000FOB

Período	Exportação			Importação			Saldo	
	2011	2012	Var(%)	2011	2012	Var(%)	2011	2012
Janeiro	15.214.353	16.141.225	6,1	14.817.070	17.447.733	17,7	397.283	-1.306.507
Fevereiro	16.732.470	18.027.792	11,7	15.539.081	16.321.798	5,0	1.193.389	1.705.994
Março	19.285.977	20.910.732	16,0	17.733.424	18.891.042	6,5	1.552.553	2.019.691
Abril	20.172.977	19.566.298	-6,4	18.313.321	18.686.692	2,0	1.859.656	879.607
Maio	23.208.657	23.214.807	18,7	19.686.323	20.255.010	2,9	3.522.334	2.959.797
Junho	23.689.079	19.352.834	-16,6	19.260.130	18.549.068	-3,7	4.428.949	803.767
Julho	22.251.877	21.003.237	-5,6	19.114.268	18.132.999	-5,1	3.137.609	2.870.239
Agosto	26.158.507	22.380.911	-14,4	22.262.099	19.156.324	-13,9	3.896.408	3.224.587
Setembro	23.285.058	19.998.383	-14,1	20.213.244	17.445.679	-13,7	3.071.814	2.552.704
Outubro	22.139.953	21.763.368	-1,7	19.778.147	20.104.128	1,6	2.361.806	1.659.240
Novembro	21.773.463	20.471.896	-6,0	21.203.083	20.659.147	-2,6	570.380	-187.252
Dezembro	22.127.204	19.748.291	-10,8	18.325.707	17.499.511	-4,5	3.801.497	2.248.780
Total	**256.039.575**	**242.579.776**	**-5,3**	**226.245.898**	**223.149.130**	**-1,4**	**29.793.677**	**19.430.645**

Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

As Exportações Brasileiras registraram US$ 242,5 bilhões em 2012, com uma redução de (-5,3%), em relação ao ano anterior. O acirramento na competição do mercado internacional que dificultou as vendas externas, aliado a queda no preço das *commodities*, como o minério de ferro e o açúcar foram fatores condicionantes ao desempenho. A variação negativa dos preços de fato foi o principal responsável pela redução do valor das exportações, no período em analise.

De acordo com a **tabela 9**, observou-se uma retração em relação a 2011, de todos os produtos semimanufaturados com (−8,3%), básicos (−7,4%), e os manufaturados (−1,7%). Entre os semimanufaturados, o destaque foi para o ferro e aço

(−17,2%), alumínio em bruto (−15,9%), ferro fundido (−15,8%) e açúcar em bruto (−13,82%). A soja, o café (em grão) e o minério de ferro são alguns dos produtos básicos cujas quantidades vendidas diminuíram no período. Quanto aos manufaturados, produtos com maior grau de industrialização, houve queda no comércio de automóveis, açúcar refinado e autopeças. Este resultado foi devido à reduzida demanda mundial em função do baixo crescimento dos países desenvolvidos e arrefecimento do crescimento chinês.

De acordo com a **tabela 9**, os principais produtos exportados representaram aproximadamente (50,0%) da pauta da exportação brasileira. Minério de ferro e seus concentrados com (12,8%), Óleos brutos de petróleo (8,4%), Soja mesmo triturada (7,2%), Açúcar de cana, em bruto (4,1%), Carne de frango (2,8%), Farelo e resíduos da extração de óleo de soja (2,7%), Café cru em grão (2,4%), Milho em grãos (2,2%), Óleos combustíveis (2,1%) e Aviões (1,9%) foram os itens que apresentaram resultados mais expressivos.

Tabela 9: Os Dez Principais Produtos da Pauta de Exportação
Brasil –2011- 2012
US$ 1.000 FOB

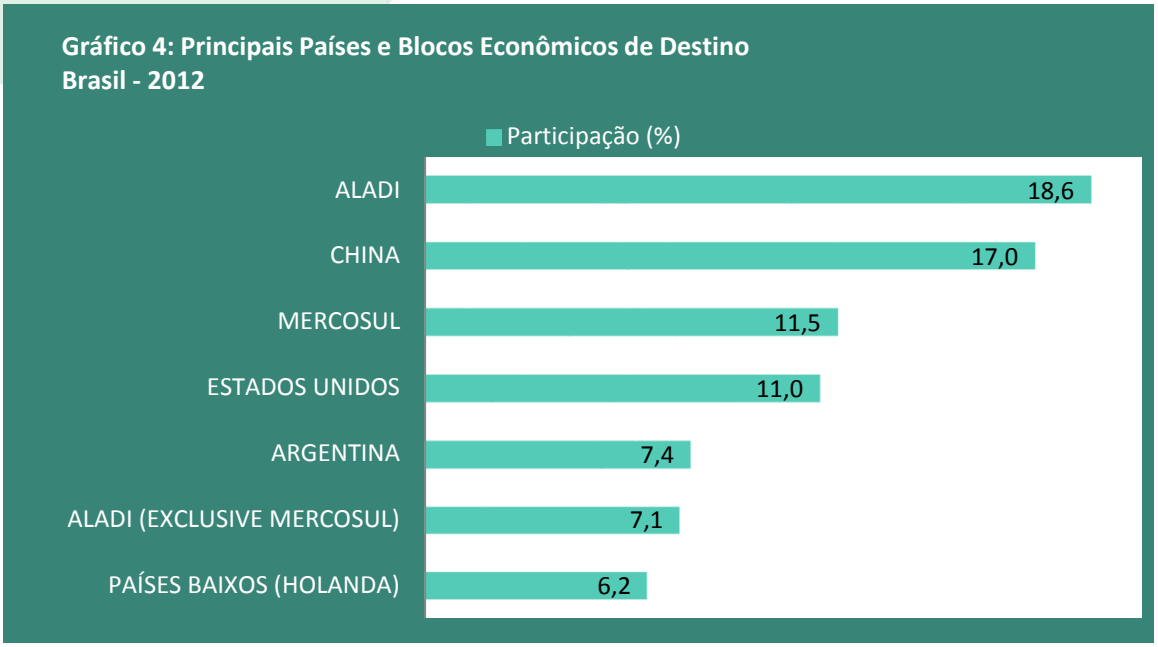
Principais produtos exportados	Ranking		2011	Part. (%)	2012	Part. (%)
	2011	2012				
Minérios de ferro e seus concentrados	1	1	41.817.251	16,3	30.989.296	12,8
Óleos brutos de petróleo	2	2	21.603.300	4,4	20.305.877	8,4
Soja mesmo triturada	3	3	16.327.287	6,4	17.455.200	7,2
Açúcar de cana, em bruto	4	4	11.548.786	4,5	10.030.103	4,1
Carne de frango congelada, fresca ou refrig.	6	5	7.063.214	2,8	6.732.381	2,8
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	7	6	5.697.860	2,2	6.595.457	2,7
Café cru em grão	5	7	7.999.955	3,1	5.721.721	2,4
Milho em grãos	10	8	2.624.526	1,0	5.287.267	2,2
Óleos combustíveis	14	9	3.772.744	1,5	5.039.034	2,1
Aviões	13	10	3.923.954	1,5	4.746.599	1,9

Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

O destino das exportações brasileiras em 2012 sofreu um decréscimo em quase todos os mercados, exceto os Estados Unidos. Os principais mercados de destino foram: A China, com US$ 41,2 bilhões, mantendo como o principal comprador de produtos brasileiros, mesmo com uma queda de (7,0%) causada pela redução da demanda de minério de ferro; Estados Unidos, com US$ 26,8 bilhões, aumentando as compras no Brasil em (3,5%) com destaque para o etanol US$ 2,2 bilhões; Argentina, que importou

US$ 18 bilhões, quase (21,0%) menos que em 2011, pelas ações restritivas de seu governo que favoreceu o comércio com países de fora do Mercosul. Este bloco econômico importou do Brasil (14,1%) menos que no ano anterior; Países Baixos se mantiveram com US$ 15 bilhões, e o Japão, com US$ 8 bilhões. Os países a seguir: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Japão, compraram aproximadamente (45,0%) que corresponde a US$ 109 bilhões de todo o valor vendido pelo Brasil em 2012..

Gráfico 4: Principais Países e Blocos Econômicos de Destino
Brasil - 2012



Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc
Nota.: Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)

As Importações Brasileiras apresentaram um saldo de US$ 223,1 bilhões, com uma queda de (-1,4%), em relação ao ano anterior. Esta redução se deve, principalmente, à desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e ao aumento na taxa de câmbio. Os principais produtos da pauta de importação, segundo a tabela 10, foram: Óleos brutos de petróleo (6,0%), Automóveis de passageiros (4,3%), Partes e peças para veículos automóveis (3,0%), Óleos combustíveis (3,0%), Medicamentos para medicina humana e veterinária (2,7%), Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos (1,9%), Naftas (1,9%), Partes de aparelhos transmissores ou receptores (1,6%), Cloreto de potássio (1,6%) e Gás natural (1,5%).

Tabela 10: Os dez principais produtos da pauta de importação
Brasil – 2011 -2012
US$ 1.000 FOB

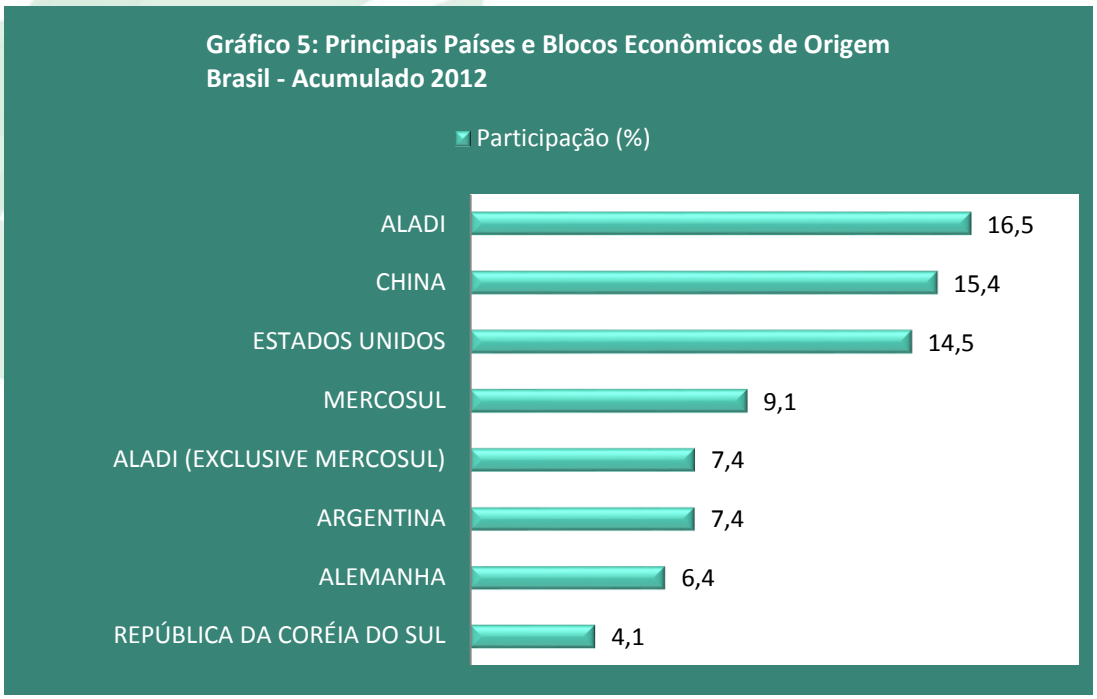
Principais produtos importados	Ranking		2011	Part. (%)	2012	Part. (%)
	2011	2012				
Óleos brutos de petróleo	1	1	14.080.679	6,2	13.405.739	6,0
Automóveis de passageiros	2	2	11.891.445	5,3	9.566.747	4,3
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	4	3	6.318.159	2,8	6.771.472	3,0
Óleos combustíveis	3	4	7.881.762	3,5	6.771.699	3,0
Medicamentos para medicina humana e veterinária	5	5	5.873.266	2,6	6.113.617	2,7
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	7	6	4.384.831	1,9	4.248.641	1,9
Naftas	6	7	4.789.463	2,1	4.192.993	1,9
Partes de aparelhos transmissores ou receptores	9	8	3.621.327	1,6	3.630.109	1,6
Cloreto de potássio	10	9	3.503.287	1,6	3.512.818	1,6
Gás natural	15	10	2.733.776	1,2	3.336.130	1,5

Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

Dentre os principais mercados de importação, destaca-se: a China US$ 34,2 bilhões, que representou o primeiro lugar no *ranking*, seguido por Estados Unidos US$ 32,6 bilhões, Argentina US$ 16,4 bilhões, Alemanha US$ 14,2 bilhões e Coreia do Sul US$ 9,1 bilhões.

Comparando os mercados fornecedores do Brasil no ano de 2012, com relação ao mesmo período de 2011, as compras originárias dos seguintes blocos econômicos reduziram conforme descrição abaixo: Europa Oriental (-20,6%), por conta principalmente de adubos e fertilizantes, combustíveis e lubrificantes, borracha e obras e químicos; África (-7,6%), pela redução das compras de petróleo, químicos, plásticos e obras, máquinas e equipamentos, metais preciosos, aparelhos eletroeletrônicos e algodão; Estados Unidos (-4,8%), em função do petróleo, combustíveis e lubrificantes, plásticos e obras, químicos orgânicos; Mercosul (-1,9%), sendo (-2,7%) da Argentina, por conta de cereais, nafta para petroquímica, propanos e butanos liquefeitos; por fim, a Ásia (-1,7%), apesar de que a China cresceu (4,4%), em função do aumento de importações de aparelhos eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos, químicos orgânicos, obras de ferro fundido, plásticos e obras. Os demais mercados aumentaram sua participação no conjunto das importações brasileiras: Oriente Médio (20,6%), petróleo, adubos e fertilizantes, partes para aeronaves, químicos orgânicos, máquinas e equipamentos; América Latina e Caribe, exceto Mercosul (7,7%), por conta de gasolina, gás natural, carvão, veículos automóveis e partes, químicos, máquinas e equipamentos;

e União Europeia (2,7%), principalmente, farmacêuticos, gasolina, gás natural, carvão, químicos, plásticos e obras.



Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

A perspectiva para 2013 do comércio exterior brasileiro ainda será influenciada pelos efeitos da crise externa e pela forte concorrência do mercado externo, mas espera-se que o país continue com *superávit* na balança comercial com as exportações elevadas. O Banco Central estima um *superávit* de US$ 17 bilhões na balança comercial e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) um saldo positivo de US$ 18,1 bilhões em 2013.

3.2. Nordeste

A Balança Comercial da região Nordeste apresentou, em 2012, um déficit de US$7,2 bilhões, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Em relação ao ano de 2011, houve uma queda de (-53,4%) nas exportações e um aumento de (7,7%) nas importações que representaram um aumento de (36,4%) no déficit da Balança Comercial. Este resultado foi devido à crise econômica internacional e à valorização significativa do real em relação ao dólar, o que barateou as importações e provocou uma perda de competitividade dos produtos brasileiros no exterior. A conformação desses fatores resultou no saldo negativo da balança comercial nordestina.

Tabela 11: Saldo da Balança Comercial
Nordeste - 2011-2012
US$ 1.000FOB

Período	Exportação			Importação			Saldo	
	2011	2012	Var(%)	2011	2012	Var(%)	2011	2012
Janeiro	1.231.989	1.472.465	19,4	1.236.517	1.945.779	57,3	-4.528	-473.614
Fevereiro	1.237.585	1.972.530	59,3	1.322..227	1.918.084	45,0	-84.642	54.446
Março	1.457.958	1.402.576	-3,7	1.808.701	2.428.030	34,2	-350.743	-1.025.454
Abril	1.500.176	1.425.217	-4,9	1.959.882	2.271.717	15,9	-459.706	-846.499
Maio	1.483.961	1.482.970	0,0	1.975.046	2.138.553	8,2	-491.085	-655.583
Junho	1.556.221	1.374.922	-11,6	2.039.577	2.019.101	-1,0	-483.357	-644.179
Julho	1.561.459	1.599.204	0,0	1.923.704	1.704.508	-0,1	-362.245	-105.304
Agosto	1.811.372	1.458.248	-0,2	2.559.460	1.815.682	-0,3	-748.088	-357.434
Setembro	1.678.138	1.499.231	-0,1	2.333.142	1.645.519	-0,3	-655.003	-146.288
Outubro	1.726.439	2.150.181	0,2	2.306.960	2.817.931	0,2	-580.521	-667.750
Novembro	1.849.697	1.371.879	-0,3	2.557.633	3.362.643	0,3	-707.936	-1.990.764
Dezembro	1.750.437	1.564.093	-0,1	2.110.912	1.932.357	-0,1	-360.476	-368.263
Total	**18.845.433**	**8.773.218**	**-53,4**	**24.133.835**	**25.999.162**	**7,7**	**-5.288.403**	**-7.225.944**

Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande - SINC

No Nordeste, as exportações registraram US$ 8,7 bilhões. Os produtos que tiveram maior variação negativa na pauta de exportação foram o minério de ferro, os produtos industrializados e semimanufaturados, em geral, e a cana-de-açúcar bruta, em específico. Os produtos industrializados tiveram uma variação positiva de (9,5%), resultado do aumento das exportações nas plataformas de perfuração ou de exploração.

Óleo e soja foram dois dos principais produtos exportados pelo Nordeste, em 2012, porém, outros cinco tem lugar de destaque, quais sejam: pasta química de madeira (US$ 1.219 milhões); açúcar (US$ 1.048 milhões), plataformas flutuantes (US$ 786,6 milhões), algodão (US$ 756,3 milhões) e alumina calcinada (US$ 725,6 milhões).

Tabela 12 - Exportação Por Fator Agregado - FOB
Nordeste - Acumulado de 2012
US$ 1.000

Discriminação	Brasil			Nordeste		
	2011	2012	Var (%)	2011	2012	Var (%)
Produtos Básicos	122.456.859	113.455.998	-7,4	5.100.012	5.078.154	-0,4
Produtos Industrializados	128.317.345	123.749.230	-3,6	13.411.951	13.360.087	-0,4
Semimanufaturados	36.026.477	33.042.050	-8,3	5.709.300	4.924.317	-13,7
Manufaturados	92.290.867	90.707.180	-1,7	7.702.650	8.435.770	9,5

Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

A região Nordeste registrou US$ 25,9 bilhões em suas importações. Em relação ao ano anterior, houve uma redução de (-23,5%) nos produtos básicos e um aumento de (12,5%) nos produtos industrializados. A participação do crescimento nos produtos industrializados seguiu a proporção: semimanufaturados (66,3%) e manufaturados (10,7%).

Tabela 13 - Importação por fator agregado - FOB
Nordeste - Acumulado de 2012
US$ 1.000

Discriminação	Brasil			Nordeste		
	2011	2012	Var (%)	2011	2012	Var (%)
Produtos Básicos	32.082.791	29.281.965	-8,7	3.202.926	2.449.995	-23,5
Produtos Industrializados	194.163.107	193.867.165	-0,2	20.930.910	23.549.166	12,5
Semimanufaturados	9.380.192	9.023.932	-3,8	663.864	1.103.917	66,3
Manufaturados	184.782.916	184.843.234	0,0	20.267.045	22.445.250	10,7

Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

3.3 Alagoas

A Balança Comercial Alagoana registrou, em 2012, um superavit de US$ 580,6 milhões. As exportações foram de aproximadamente US$1 bilhão, com uma redução de (-26,0%), em relação ao ano anterior. Esta queda foi devido à crise financeira internacional e a seca que afetaram a demanda e a produção dos principais produtos de exportação do Estado, o açúcar e o etanol. As importações registraram US$ 433,5 milhões e também apresentaram uma redução de (-3,91%), quando comparado ao ano anterior.

Continua

Tabela 14: Saldo da Balança Comercial
Alagoas - 2011-2012
US$ 1.000FOB

Período	Exportação			Importação			Saldo	
	2011	2012	Var (%)	2011	2012	Var (%)	2011	2012
Janeiro	167.307	223.141	33,3	35.256	31.430	-10,8	132.051	191.712
Fevereiro	140.819	177.252	25,8	23.745	40.860	72,0	117.074	136.392
Março	254.214	90.035	-64,5	31.351	48.498	54,6	222.863	41.536
Abril	177.386	142.464	-19,6	31.895	49.081	53,8	145.491	93.382
Maio	49.537	48.620	-1,8	45.801	23.352	-48,6	3.735	25.089
Junho	11.088	16.060	44,8	36.745	29.002	-21,0	-25.657	-12.942
Julho	20.809	2.220	-86,2	33.127	25.404	-12,4	-12.318	-23.184

Conclusão

Tabela 14: Saldo da Balança Comercial
Alagoas - 2011-2012
US$ 1.000FOB

Período	Exportação			Importação			Saldo	
	2011	2012	Var (%)	2011	2012	Var (%)	2011	2012
Agosto	758	1.049	-52,7	29.782	30.681	20,8	-29.024	-29.632
Setembro	3.271	1.552	47,9	28.202	21.689	-29,3	-24.931	-20.137
Outubro	164.887	84.232	-48,9	46.736	42.821	97,4	118.151	41.411
Novembro	157.793	130.531	54,9	48.060	40.826	-4,7	109.733	89.705
Dezembro	223.678	97.264	-25,5	60.820	50.026	22,5	162.858	47.239
Total	**1.371.547**	**1.014.421**	**-26,0**	**45.519**	**433.850**	**-3,9**	**920.028**	**580.571**

Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande - SINC

Entre os principais produtos exportados, o setor sucroenergético corresponde aproximadamente a (90,0%) de toda a pauta, isto é, uma receita de cerca de US$920 milhões. O subproduto de outros açúcares de cana que representa (80,9%) da participação das exportações alagoana, com um volume de US$ 820,3 milhões, e tendo como os principais mercados consumidores Russia, Canadá, Egito e Venezuela.

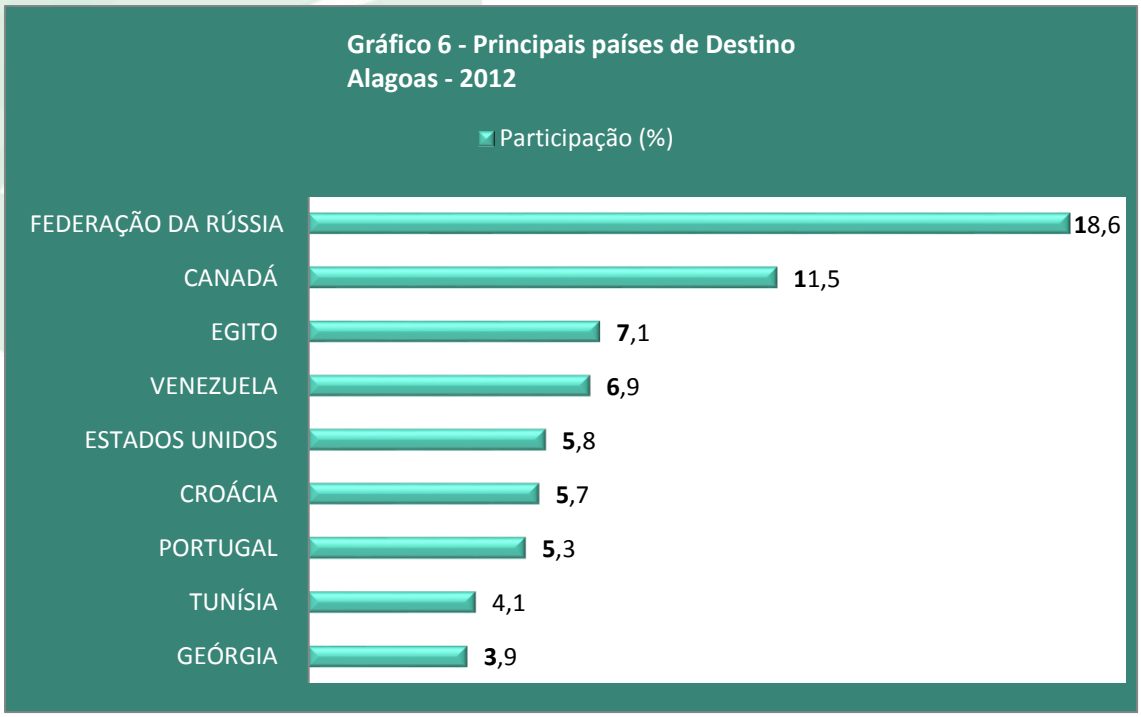
Tabela 15 – Os Dez Principais Produtos da Pauta de Exportação
Alagoas- 2012
US$FOB

Principais produtos exportados	2012	Part. (%)
Outros açúcares de cana	820.316.867	80,9
Outs. Açúcares de cana, beterraba, sacarose e quim	84.153.337	8,3
Outros álcool etilico n/desnaturado	52.086.543	5,1
Açúcar de cana em bruto	23.229.034	2,3
Álcool etílico n/desnaturado c/ vol. Teor álcool	16.392.811	1,6
Álcool etílico n/desnaturado c/ teor água <=1	7.298.548	0,7
Fumo n/manufat n/desnat. Em fls. Secas, etc. Tipo	3.166.383	0,3
Outras turbinas a vapor, de potência <=400mw	2.116.120	0,2
Consumo de bordo - combustíveis e lubrif. P/ ae	1.029.440	0,1
Monofilamentos (monofios), etc. De polim. Cloret.	754.209	0,1

Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

Os maiores consumidores dos produtos alagoanos foram Rússia (18,6%), Canadá (11,5%), Egito (7,1%), Venezuela (6,9%) e Estados Unidos (5,8%). Após a entrada da Venezuela no MERCOSUL, no início do segundo semestre de 2012, o país aumentou expressivamente sua participação na demanda de produtos alagoanos, principalmente

outros açúcares de cana. Estados Unidos, Croácia, Tunísia e Geórgia também tiveram aumento em suas participações nas exportações do Estado.



Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

Os principais produtos importados no Estado de Alagoas são bens de capital e insumos industriais. De forma desagregada é possível citar os seguintes: Outros trigos e misturas de trigo c/ centeio (7,9%), Didrogeno-ortofasto de amônio (3,1%), Álcool etílico c/ teor água (3,1%), Sulfato de amônio (3,0%), Outros aparelhos e dispositivos (2,8%), Outros cloretos de potássio (2,6%), Camisas de uso feminino (2,6%), Hidróxido de sódio (2,5%), Policloreto de vinila (2,1%) e Outros óleos de "palmiste" (1,8%).

Continua

Tabela 16 – Os 10 Principais Produtos da Pauta de Importação
Alagoas- 2012
US$FOB

Principais produtos exportados	2012	Part. (%)
Outros trigos e misturas de trigo c/ centeio, exc	34.399.731	7,9
Didrogeno-ortofasto de amonio, incl. Mist. Hi	13.608.181	3,1
Alcool etílico c/ teor água <=1% volume	13.240.682	3,1
Sulfato de amônio	12.982.863	3,0
Outs. Aparelhos e dispositv. P/ trat. Mater. Modi	12.308.745	2,8
Outros cloretos de potássio	11.399.674	2,6
Camisas, etc. De malha de algodão, de uso femini	11.168.495	2,6
Hidroxido de sódio em sol. Aquosa	11.028.055	2,5

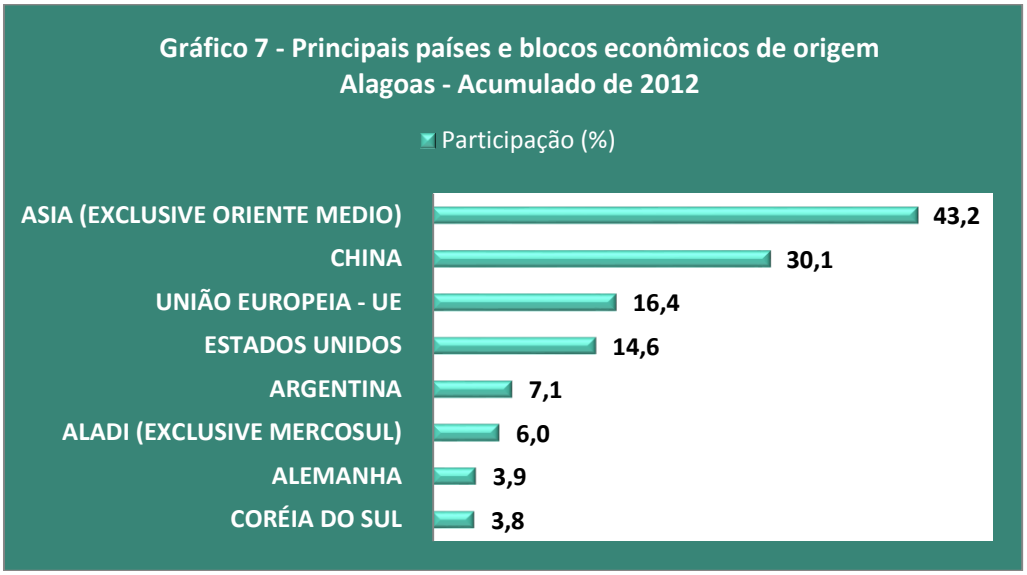
Tabela 16 – Os 10 Principais Produtos da Pauta de Importação
Alagoas- 2012
US$FOB

Principais produtos exportados	2012	Part. (%)
Policloreto de vinila, obt. Proc. Suspensão, form	9.254.144	2,1
Outros óleos de "palmiste"	7.760.348	1,8

Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande - SINC

A maior parte das importações alagoanas é proveniente da China com (30,1%), em seguida vem os Estados Unidos (14,6%), Argentina (7,13%), Alemanha (3,9%) e Coreia do Sul (3,8%).

Gráfico 7 - Principais países e blocos econômicos de origem
Alagoas - Acumulado de 2012



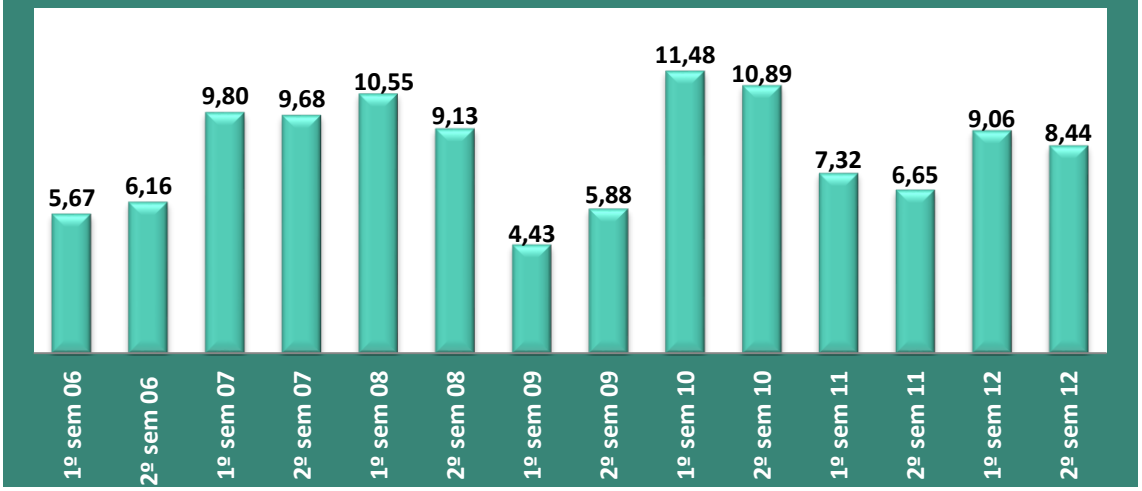
Fonte: MDIC
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

4. Comércio Varejista e Varejista Ampliado

4.1 Brasil

O comércio varejista brasileiro apresentou, em 2012, um crescimento de (8,44%), segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Este crescimento foi resultado de diversos fatores que impulsionaram o consumo das famílias, principalmente as camadas de menor rendimento, dentre eles estão: o crescimento do salário mínimo, aumento na oferta de crédito, redução da taxa de juros e do IPI para alguns setores. Em outras palavras, o crescimento foi estimulado pelo dinamismo interno e pelas medidas de estímulo do governo federal.

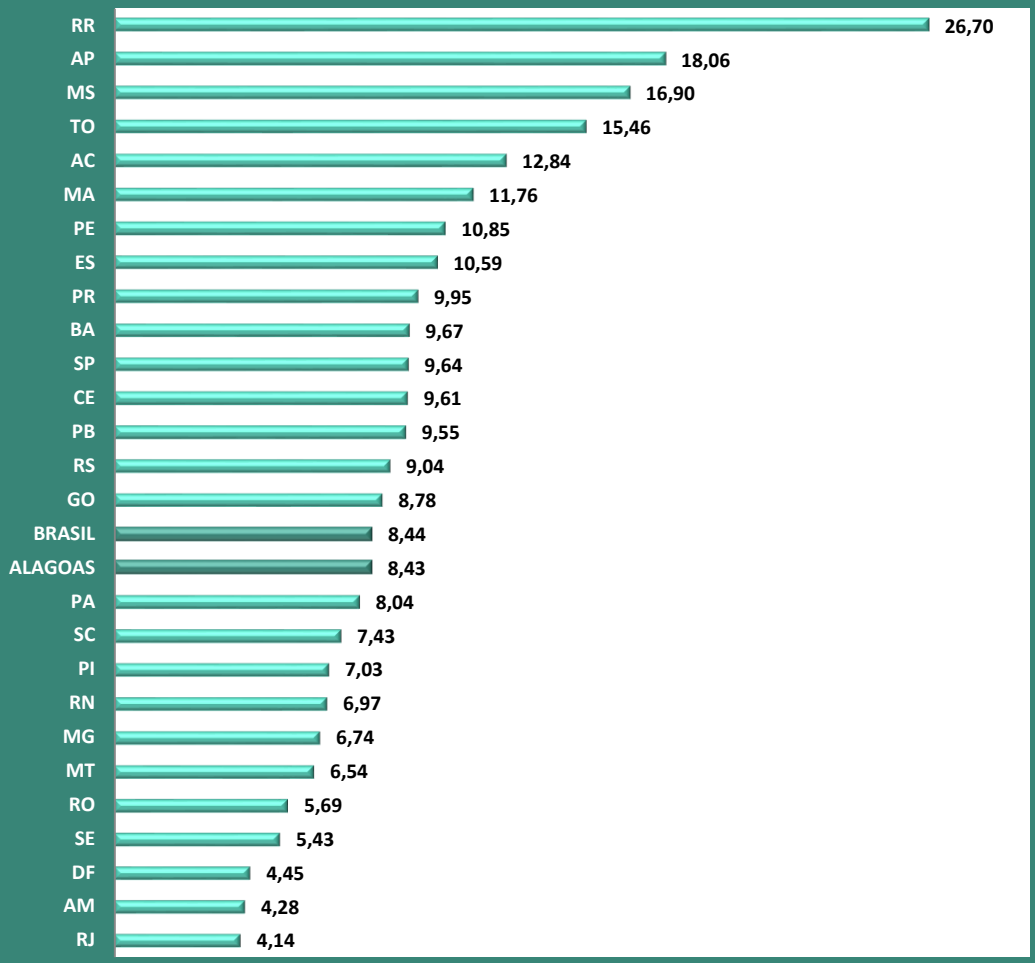
Gráfico 8 - Volume de vendas do comércio varejista (em %)
Brasil - Variação semestral - Base: igual período do ano anterior



Fonte: IBGE
Dados trabalhados pela Seplande - SINC

Em todas as unidades da federação, o comércio varejista obteve resultados positivos, inclusive alguns Estados tiveram um desempenho maior que a média nacional. Os Estados que tiveram maior destaque foram: Roraima (26,70%), Amapá (18,06%), Mato Grosso do Sul (16,90%), Tocantins (15,46%), Acre (12,84%), Maranhão (11,76%), Pernambuco (10,85%) e Espírito Santo (10,59%). O Estado de Alagoas cresceu (8,43%) e teve seu desempenho muito próximo a média nacional.

Gráfico 9 - Taxas mensais regionalizadas do volume de vendas do verejo ordenados segundo posicionamento em relação à média nacional
Brasil - Acumulado do 2º semestre de 2012



Fonte: IBGE
Dados trabalhados pela Seplande - SINC

Os grupos de atividade que mais se destacaram no comércio varejista, em relação ao ano anterior, foram: Móveis e eletrodomésticos (12,3%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (10,2%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (9,4%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos (8,4%). Segundo o IBGE, o que explica esse bom resultado são fatores que aumentaram no consumo como: melhoria no emprego e na renda, que aumenta o poder de compra, facilidade de acesso ao crédito, redução do IPI para alguns eletrodomésticos e móveis e a evolução do salário.

A atividade de Combustíveis e lubrificantes apresentaram uma expansão de (6,8%) em função do aumento do número de veículos que elevaram o seu consumo e, principalmente, pela redução no nível de preços. Equipamentos e materiais para

escritório, informática e comunicação teve um crescimento de (6,9%) com o aumento dos novos produtos que entraram no mercado com alta tecnologia.

A atividade Livros, jornais e papelaria teve uma evolução de (5,4%), enquanto Tecidos vestuário e calçados teve um crescimento de (3,4%). A elevação da renda é um fator que contribuiu bastante para o aumento dessas atividades e o segundo item não foi maior por causa do aumento dos preços do vestuário.

O comércio varejista ampliado inclui as atividades Veículos e motos, partes e peças e Material de Construção e teve um crescimento de (8,0%). O primeiro segmento teve um bom desempenho com crescimento de (7,3%) e o segundo com crescimento de (7,9%). Essas atividades tiveram a redução de IPI dos seus respectivos produtos como principal fator para explicar seus bons resultados.

Tabela 17 - Indicadores do volume de vendas do comércio varejista e comércio varejista ampliado, segundo grupos de atividade

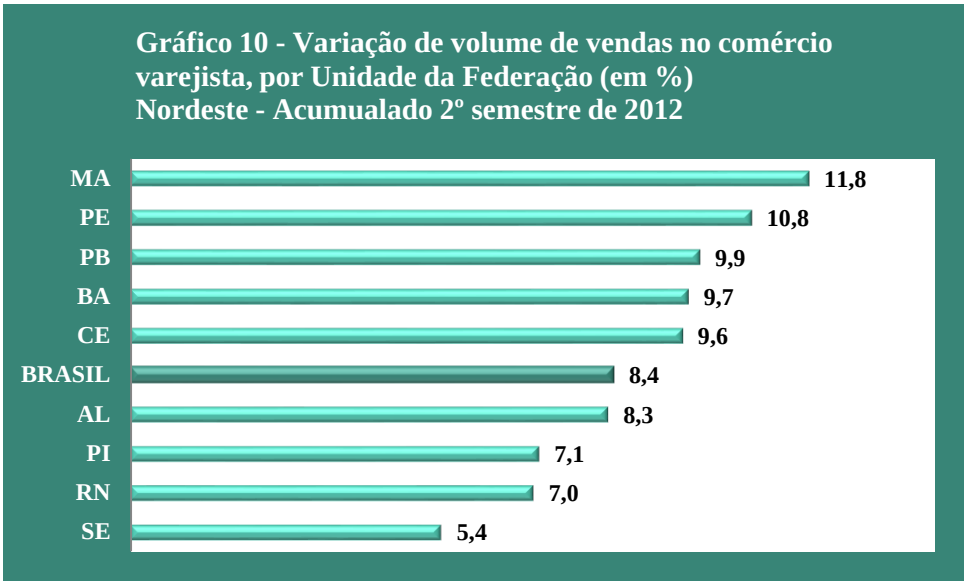
Atividades	Taxa de variação							
	mês/mês anterior (*)			mês/igual mês do ano anterior			Acumulado	
	OUT	NOV	DEZ	OUT	NOV	DEZ	No ano	12 meses
COMÉRCIO VAREJISTA (**)	0,6	0,3	-0,5	9,2	8,4	5,0	8,4	8,4
1- Combustíveis e lubrificantes	-0,8	-1,7	0,2	11,4	7,5	5,3	6,8	6,8
2- Hiper, supermercados, prod. alimentícios, bebidas e fumo	0,3	0,5	-0,3	6,6	8,3	6,6	8,4	8,4
3- Tecidos, vestuário e calçados	-2,1	2,1	0,4	4,5	6,5	3,2	3,4	3,4
4- Móveis e eletrodomésticos	2,0	0,1	2,4	13,7	8,5	8,9	12,3	12,3
5- Artigos farmacêuticos, med., ortop., e de perfumaria	-0,2	0,4	-2,9	13,0	9,6	3,6	10,2	10,2
6- Equip. e mat. para escritório informática e comunicação	19,7	-13,0	-15,5	16,1	-0,8	-23,3	6,9	6,9
7- Livros, jornais, ver. e papelaria	5,0	2,1	-3,6	11,1	11,1	4,9	5,4	5,4
8- Outros artigos de uso pessoal e doméstico	3,9	4,7	-4,1	13,6	18,5	10,0	9,4	9,4
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO (***)	5,0	-1,2	1,3	14,5	7,2	5,0	8,0	8,0
9- Veículos e motos, partes e peças	13,6	-2,9	8,3	24,1	4,6	6,8	7,3	7,3
10- Material de construção	2,3	-0,9	3,1	13,5	5,6	6,9	7,9	7,9

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc
(*) Séries com ajuste sazonal.
(**) O indicador dom comércio é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.
(***) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

Apesar de uma desaceleração no ritmo de crescimento das vendas no varejo, os resultados obtidos pelo comércio foram positivos. As expectativas para o ano de 2013 são boas. O cenário está favorável e tem tendência de continuar com crescimento, pois continuará com a disponibilidade de crédito. Além disso existe expectativa do crescimento do nível do emprego, dos salários, entre outros fatores que impulsionam o consumo e, em consequência, as vendas.

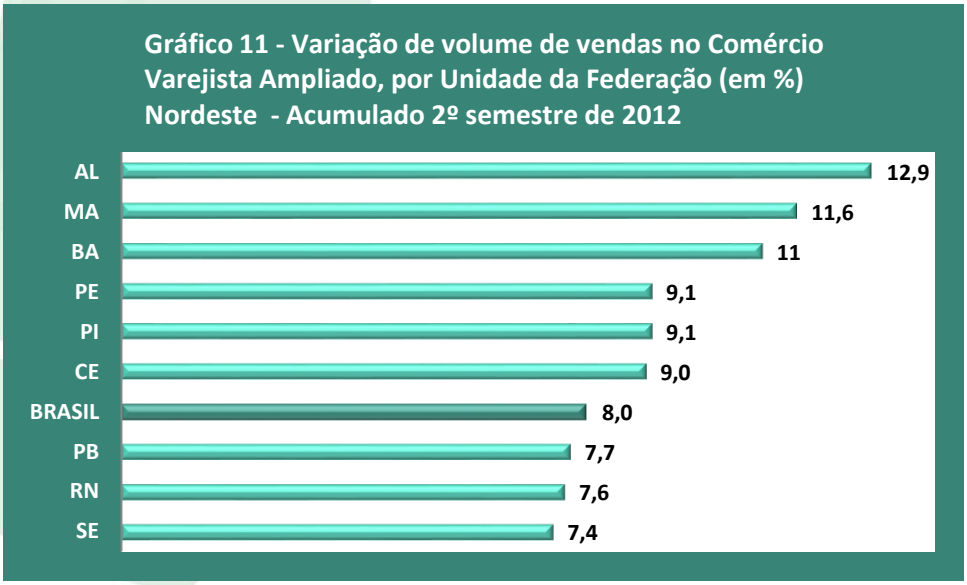
4.2 Nordeste

Como já abordado anteriormente, o Brasil teve uma variação de (8,4%) no volume de vendas do comércio varejista no ano de 2012. Dentre os nove Estados do Nordeste, cinco tiveram um desempenho superior à média brasileira, são eles: Maranhão (11,8%), Pernambuco (10,8%), Paraíba (9,9%), Bahia (9,7%) e Ceará (9,6%). Apesar de menor que a média nacional, os outros quatro alcançaram variação positiva: Alagoas (8,3%), Piauí (7,1%), Rio Grande do Norte (7,0%) e Sergipe (5,4%).



FONTE: IBGE
Dados trabalhados pela Seplande – SINC

No volume de vendas do comércio varejista ampliado, que soma as dez atividades do comércio, o Brasil teve uma variação de (8,0%). Com este resultado, a região Nordeste teve seis estados com um desempenho maior que o Brasil. São eles: Alagoas (12,9%), Maranhão (11,6%), Bahia (11,0%), Pernambuco (9,1%), Piauí (9,1%) e Ceará (9,0%). Os outros Estados, apesar de ter crescido inferior à variação nacional, tiveram variações positivas: Paraíba (7,7%), Rio Grande do Norte (7,6%) e Sergipe (7,4%).



FONTE: IBGE
Dados trabalhados pela Seplande – SINC

Apesar do cenário socioeconômico que o país e a região enfrentaram durante este ano, como a crise econômica e a seca, percebe-se que o dinamismo na região foi melhor que a média brasileira. Isso se deve às maiores operações de crédito, à maior massa salarial no período e ao volume das transferências governamentais na região. As expectativas para o ano de 2013 são de contínuo crescimento. Um fator importante para esse crescimento é a menor taxa de inadimplência entre as famílias, pois essas estão menos comprometidas com dívidas e/ou estão negociando débitos junto aos bancos e demais instituições financeiras, e assim, obterão mais acesso ao crédito.

4.3 Alagoas

O comércio varejista, em Alagoas, teve uma variação de (8,3%) no acumulado do ano, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Como anteriormente ressaltado, esse resultado foi pouco abaixo da variação nacional de (8,4%). Essa taxa não foi maior, porque houve uma desaceleração no volume de vendas por causa da inflação que cresceu mesmo com o recuo da taxa de juros ao consumidor no mês.

Tabela 18 - Índice e variação de volume de vendas do comércio varejista, por Unidade da Federação Alagoas - 2012					
Unidades da Federação	Índice de volumes	Variação			
		Mensal			Acumulado no ano
		out/12	nov/12	dez/12	
Maranhão	152,0	22,2	10,3	8,1	11,8
Piauí	137,5	11,4	6,4	0,0	7,1
Ceará	142,5	12,9	13,2	5,3	9,6
Rio Grande do Norte	143,8	8,7	11,8	6,1	7,0
Paraíba	156,3	17,2	15,6	8,7	9,9
Pernambuco	154,8	10,5	9,7	10,6	10,8
Alagoas	**152,2**	**8,3**	**10,2**	**6,3**	**8,3**
Sergipe	140,2	6,3	4,9	1,9	5,4
Bahia	145,5	11,3	8,6	5,5	9,7
Brasil	**144,6**	**9,2**	**8,5**	**5,0**	**8,4**

Fonte: IBGE
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

Já comércio varejista ampliado de Alagoas cresceu (12,9%), superando a variação nacional (8,0%), no acumulado do ano de 2012. O principal fator para este aumento no consumo do comércio varejista ampliado foi a redução de IPI, estimulados pelo Governo Federal, para produtos de material de construção, automóveis e industrializados da chamada “linha branca”.

Tabela 19 - Índice e variação de volume de vendas do comércio varejista ampliado, por Unidade da Federação Alagoas – 2012					
Unidades da Federação	Índice de volumes	Variação			
		Mensal			Acumulado no ano
		out/12	nov/12	dez/12	
Maranhão	142,4	26,2	14,8	9,0	11,6
Piauí	143,0	17,0	8,5	2,9	9,1
Ceará	131,2	16,1	9,7	4,7	9,0
Rio Grande do Norte	140,9	14,6	9,9	7,5	7,6
Paraíba	142,0	16,9	12,4	6,9	7,7
Pernambuco	138,4	13,1	8,7	7,4	9,1
Alagoas	**153,7**	**15,9**	**13,8**	**14,4**	**12,9**
Sergipe	138,2	11,4	9,7	3,5	7,4
Bahia	139,3	18,3	10,4	6,8	11,0
Brasil	132,4	14,5	7,2	5,0	8,0

Fonte: IBGE
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

Dentre os principais determinantes para o bom desempenho do comércio varejista em Alagoas, lista-se o aumento da massa salarial, aumento do nível de

emprego e aumento do volume de crédito. Esses fatores junto com a diminuição da taxa de juros e a queda no nível de inadimplência[2] formam um cenário propício para o consumo continuar crescendo em 2013 e, assim, continuar elevando o desempenho do comércio varejista. O comportamento do consumidor alagoano continua positivo em relação ao numero de compras efetuadas, bem como a responsabilidade dos compromissos financeiros assumidos, com tendência de melhora dos indicadores nos próximos meses.

[2] Segundo os indicadores usualmente utilizados, verificou-se que muitas famílias utilizaram os recursos do 13º salário para pagamento de dívidas anteriores.

5. Turismo

5.1 Brasil

As movimentações nacionais e internacionais nos aeroportos brasileiros sinalizam um bom desempenho para o setor turístico, segundo o Ministério do Turismo (MTur). O bom desempenho do setor é resultado, dentre outros fatores, do fortalecimento da economia nacional, o aumento de demanda por viagens e investimentos, a maior divulgação dos atrativos e roteiros turísticos, a expansão do volume de operações e a imagem favorável do Brasil no exterior. Estes foram os principais motivos apontados pelos empresários do setor como fatores que sustentaram o crescimento das atividades.

Os desembarques internacionais no acumulado do ano em 2012 totalizaram 9,2 milhões de passageiros, o qual resultou um aumento de (2,42%) em relação ao mesmo período de 2011. Este crescimento foi justificado pelas ações de divulgação no mercado argentino para que conheçam as varias regiões brasileiras, outras localidades brasileiras, além do Paraná e de Santa Catarina. Ressalta-se também a divulgação das potencialidades do Brasil em outros países, tais como: China, Rússia e Índia.

Os desembarques em voos domésticos, que totalizaram 84,8 milhões de passageiros em 2012, e cresceu (7,09%) em relação ao mesmo período de 2011. Este desempenho resulta de alguns fatores que favoreceram o setor, tais como: estabilidade no nível de emprego, disponibilidade da terceira idade em viajar, além das facilidades de parcelamento, que tornam as viagens mais acessíveis.

Tabela 20- Desembarque de passageiros em voos internacionais e nacional Brasil - Acumulado do 2011-2012

Movimento/Setor	Anos		Var. (%)
	2011	2012	2012/2011
Nacional	79.244.256	84.863.693	7,09
Internacional	9.018.507	9.236.947	2,42
Total	**88.264.774**	**94.102.652**	**6,61**

Fonte: Infraero
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

No tocante ao desempenho geral do turismo brasileiro, em 2012 houve uma redução na taxa de ocupação média de (-2,82%) em relação ao mesmo período de 2011, tendo como fator preponderante ao aumento no preço das diárias dos hotéis. Em 2012,

o preço médio das diárias nos hotéis brasileiros aumentou (14,82%) em relação ao mesmo período de 2011. Dessa forma, o setor hoteleiro brasileiro apresentou retração na taxa de ocupação e conseguintemente, diminuição na receita.

Tabela 21- Desempenho Geral
Brasil - Acumulado de 2012

Região	Taxa de ocupação (%)			Diária média (R$)		
	Anos		Var. (%)	Anos		Var. (%)
	2011	2012	2012/2011	2011	2012	2012/2011
Centro-Oeste	64,85	64,58	-0,42	201,35	214,93	6,74
Nordeste	69,72	69,82	0,14	177,28	193,79	9,31
Norte	61,99	57,26	-7,63	179,79	193,80	7,79
Sudeste	69,45	67,16	-3,30	218,57	255,77	17,02
Sul	66,98	65,20	-2,66	165,87	186,46	12,41
Brasil	**68,41**	**66,48**	**-2,82**	**203,59**	**233,77**	**14,82**

Fonte: Fórum de operadores hoteleiros do Brasil
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

A expectativa do Ministério do turismo (MTur) é positiva, em função dos grandes eventos que o Brasil sediará a partir de 2013: Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo da FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

5.2 Nordeste

Analisando o desempenho do setor turístico na região nordeste sob a ótica da movimentação de passageiros, foi verificado um bom desempenho do setor. Assim, a movimentação de passageiros em 2012 totalizou 31,2 milhões de pessoas, um acrescimento de (5,17%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Dentre os principais destinos, destacam-se as cidades de Maceió, João Pessoa e São Luís.

O estado de Sergipe obteve um aumento na movimentação de passageiros de (25,64%) no ano de 2012 em relação ao mesmo período de 2011. Como fatores justificantes, cita-se a consolidação do setor através do aumento da demanda de viagens, investimentos na infraestrutura, crescimento do mercado receptivo e divulgação do potencial turístico.

A movimentação de passageiros no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares cresceu (11,02%) no ano de 2012 comparado com o período de 2011. Este desempenho foi consequência, dentre outros fatores, do desempenho da Secretaria do Turismo de

Alagoas (SETur) que está empenhada em fortalecer e ampliar a malha aérea regular com o objetivo de trazer mais turistas para o Estado, e além das ações voltadas para o *marketing*, produtos e investimentos no setor de turismo.

O movimento de passageiros na Paraíba, no ano de 2012 apresentou um aumento de (9,66%) em relação ao mesmo período de 2011, tendo como fator condicionante às ações que o Governo vem promovendo em divulgação nos maiores mercados emissores de turistas e no exterior, em parceria com os empresários locais.

No estado do Maranhão, a movimentação de passageiros sofreu um acréscimo de (8,01%) em 2012 em relação a 2011. Dentre os fatores que contribuíram para esse aumento do índice de fluxo de passageiros no aeroporto foram: melhoria na infraestrutura do terminal, reflexo do turismo principalmente no setor de negócio, os investimentos realizados na cidade de São Luís e no Estado do Maranhão.

Tabela 22- Movimento de passageiros em voos domésticos e internacionais Nordeste - Acumulado de 2011- 2012

CIDADE	Anos 2011			2012			Var. % 2012/2011
	Doméstico	Intern.	total	Doméstico	Intern.	total	
São Luís - MA	1.843.249	135	1.843.384	1.991.094	5	1.991.099	8,01
Teresina - PI	1.075.628	27	1.075.655	1.044.830	35	1.044.865	-2,86
Fortaleza- CE	5.417.226	229.878	5.647.104	5.764.339	199.969	5.964.308	5,62
Natal - RN	2.463.183	123.037	2.586.220	2.553.195	107.669	2.660.864	2,89
João Pessoa - PB	1.142.181	2	1.142.183	1.252.559	0	1.252.559	9,66
Recife - PE	6.138.063	245.306	6.383.369	6.221.013	212.397	6.433.410	0,78
Maceió - AL	1.539.037	10.191	1.549.228	1.714.061	5.918	1.719.979	11,02
Aracaju - SE	1.093.122	21	1.093.143	1.373.363	38	1.373.401	25,64
Salvador - BA	8.024.889	370.011	8.394.900	8.502.605	308.935	8.811.540	4,96
TOTAL NORDESTE	**28.736.578**	**978.608**	**29.715.186**	**30.417.059**	**834.966**	**31.252.025**	**5,17**

Fonte: Infraero
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

O panorama do setor de turismo na região nordeste em 2013 passa por um momento de execução em ações visando a Copa de 2014, que vai atrair muitos turistas para o nordeste brasileiro. A perspectiva é que Maragogi, em Alagoas, seja uma cidade 'apoio' de Recife, durante a Copa, assim como Porto de Galinhas, também no Estado Pernambucano. Por isso, o esforço de *marketing* e divulgação será ainda maior com a campanha 'As Praias da Copa', realizada em parceria entre as instituições do ramo.

5.3 Alagoas

O turismo alagoano é uma das atividades econômicas que vem apresentando resultados positivos nas ultimas análises conjunturais. Este desempenho pode ser confirmado através dos indicadores divulgados pela Secretaria de Estado do Turismo (Setur), que apontam resultados positivos no fluxo de turistas nacionais e Internacionais, bem como a chegada de novos empreendimentos, que por sua vez geram emprego e renda.

Os avanços alcançados através de projetos, ações estratégicas e de políticas públicas focadas no desenvolvimento do setor marcaram a atividade no Estado, além da consolidação do destino nos principais mercados emissores nacionais e internacionais. Outras ações também contribuíram para o desempenho, principalmente na parte de infraestrutura do Estado para melhorar a receptividade dos turistas como: novas campanhas publicitárias, construção de hotéis e pousadas, inaugurações de obras de infraestrutura turística, entrada de novas companhias aéreas e voos na malha aérea regular, bem como fretamentos para alta temporada e criação de documentos de diretrizes políticas.

No acumulado do ano de 2012, os desembarques nacional no aeroporto Zumbi dos Palmares totalizaram 847,7 mil passageiros, que equivale a um aumento de (11,39%) em relação ao mesmo período em 2011. Este crescimento é devido às ações de divulgação nos mercados emissores e também ao acréscimo de voos regulares por várias companhias para Alagoas e tem como principais mercados emissores: Salvador, Campinas, São Paulo, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Em contrapartida, os internacionais totalizaram 2,3 mil passageiros, no ano 2012 que equivale a uma redução de (-50,24%) comparado o mesmo período de 2011. Esta redução é devido ao ambiente de incertezas ainda reinantes em alguns dos principais mercados emissores, provocadas pela crise econômica internacional, gerando enfraquecimento na demanda turística.

Tabela 23- Desembarque de passageiros em voos internacionais e nacional Alagoas - Acumulado de 2011-2012

Movimento/Setor	Anos		Var. (%)
	2011	2012	2012/2011
Nacional	761.006	847.722	11,39
Internacional	4.765	2.371	-50,24
Total	**765.771**	**852.105**	**11,27**

Fonte: Infraero
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

Segundo o Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH) da Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (Setur-Al), a média do fluxo de hóspedes em Alagoas cresceu (6,15%) no ano de 2012 em relação a 2011. Considera fatores condicionantes às parcerias entre entidades, associações, empresários e governo que se empenharam na divulgação e promoção do destino local em feiras e eventos do setor, além de realizarem Famtour, Road show e capacitações para agentes de viagens nos principais mercados emissores de Alagoas[3].

Tabela 24- Meios de Hospedagem classificados e não classificados (média) Alagoas - Acumulado de 2011-2012

Categoria	Anos		VAR. %
	2011	2012	2012/2011
Fluxo de entrada de hóspedes	50.041	53.121	6,15
Permanência média	3,6	3,8	5,56
Taxa média de ocupação de unidades habitacionais	71,8	69,7	-2,92
Geração de diárias	182.687	200.675	9,85

Fonte: Secretaria do Estado do Turismo de Alagoas
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

O fluxo turístico no Estado de Alagoas tem aumentado nos últimos anos. Este desempenho do setor é resultado obtido pelo reflexo do bom momento pelo qual o destino está passando, com investimentos em divulgação, fortalecimento do produto e infraestrutura.

A movimentação dos cruzeiros marítimos no Porto de Maceió apresentou uma redução (-8,89%) na quantidade de chegadas de navios no ano de 2012, em relação ao

[3] Famtour em Piranhas, o evento Fiptur Copa & Megaeventos, Encontro Nacional das Agências de Viagem, mais conhecido por Feira AVIRRP, 38º Encontro Comercial da Braztoa (Associação Brasileira de Operadoras de Turismo) e outros.

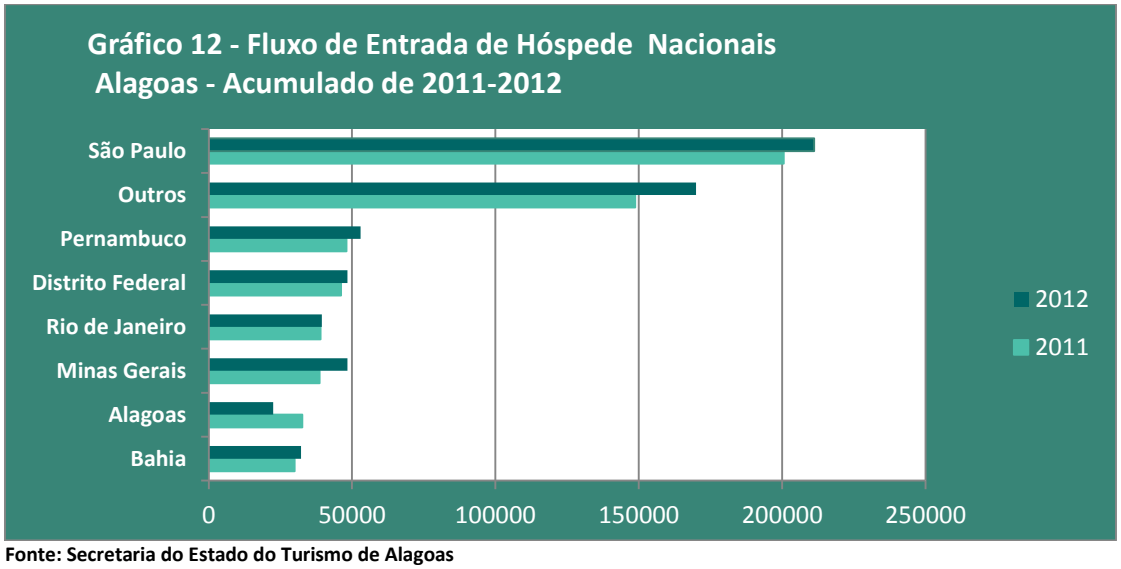
mesmo período de 2011, além de uma queda no número de passageiros a bordo de (-6,32%) neste mesmo período. Este resultado foi devido a uma mudança na duração do período de permanência dos navios na temporada de 2011, que era repleta de minicruzeiros, com duração de três a cinco noites, enquanto que em 2012 os cruzeiros passaram a ser mais longos, ou seja, em média de sete noites.

Tabela 25- Fluxo de navios no porto de Jaraguá Alagoas - Acumulado de 2011-2012

Movimento	Anos 2011	2012	Var. (%) 2012/2011
Navios (chegadas)	45	41	-8,89
Passageiros	90.833	85.092	-6,32
Total	**90.878**	**85.133**	**-6,32**

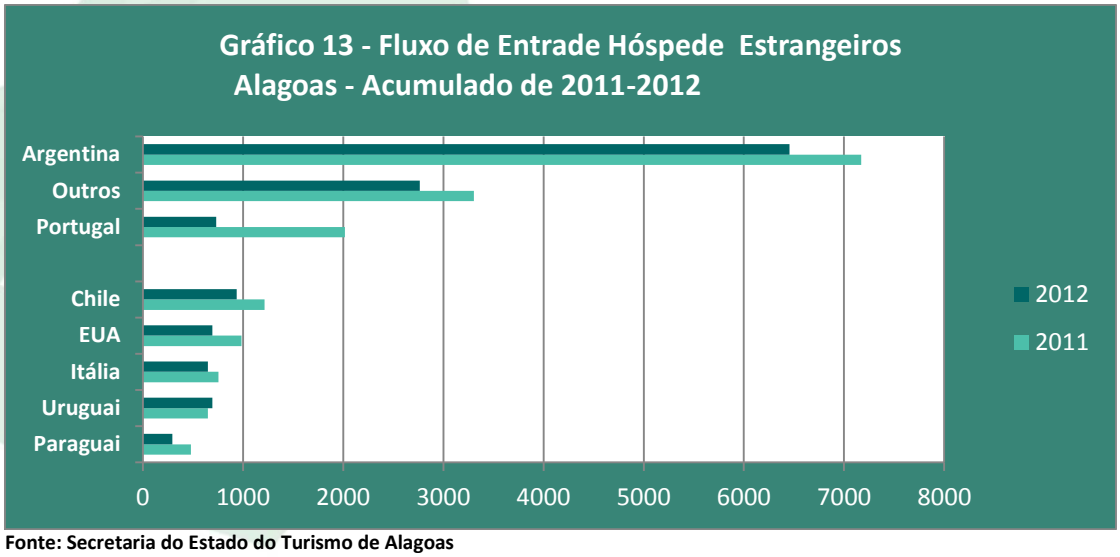
Fonte: Administração do porto de Maceió
Dados trabalhados pela Seplande- SINC

A entrada de turistas no Estado de Alagoas advinda de várias localidades foi bastante significativa para o Estado. Os principais mercados emissores de turistas para Alagoas são: Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Este incremento do fluxo de entrada de hóspede foi devido a melhoria na malha aérea com voos extras e voos *charters* nacional.



Fonte: Secretaria do Estado do Turismo de Alagoas
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

O fluxo de entrada de hóspedes estrangeiros em Alagoas obteve uma redução devido às crises financeiras mundial, e como consequência disto houve uma diminuição na demanda turística alagoana.



Fonte: Secretaria do Estado do Turismo de Alagoas
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

As perspectivas para 2013 no setor de turismo em Alagoas são positivas. A equipe do Maceió Convention irá intensificar as ações de captação de eventos, realizado em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo e apoio do Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas (Sebrae-AL) e Secretaria Municipal de Promoção do Turismo de Maceió (Semptur), assim como investir em novos produtos turísticos, como o segmento MICE[4] – turismo corporativo e de incentivo.

[4] A sigla internacional MICE significa Meetings (Encontros), Incentives (Incentivos), Conferences (Conferências) and Exhibitions (Feiras).

6. Mercado de Trabalho

6.1 Brasil

O mercado de trabalho no Brasil, em 2012, teve um bom desempenho, apesar de uma pequena desaceleração na evolução de novos postos de emprego em comparação com o ano anterior. A criação de empregos formais somou mais de 1 milhão de postos, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Esse bom desempenho foi devido a diversos fatores e dentre eles estão a diminuição dos empregos informais e uma queda na população desocupada.

O desaquecimento no mercado de trabalho teve como principal fator a redução na atividade econômica, consequência da desaceleração mundial. A criação de empregos no país foi impactada por parte do empresariado nacional, os efeitos da crise e a escassez de oferta de mão de obra qualificada no país.

Dentre os setores que mais cresceram com relação a criação de emprego no ano, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destacam-se a Extração Mineral com 11.106 postos e expansão de (5,37%), que pode contar com uma grande geração de empregos no estado do Pará nos primeiros 8 meses do ano; a construção civil com 148.114 postos e com expansão de (5,13%); o comércio com 383.426 postos e expansão de (4,51%) e; os Serviços com 674.420 postos e expansão de (4,38%).

O setor Comércio obteve um bom desempenho resultante do crescimento nas vendas devido ao aumento no consumo das famílias que impulsionaram a atividade. Este fator impulsionou a criação de novos empregos nos subsetores Comércio atacadista com 70.704 postos e crescimento de (5,02%) e; Comércio varejista, com 312.722 postos e crescimento de (4,41%), requerendo uma maior intensificação na mão de obra para atender à maior demanda. O aumento no consumo das famílias, estimulado principalmente pelo aumento do salário real e a facilidade de acesso ao crédito, também impulsionou o setor Serviços que foi o segmento da economia que mais empregou no ano, tendo um ótimo desempenho. Os subsetores que tiveram melhor desempenho foram: Serviços Médicos, Odontológicos e veterinários com 103.483 postos e crescimento de (6,52%); Ensino, com 71.780 postos e crescimento de (5,27%) e; Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação, com 215.624 postos e crescimento de (4,03%).

O setor Serviço Industrial e Utilidade Pública (SIUP) obteve um crescimento no saldo de empregos de 148.114 postos e crescimento de (5,13%), variação maior que o ano anterior, quando apresentou 9.467 postos e crescimento de (2,48%). O setor Administração Pública obteve um desempenho negativo, com (-2.447) postos e redução de (-0,31%) em relação ao ano anterior, quando apresentou 16.126 postos e expansão de (1,80%), justificado pelos reflexos dos ajustes do emprego pós eleições.

Já setor Indústria de Transformação obteve um bom desempenho, com 87.385 postos e crescimento de (1,07%), devido a incentivos do governo. Mas, quando comparado ao ano anterior, o resultado foi negativo, visto que o saldo foi de 218.138 postos, um crescimento de (2,73%). Esta desaceleração está ligada a criação de empregos em dez subsetores: indústria de material elétrico e de comunicações com 4.237 postos e crescimento de (1,37%), indústria de produtos minerais não metálicos com 9.550 postos e crescimento de (2,06%), indústria mecânica com 11.370 postos e crescimento de (1,86%), indústria de material de transporte com 2.488 postos e crescimento de (0,42%), indústria metalúrgica com 479 postos e crescimento de (0,06%), indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico com 35.528 postos e crescimento de (1,90%), indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria com 18.610 postos e crescimento de (2,02%), indústria de papel, papelão, editorial e gráfica com 1.875 postos e crescimento de (0,46%) e indústria de calçados com -9.939 postos e redução de (-2,88%).

A Agropecuária, que se destacou no primeiro semestre do ano com 135.440 postos e expansão de (8,69%), apresentou um saldo negativo no mês de Dezembro, com (-3.127) postos e decréscimo de (-5,14) por motivos sazonais.

Assim, o mercado de trabalho teve uma desaceleração no ritmo de crescimento durante o ano, exceto no setor de Serviço Indústria e Utilidade Pública.

A expectativa para o próximo ano é otimista, pois a partir dos estímulos do Governo como redução das taxas de juros e ampliação do crédito, espera-se que aumente a oferta de empregos e potencialize o consumo em todos os setores. Os investimentos da Copa do Mundo prometem melhorias na infraestrutura do país beneficiando o setor de Construção Civil. Além disso, espera-se que o governo influencie, com a concessão de incentivos fiscais para o setor de Serviços e demais atividades diretamente com o evento.

Tabela 25 -Evolução do emprego por setores da atividade econômica
Brasil - Acumulado até dezembro 2012

Atividades Econômicas	Admissão	Desligamento	Saldo
Extrativa mineral	62.925	51.819	11.106
Indústria de transformação	3.932.447	3.845.062	87.385
Serviços industriais de utilidade pública	106.620	96.425	10.195
Construção civil	2.884.577	2.736.463	148.114
Comércio	5.156.364	4.772.938	383.426
Serviços	8.202.354	7.527.934	674.420
Administração pública	113.200	115.647	-2.447
Agropecuária	1.285.470	1.282.092	3.378
Total	**21.743.957**	**20.428.380**	**1.315.577**

Fonte: Caged
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

6.2 Nordeste

A região Nordeste registrou um saldo de 190.367 novos postos de trabalho, em 2012. Isto significa uma expansão de (3,15%) na criação de empregos. Essa expansão realizou-se, principalmente, pelo bom desempenho dos Setores Comércio, Serviços e Extrativa Mineral. A Indústria de Transformação e a Agropecuária, mesmo com um ótimo desempenho no primeiro semestre do ano, tiveram uma variação negativa na criação de postos de emprego durante o segundo semestre.

A evolução do emprego nos estados do Nordeste se deu da forma a seguir: Pernambuco com 46.561 postos e crescimento de (3,64%), Ceará com 41.009 postos e crescimento de (3,95%), Bahia com 36.847 postos e crescimento de (2,22%), Paraíba com 18.680 postos e crescimento de (5,31%), Maranhão com 12.558 postos e crescimento de (2,92%), Rio Grande do Norte com 12.625 postos e crescimento de (3,13%), Piauí com 10.962 postos e crescimento de (4,35%), Sergipe com 9.953 postos e crescimento de (3,61%) e Alagoas com 1.532 postos e crescimento de (0,43%).

O maior saldo acumulado durante o ano de 2012, foi do Estado de Pernambuco com 46.561 novos postos de emprego gerados, uma expansão de (3,64%). A atração de diversas empresas para o Estado e o forte consumo das famílias que estimulam as empresas a produzirem mais são fatores que contribuíram bastante para essa expansão. Houve crescimento expressivo em quatro setores, são eles: Comércio com 16.823

postos e crescimento de (6,11%), Construção Civil com 8.394 postos e crescimento de (5,81%), Extrativa Mineral com 133 postos e crescimento de (5,44%) e Serviços com 23.666 postos e crescimento de (4,47%).

O Estado do Ceará teve um bom desempenho no ano, gerou 41.009 novos postos de trabalho em 2012. A instalação de uma refinaria e de uma siderúrgica para o Estado contribuiu muito para o volume de empregos no ano. Houve um ritmo positivo de crescimento em cinco setores no Estado, são eles: Comércio com 14.871 postos e crescimento de (6,69%), Serviços com 23.616 postos e crescimento de (5,88%), Extrativa Mineral com 110 postos e crescimento de (3,71%), Agropecuária com 771 postos e crescimento de (3,02%) e Indústria de Transformação com 5.907 postos e crescimento de (2,32%).

O Estado da Bahia, com desempenho reduzido a partir do mês de Outubro, teve um aumento de 36.847 postos e crescimento (2,22%). O Estado sofreu variações negativas em quatro setores que acabaram influenciando em uma desaceleração na criação de novos postos de emprego no Estado. São eles: o setor Serviço Industrial de Utilidade Pública com (-980) postos e declínio de (-6,38%), Agropecuária com (-2.242) postos e declínio de (-2,21%), Indústria de Transformação com -3.152 postos e declínio de (-1,35%) e Administração Pública com (-424) postos com declínio de (-0,99%).

Os Estados do Piauí, Sergipe e Alagoas tiveram o menor número absoluto em criação de empregos entre os Estados do Nordeste, mas continuaram registrando saldos positivos. O Piauí, apesar da pequena contribuição para o Nordeste, teve um excelente desempenho no período com um crescimento de (4,35%). Isso se deve, principalmente, à agropecuária com um crescimento de (4,16%) pelo bom desempenho das culturas de soja e algodão e pela Construção Civil com crescimento de (9,75%).

A região Nordeste está recebendo maiores aportes do Governo e o consumo está aumentado. Em consequência, as empresas demandam uma maior quantidade de trabalhadores. Com o evento da Copa do Mundo e com o aumento nos investimentos, espera-se um saldo positivo no mercado de trabalho para todas as áreas da economia em 2013.

Tabela 26- Evolução do Emprego Nordeste - Acumulado até dezembro 2012			
Estados	**Admissão**	**Desligamento**	**Saldo**
MARANHAO	224.185	211.627	12.558
PIAUI	113.051	102.089	10.962
CEARA	506.717	465.708	41.009
RIO GRANDE DO NORTE	195.650	183.385	12.265
PARAIBA	163.383	144.703	18.680
PERNAMBUCO	647.843	601.282	46.561
ALAGOAS	162.466	160.934	1.532
SERGIPE	128.437	118.484	9.953
BAHIA	839.204	802.357	36.847
Total do Nordeste	**2.980.936**	**2.790.569**	**190.367**

Fonte: Caged
Dados trabalhados pela Seplande-Sinc

6.3 Alagoas

O Estado de Alagoas registrou um aumento de 2.313 novos postos de emprego no ano de 2012, ou seja, houve um aumento de (0,65%). No primeiro semestre do ano, o saldo foi negativo, registrando -37.595, por motivos sazonais ligadas às atividades sucroalcooleiras. O saldo positivo no acumulado se deve, principalmente, ao bom desempenho dos setores Comércio e Serviços que amenizou o saldo baixo nos setores de Indústria de Transformação e Construção Civil. Se comparado ao ano anterior, se observa uma desaceleração no ritmo de crescimento do mercado de trabalho.

O setor Serviços registrou o maior número absoluto de criação de empregos com 4.703 postos, e crescimento de (4,39%). O turismo é a atividade que mais empregou trabalhadores, visto que o Estado de Alagoas vem investindo estrategicamente no setor.

Os subsetores que também tiveram maiores saldos de emprego foram: Comércio e administração de imóveis, valores imobiliários, serviços técnicos com 1.415 postos e crescimento de (8,88%), Ensino com 729 postos e crescimento de (5,75%) e Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação com 1.644 postos e crescimento de (3,40%).

O setor Comércio, que foi beneficiado pelo aumento do consumo das famílias e pelo aumento da facilidade de acesso ao crédito, apresentou 3.780 postos de empregos

e expansão de (5,04%). Se for relacionar com o ano anterior, em 2012 foram 218 postos a mais. O subsetor Comércio Varejista teve 3.238 postos e crescimento de (5,01%) e o subsetor Comércio Atacadista teve 542 postos e crescimento de (5,23%).

A agropecuária registrou uma leve recuperação no segundo semestre com 70 postos de trabalho e crescimento de (0,69%). A recuperação se deve, principalmente, pelo início da produção da cana de açúcar e não foi maior por causa da seca.

O setor Administração Pública apresentou uma desaceleração no ritmo de crescimento em 2012, se comparado com o ano anterior. O setor obteve 83 postos de emprego e um crescimento de (0,86%).

O desempenho do Estado não foi melhor porque os setores Extrativos Minerais, Indústria de Transformação e Construção Civil apresentaram um desempenho baixo por causa da desaceleração econômica, mesmo com todos os esforços do governo para manter o nível de emprego elevado.

Tabela 27- Evolução do emprego por setores da atividade econômica
Alagoas - Acumulado até dezembro 2012

Atividades Econômicas	2011			2012		
	Admissão	Desligamento	Saldo	Admissão	Desligamento	Saldo
Extrativa mineral	369	263	106	267	315	-48
Indústria de transformação	60.452	58.157	2.295	54.948	59.027	-4.079
Serviços industriais de utilidade pública	1.087	749	338	808	872	-64
Construção civil	36.840	29.068	7.772	35.199	37.324	-2.125
Comércio	32.794	29.232	3.562	33.129	29.349	3.780
Serviços	38.658	32.868	5.790	36.315	31.612	4.703
Administração pública	320	119	201	159	83	76
Agropecuária	6.287	5.811	476	3.824	3.754	70
Total	**176.807**	**156.267**	**20.540**	**164.649**	**162.336**	**2.313**

Fonte: Caged
Dados trabalhados pela Seplande - Sinc

De acordo com a **tabela 28** a evolução do emprego por setores de atividade econômica no estado de Alagoas, apresentou em dezembro de 2012, um saldo de (−2,613 postos) de trabalho que significa um declínio de (-0,74%) em decorrência de uma desaceleração nos setores econômicos no período da entressafra agrícola e o esgotamento do poder aquisitivo das famílias.

Tabela 28- Evolução do emprego por setores da atividade econômica
Alagoas - Saldo dezembro de 2012

Atividades Econômicas	Variação	
	Absoluta	Relativa%
Extrativa mineral	-23	-2,27
Indústria de transformação	-856	-0,84
Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP	-10	-0,21
Construção civil	-1.037	-2,70
Comércio	-122	-0,16
Serviços	-292	-0,27
Administração pública	-2	-0,02
Agropecuária	-271	-2,66
Total	**-2.613**	**-0,74**

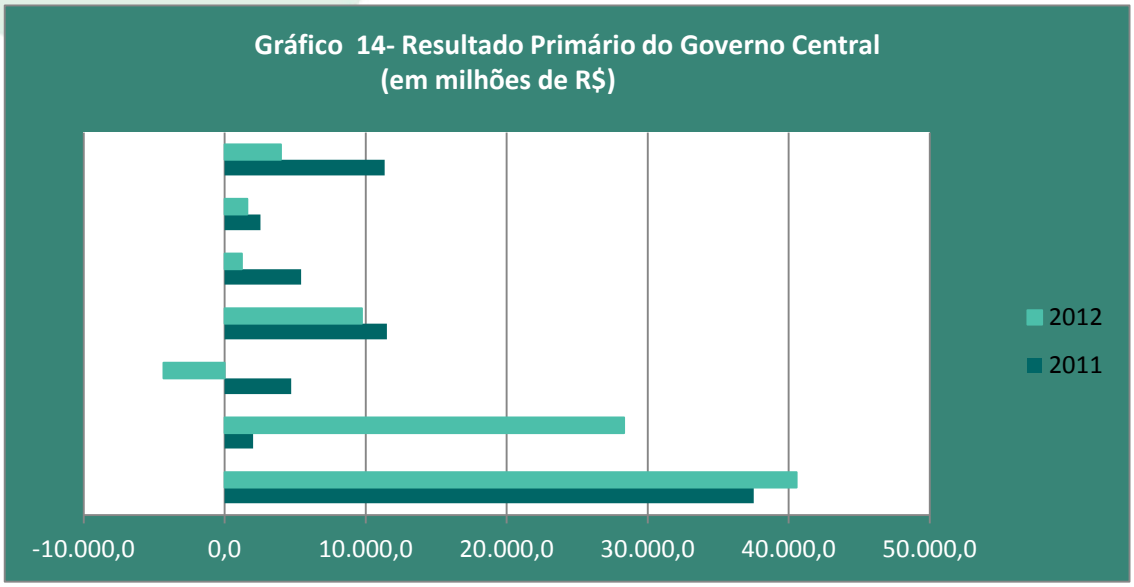
Fonte: Caged
Dados trabalhados pela Seplande Sinc

As expectativas para o ano de 2013 são as melhores para o Estado com a construção do estaleiro Eisa, a instalação de uma fábrica de fornecimento de equipamentos navais, *offshore* e manutenção, construção da mineradora no Município de Craíbas, intensificação do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros empreendimentos, que devem empregar uma grande massa de trabalhadores. Em relação ao turismo, as perspectivas são boas, visto que o Estado pode contar com vários atrativos turísticos e a Copa das Confederações também deve movimentar bastante este setor.

7. Finanças Públicas

7.1 União

Antes da análise referente à receita e despesa da União, é importante destacar a evolução do resultado primário do Governo Central ao longo do segundo semestre. O **gráfico 14** ilustra esses dados de forma comparativa desse período entre os anos de 2012 e 2011.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Dados adaptados pela Seplande – Sinc

Ao contrário do resultado observado em 2011, o segundo semestre de 2012 apresentou *déficit* considerável no mês de novembro, no valor de R$ 4,3 bilhões. Vários fatores explicam este resultado: o Tesouro Nacional que havia contribuído com um *superávit* de R$ 12,8 bilhões no mês de outubro, atingiu apenas R$ 1,2 bilhão em novembro, enquanto a despesa total permaneceu estável entre os dois meses. Além disso, as transferências para Estados e Municípios também influenciaram o resultado, apresentaram um crescimento de (49,5%), que correspondeu a um aumento de R$ 6,1 bilhões.

Em dezembro de 2012, o quadro mudou consideravelmente. Foi observado um *superávit* no valor de R$ 28,3 bilhões sem paralelo nos meses do segundo semestre deste ano e do anterior. Desta vez, o superávit do Tesouro Nacional alcançou R$ 21,7

bilhões, como resultado do crescimento de (24,3%) da receita bruta e apenas (13,7%) da despesa. Além disso, a receita do Governo Central cresceu (38,3%).

O superávit total foi superior ao de 2011, no acumulado do semestre, apesar de em 2012 apenas o mês de dezembro ter alcançado um resultado primário maior que o mesmo período do ano anterior.

7.1.1 Receitas

Na análise comparativa do segundo semestre de 2011 e 2012, observou-se um crescimento da receita total em (5,89%), passando de R$ 510 bilhões para R$ 540 bilhões. No que se refere à receita do tesouro, seu crescimento foi de (4,36%), enquanto a receita da previdência social aumentou (10,43%) no mesmo período. Por outro lado, a receitas do Banco Central caiu em (17,16%).

A **tabela 29** mostra com mais detalhes a situação fiscal do governo central. É possível observar que a arrecadação de impostos manteve-se praticamente constante, com uma variação positiva de apenas (0,07%), no comparativo do segundo semestre dos dois anos. O item referente às demais receitas apresentou um crescimento de (18,42%), contribuindo com um aumento de pouco mais de R$ 10 bilhões no período.

Continua

Tabela 29 - Resultado fiscal do governo central
Brasil - Segundo Semestre 2011/2012 (R$ milhões)

Resultado Primário	Segundo Semestre		Var. (%)
	2011	2012	2012/2011
I. Receita Total	510.394,46	540.453,33	5,89
I.1. Receitas do Tesouro	372.607,03	388.865,64	4,36
I.1.1 Receita Bruta	384.406,93	402.150,53	4,62
Impostos	179.428,48	179.555,98	0,07
Contribuições	147.825,74	154.914,34	4,80
Demais	57.152,72	67.680,21	18,42
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	-	-	-
I.1.2. (-) Restituições	-11.647,98	-13.280,04	14,01
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-151,92	-4,85	-96,81
I.2. Receitas da Previdência Social	135.780,19	149.924,90	10,42
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano	132.965,53	146.940,92	10,51
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural	2.814,67	2.983,98	6,02
I.3. Receitas do Banco Central	2.007,23	1.662,79	-17,16
II. Transferências a estados e municípios	85.939,31	87.213,43	1,48
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	63.913,95	62.873,93	-1,63
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	2.925,00	2.925,00	0,00

Conclusão

Tabela 29 - Resultado fiscal do governo central Brasil - Segundo Semestre 2011/2012 (R$ milhões)

Resultado Primário	Segundo Semestre		Var. (%)
	2011	2012	2012/2011
II.3. Transferências da Cide	1.154,71	377,77	-67,28
II.4. Demais	17.945,66	21.036,73	17,22
III. Receita líquida total (I-II)	424.455,15	453.239,90	6,78

Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

A receita líquida é obtida através da dedução das transferências a estados e municípios na receita total. A variação desse item no período de análise foi de (1,48%), correspondendo a pouco mais de R$ 87 bilhões. As transferências constitucionais é o subitem mais significativo no segundo semestre de 2012 e representou (72,09%) do valor total. Em relação ao segundo semestre de 2011, sua variação foi (-1,63%), o que contribuiu com o tímido aumento das transferências a estados e municípios.

7.1.2- Despesas

A despesa total do governo central aumentou (9,86%) no segundo semestre de 2012, em relação ao mesmo período do ano anterior. Em geral, os principais subitens - benefícios previdenciários, (12,11%); custeio e capital, (11%); transferência do tesouro ao Banco Central, (12,02%) - cresceram em torno de (10%), com exceção da despesa com pessoal e encargos sociais, apenas (4,70%), e a despesa do Banco Central, que, neste caso, foi de (-2,70%) no período.

A rubrica referente à previdência social apresentou uma variação positiva na ordem de (26,50%), enquanto o tesouro nacional cresceu (14,08%) correspondendo um aumento de quase R$ 10 bilhões.

Tabela 30- Resultado fiscal do governo central Brasil - Segundo Semestre 2011/2012 (R$ milhões)			
Resultado Primário	Segundo Semestre		Var. (%)
	2011	2012	2012/2011
IV. Despesa total	**386.929,24**	**425.079,22**	**9,86**
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	92.239,28	96.572,00	4,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	151.800,41	170.190,35	12,11
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano	118.779,62	132.064,60	11,18
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural	33.020,79	38.125,74	15,46
IV.3. Custeio e Capital	139.604,72	154.958,81	11
IV.3.1. Despesa do FAT	22.629,59	25.141,05	11,1
Abono e Seguro Desemprego	22.378,99	24.871,66	11,14
Demais Despesas do FAT	250,59	269,39	7,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	5.194,97	3.167,46	-39,03
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.559,43	1.244,57	-65,03
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.635,54	1.922,88	17,57
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)	12.631,23	14.669,70	16,14
IV.3.4 Capitalização da Petrobrás	-	-	-
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	99.148,94	111.980,61	12,94
Outras Despesas de Custeio	72.585,73	85.364,91	17,61
Outras Despesas de Capital	26.563,20	26.615,70	0,2
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.099,58	1.231,80	12,02
IV.5. Despesas do Banco Central	2.185,25	2.126,26	-2,7
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	**-**	**12.400,00**	**-**
VI. Resultado primário governo central (III - IV + V)	**37.525,90**	**40.560,69**	**8,09**
VI.1. Tesouro Nacional	53.724,14	61.289,60	14,08
VI.2. Previdência Social (RGPS)	-16.020,22	-20.265,45	26,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano	14.185,91	14.876,32	4,87
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural	-30.206,12	-35.141,77	16,34
VI.3. Banco Central	-178,02	-463,46	160,35
VII. Ajuste metodológico	**324,7**	**500,36**	**54,1**
VIII. Discrepância estatística	**-694,44**	**-2.613,77**	**276,38**
IX. Resultado primário do governo central (VI + VII + VIII) [resultado nominal]	**35.143,45**	**10.123,29**	**-71,19**
X. Juros nominais	**-75.558,04**	**-49.963,61**	**-33,87**
XI. Resultado nominal do governo central (IX + X)	**-40.414,59**	**-39.840,32**	**-1,42**

Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

No segundo semestre de 2011, o governo central apresentou um déficit nominal de R$ 40.414,59 milhões. No mesmo período de 2012, foi identificada uma variação de (-1,42%), o que correspondeu a uma manutenção do déficit, porém, no valor de R$ 39.840,32 milhões.

7.2 Nordeste

A parte das finanças públicas para a região Nordeste visa analisar os dados referentes às transferências federais para os estados nordestinos. Este esforço é particularmente importante porque se observam estados pobres que dependem desses recursos. O estado de Alagoas, por exemplo, ainda se mantém dependente deste repasse.

Tabela 31- Principais Transferências para os Estados Nordestinos
Segundo Semestre 2011/2012
(Em R$)

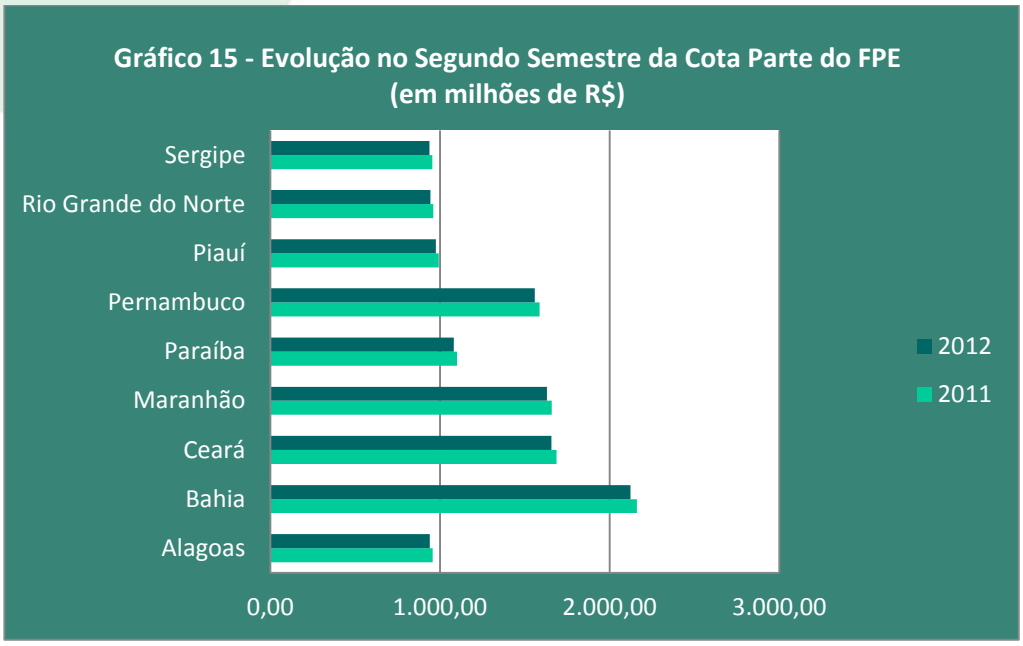
	Ano		Var.(%)
UF	2011	2012	2012/2011
NORDESTE	16.923.372.590,05	16.657.887.045,44	-1,57
Alagoas	1.226.808.595,82	1.230.939.152,72	0,34
Bahia	3.438.852.027,07	3.528.189.427,62	2,6
Ceará	2.259.263.753,64	2.242.499.171,48	-0,74
Maranhão	2.240.658.005,51	2.264.040.825,96	1,04
Paraíba	1.486.744.244,57	1.470.198.292,40	-1,11
Pernambuco	2.479.190.394,36	2.456.203.462,80	-0,93
Piauí	1.294.307.704,26	1.280.712.659,50	-1,05
Rio Grande do Norte	1.297.695.885,96	1.284.538.333,52	-1,01
Sergipe	1.199.851.978,86	1.185.502.246,37	-1,2

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Dados adaptados pela Seplande – Sinc
Obs.: Valores com desconto da parcela destinada ao FUNDEB

Os repasses federais para os Estados Nordestinos apresentaram uma variação de (-1,57%) no segundo semestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R$ 16.923.372.590,05 para R$ 16.657.887.045,44. Seis dos nove membros da região tiveram uma redução do montante transferido, apenas Alagoas (0,34%), Bahia (2,60%) e Maranhão (1,04%) mantiveram uma variação positiva, ainda que em pequena escala.

Dentre as transferências federais, a principal delas consiste no FPE (Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal). O FPE repassa (21,5%) da receita arrecadada com imposto de renda (IR) e imposto sobre produtos industrializados (IPI) para Estados e Distrito Federal. O montante enviado para cada destino deverá ser proporcional ao coeficiente individual de participação, que é produto da população de cada estado.

O resultado da análise da variação do FPE durante os segundos semestres de 2011 e 2012 reflete a conjuntura observada na análise anterior, no qual se destacou uma queda nas transferências federais para os estados nordestinos. Todos eles apresentaram redução do montante recebido do FPE em relação ao mesmo período de 2011.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Dados adaptados pela SEPLANDE – Sinc
Obs.: Valores com desconto da parcela destinada ao FUNDEB.

7.3 Alagoas

No estado de Alagoas, a análise das finanças públicas consiste no estudo das receitas e despesas do estado. Este tipo de esforço é particularmente importante na realidade brasileira, e especialmente na alagoana, porque o Estado exerce papel central no processo de desenvolvimento da região, seja por meio de investimentos diretos ou mesmo com sua capacidade de absorver mão de obra para as suas unidades burocrático-administrativas. Dessa forma, as finanças públicas revelam o caráter da política econômica adotada pelo governo e, de alguma forma, sinalizam seu progresso ou retrocesso.

7.3.1 Receitas

No que se refere à receita do estado de Alagoas, observou-se no segundo semestre de 2012 um crescimento de (6,30%) em relação ao mesmo período do ano anterior, o que correspondeu a um aumento de R$ 173.016.612,39.

Dos itens que integram as receitas próprias, foi observada uma queda apenas no item Outras receitas (-45,32%) e no Imposto S/Renda e Proventos (-28,46%), uma surpresa, já que entre os segundos semestres de 2010 e 2011 houve um aumento de (183,14%). As Taxas (40,53%) e o IPVA (23,49%) apresentaram os maiores aumentos percentuais. Por outro lado, o ICMS que correspondeu a (82,80%) das receitas próprias no segundo semestre de 2012 cresceu apenas (8,44%) no período.

O IPVA seguiu mantendo o ritmo de crescimento. A justificativa é o contínuo crescimento da frota de veículos do Estado. Depois da crise financeira global de 2008, foi colocada em prática no âmbito nacional uma política anticíclica que se baseou na redução de impostos das mercadorias, principalmente o IPI, com o objetivo de pressionar os preços para baixo e acelerar as vendas. A política teria um efeito de transbordamento no sentido de manter o emprego, renda e investimento.

No que se refere às transferências federais, observa-se uma situação preocupante por duas razões. Em primeiro lugar, houve uma redução na cota-parte do FPE (-1,74%), que tem um valor semelhante ao do ICMS. Mas não apenas isso, as transferências como o IPI (-14,65%), CIDE (-67,21%) e Royalties p/exced. Prod. do Petróleo (-4,06%) apresentaram variação negativa no mesmo período. Em segundo lugar, observa-se que os valores provenientes das transferências federais corresponderam a (50,36%) das receitas totais do Estado no segundo semestre de 2012. Este segundo ponto, a questão da dependência estadual aos repasses do governo federal, representa um problema estrutural estadual, que só poderá ser resolvido com uma completa modificação da estrutura produtiva da região capaz de potencializar a arrecadação própria através da criação de novos empregos de qualidade, da intensificação do consumo e da arrecadação tributária em geral.

Tabela 32- Receitas Alagoas Segundo Semestre 2012			
Receitas	Ano		Var. (%) 2012/2011
	2011	2012	
Receita Tributárias	**1.175.003.183,54**	**1.236.350.012,40**	**5,22**
ICMS (líquido)	944.042.578,28	1.023.714.201,66	8,44
IPVA (líquido)	62.621.567,03	77.330.217,45	23,49
ITCD (líquido)	2.393.506,04	2.495.877,87	4,28
FECOEP	24.430.859,15	28.927.110,29	18,4
Imposto s/renda e proventos*	137.689.334,84	98.507.025,82	-28,46
Taxas*	3.825.338,20	5.375.579,31	40,53
Outras receitas**	**132.056.059,84**	**72.214.378,54**	**-45,32**
Transferências federais	**1.402.321.391,62**	**1.470.845.983,17**	**4,89**
FPE (líquido)	956.015.181,23	939.387.172,57	-1,74
IPI (líquido)	3.105.905,92	2.650.752,39	-14,65
CIDE	16.133.432,12	5.289.498,36	-67,21
Recursos.hidricos	5.540.164,32	7.839.144,06	41,5
Recursos minerais	129.563,87	157.672,34	21,69
Royalties p/exced.prod.do petroleo	15.474.408,84	14.845.791,93	-4,06
FEP	4.622.509,70	5.170.442,05	11,85
Transferencia financeira - l.c. num.87/96 (líquido)	4.915.287,06	4.915.287,06	0
FUNDEB	232.579.985,57	261.752.408,99	12,54
Outras Transferências***	163.804.952,99	228.837.813,42	39,7
Receitas Intraorçamentárias	**2.774.868,59**	**8.491.999,80**	**206,03**
Receitas de Capital**	**35.246.444,41**	**132.516.186,48**	**275,97**
Total da Receita	**2.747.401.948,00**	**2.920.418.560,39**	**6,3**

Fonte: Extrator - SIAFEM/ SISBB
Notas:
(*) Receitas do Tesouro Estadual
(**) Receita Patrimonial, Receita de Serviços e Outras Receitas Correntes
(*) Outras Trans dec.de Comp. Finan, Trans do SUS, Trans FNAS, Trans Comer. Ouro, Trans Desen Educ, Trans Inst Privadas, Trans Pessoas, Trans Conv e Ent**
(**) Operações de Crédito, Alienação de Bens, Transferência de Capital, Outras Receitas de Capital**

7.3.2 Despesas

Com relação às despesas totais, observou-se um crescimento de (9,34%) no segundo semestre de 2012, comparado com o mesmo período do ano anterior. Este resultado foi influenciado por todos os componentes da despesa, com exceção apenas das amortizações, que variou (-14,17%). As despesas correntes cresceram (8,38%), as de capital (5,67%), as transferências a poderes cresceram (23,45%) e as transferências a municípios (8,77%).

Os juros e encargos da dívida (gasto que se refere à investimentos já realizados e, portanto, não significa benefício presente para o estado) cresceram (65%), este percentual se refere à um aumento de pouco mais de 55 milhões de reais. Da mesma forma o item de outras despesas correntes, com crescimento de (14,12%), consistiu em aumento de cerca de 65 milhões de reais.

Do ponto de vista do crescimento econômico, é importante destacar a despesa de capital, que, como falado anteriormente, cresceu apenas (5,67%), correspondendo a um aumento de R$ 27.738.939,12. É este tipo de gasto que significa investimento produtivo real, aumento de capacidade produtiva e, por conseguinte, expansão de emprego, renda e crescimento econômico. Os gastos com investimento aumentaram quase 70 milhões de reais no comparativo do segundo semestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior. Porém, é importante destacar que (46,35%) da despesa de capital se referem à amortização da dívida, portanto, não significa investimento produtivo no ano corrente, da mesma forma como a conta de Juros e Encargos da Dívida. Pelo contrário, trata-se de pagamento de investimentos já realizados no passado.

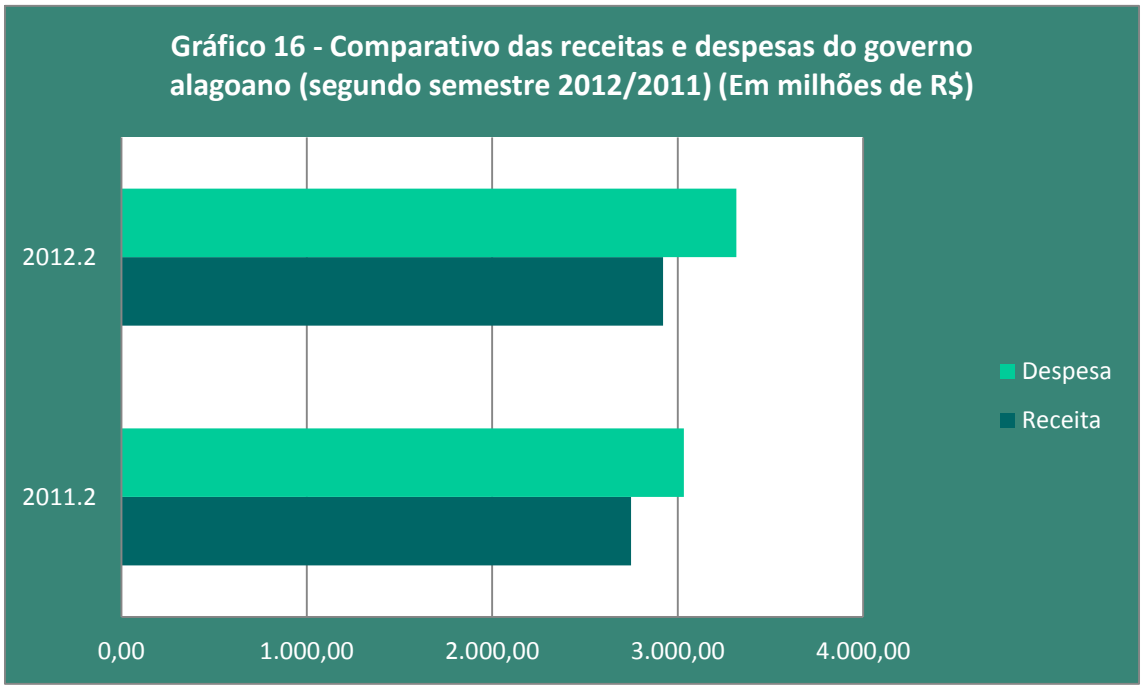
Tabela 33- Despesa Liquidada de Alagoas
Segundo Semestre 2012

Despesa Liquidada	Ano		Var.(%) 2012/2011
	2011***	2012	
Poder Executivo	**2.379.578.264,05**	**2.565.742.443,86**	**7,82**
Despesas Correntes	**1.890.227.247,31**	**2.048.652.488,00**	**8,38**
Pessoal e Encargos*	1.346.983.654,42	1.385.635.221,31	2,87
Juros e Encargos da Dívida	84.618.188,12	139.619.076,29	65,00
Outras Despesas Correntes*	458.625.404,77	523.398.190,40	14,12
Despesas de Capital	489.351.016,74	517.089.955,86	5,67
Investimento*	206.483.074,15	271.311.276,98	31,40
Inversões Financeiras	3.660.561,56	6.129.143,41	67,44
Amortização	279.207.381,03	239.649.535,47	-14,17
Transferências a Poderes**	**270.782.765,42**	**334.289.725,14**	**23,45**
Assembleia Legislativa	60.259.464,65	74.751.044,35	24,05
Tribunal de Contas	29.521.727,80	31.849.361,25	7,88
Tribunal de Justiça	131.678.135,19	168.189.113,13	27,73
Ministério Público	49.323.437,78	59.500.206,41	20,63
Transferências a Municípios	**381.878.894,92**	**415.373.440,32**	**8,77**
Total da Despesa	**3.032.239.924,39**	**3.315.405.609,32**	**9,34**

Fonte: Extrator - SIAFEM

Notas:
(*)Desconsideradas as despesas cobertas por receitas do tesouro estadual e receita própria de recolhimento descentralizado dos Fundos relativas aos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público.
(**) Considerou-se apenas as despesas cobertas pelas Receitas do Tesouro Estadual, neste item não foram contabilizados os Fundos que integram os Poderes Legislativo, Judiário e Ministério Público.
(***) As despesas cobertas pela fonte 0202 referente a pessoal e encargos e outras despesas correntes não foram consideradas.

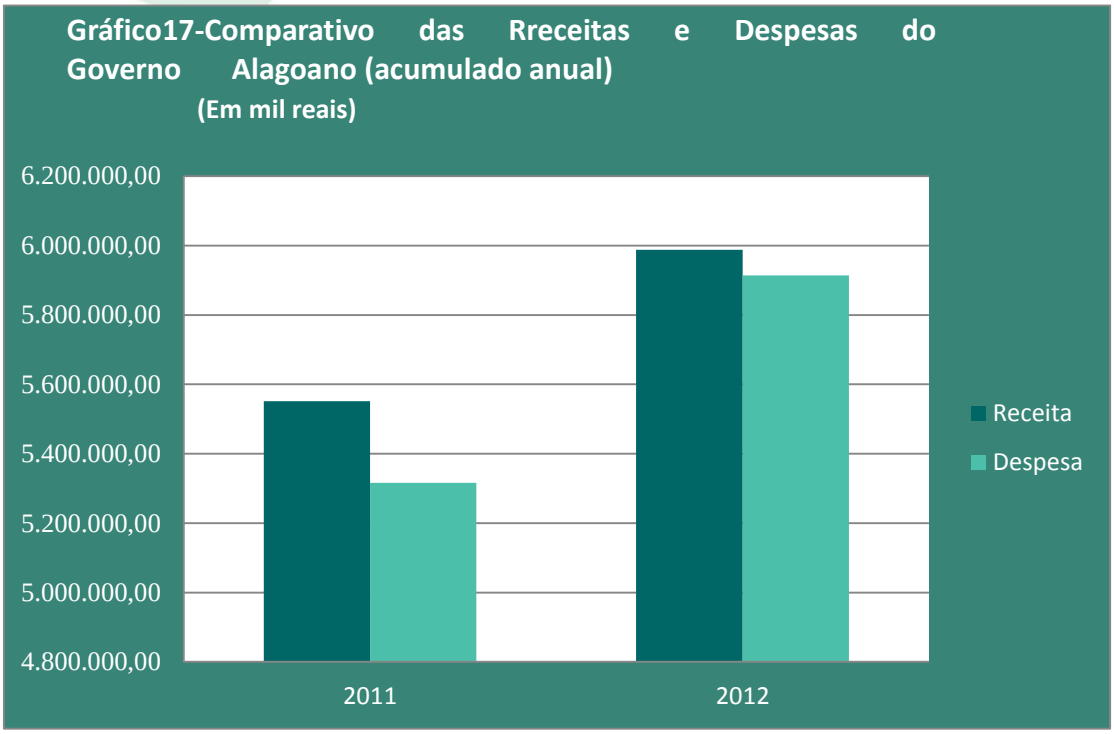
O **gráfico 16** mostra uma conjuntura delicada das finanças públicas alagoana. Tanto no segundo semestre de 2011 quanto no mesmo período de 2012 observa-se déficit orçamentário, porém, com um agravante, na segunda metade de 2012 o saldo negativo superou o anterior em R$ 110.149.072,54. A situação deficitária das finanças públicas não é um problema por definição. Pelo contrário, é comum observar este contexto em momentos de acelerado crescimento econômico. Isto porque o Estado está frequentemente relacionado com o *boom* de investimento produtivo, que requer um aumento nos gastos nem sempre seguido do proporcional aumento na receita. Em outras palavras, o déficit orçamentário é, muitas vezes, reflexo de uma política ativa de crescimento e desenvolvimento econômico.



Fonte: Extrator - SIAFEM

O caso alagoano merece atenção porque apesar do *déficit* existente, não se observa exatamente um contexto de crescimento econômico acelerado, ou pelo menos não protagonizado pelo Estado. É possível observar isso na **tabela 33** de despesas do governo estadual, quando se verifica que apenas (15,60%) do valor total se referem à despesa de capital (sem considerar as amortizações). De fato, as despesas correntes, que correspondem a (61,79%) dos gastos no segundo semestre de 2012, foram responsáveis por pouco mais de um terço do aumento dos gastos do governo.

No acumulado do ano, conforme o **gráfico 17**, o contexto fiscal alagoano mudou. O estado fechou os dois anos analisados de forma superavitária. Em 2011 o saldo positivo anual atingiu 235 milhões de reais, enquanto em 2012 caiu para 74 milhões de reais. Em 2011 a receita atingiu R$ 5,5 bilhões contra uma despesa de R$ 5,3 bilhões. A diferença diminuiu em 2012, que obteve R$ 5,99 bilhões de receita e despesas no valor de R$ 5,91 bilhões. A análise do acumulado do ano mostra que o governo alagoano está comprometido com o equilíbrio das suas contas. Isto é condição fundamental para se planejar uma estratégia sustentável de desenvolvimento econômico no médio e longo prazo.



Fonte: Extrator - SIAFEM

8. Considerações

A análise da conjuntura para o segundo semestre de 2012 demonstra os bons resultados em alguns setores da economia nacional e regional, bem como os efeitos da seca na agricultura brasileira, que influenciou negativamente a atividade.

Com relação à realidade de Alagoas no período analisado, observou-se que a atividade produtiva relativa à agricultura teve sua produção severamente afetada pela seca. O impacto foi tão significativo que a produtividade da agricultura alagoana foi reduzida em (-11,3%) e a do Nordeste – que também sofreu da adversidade climática – foi reduzida em (-10,4%). Por outro lado, a indústria apresentou desempenho satisfatório como resultado da política de atração de indústrias para o Estado.

A análise do setor sucroenergético, a partir da monocultura da cana-de-açúcar, é indispensável para avaliar a economia alagoana. Porém, é bem sabido que o processo de desenvolvimento econômico passa inevitavelmente pela industrialização. Hoje, o estado de Alagoas ainda é majoritariamente agrícola. A produção do estado é concentrada nos derivados da cana (açúcar e etanol), construção civil e nos setores químico e plástico. Além disso, a já mencionada política de atração de indústrias começa a contribuir com a necessária diversificação da estrutura produtiva do Estado.

Nesse contexto, a produção agrícola tem papel destacado no contexto econômico do estado. Porém, baseada na grande propriedade, como é o caso alagoano, ela é caracterizada como concentradora de renda e de terra. A atividade industrial, por outro lado, possui maior capacidade de dinâmica econômica e oferece maior número de empregos e com melhor qualidade. É desta forma que a renda é gerada e distribuída.

A análise por setor indica os seguintes resultados:

Os indicadores Industriais do Brasil indicam diminuição em vários setores, fruto da retração econômica no período tanto a nível nacional, quanto local. O nordeste, por sua vez, apresentou uma tímida melhora em relação ao semestre anterior, com perspectivas de crescer nos anos seguintes. Já em Alagoas, a estimativa trimestral do PIB informa um crescimento, fruto da instalação de novas fábricas e crescimento da

construção civil. Assim, já se observa no Estado um esforço para diversificação produtiva, com o incentivo e fortalecimento de setores distintos aos tradicionais. A balança comercial, que tem impacto direto na produção industrial, apresentou desempenho superavitário no período para o Brasil. Destarte, o nordeste apresentou déficit e em Alagoas, observa-se um pequeno superávit.

O comércio apresentou variação positiva em todas as óticas analisadas, tal como vem ocorrendo nos últimos semestres. Destaca-se uma diminuição da inadimplência, que em conjunto com a diminuição das taxas de juros, implicará no crescimento do setor nos próximos meses. O turismo vem apresentando resultados positivos, já em decorrência dos grandes eventos mundiais que serão realizados no Brasil durante os próximos anos. Assim, já se percebe e projeta-se um crescimento substancial também neste setor durante os próximos meses.

O mercado de trabalho reflete os resultados das atividades econômicas. Assim, se observa um saldo positivo em todas as óticas em análise, fruto do crescimento no setor de serviços.

Por fim, a análise das finanças públicas, indica um crescimento nas receitas da União e conseguintemente, um maior repasse para Estados e Municípios. Na discussão para Alagoas, foi identificado um crescimento nas receitas tributárias do Estado, durante todo o ano de 2012 superando a variação nas transferências federais. Todavia, a despesa cresceu no período, superando a ampliação do total arrecadado.

Referências

APMC. Estatístico Porto de Maceió. Disponível em: http://www.portodemaceio.com.br/web/estatistica.php. Acesso em 18/02/2013.

BNB. Nordeste cresce apesar da recessão econômica mundial e da estiagem. Disponível em: http://www.banconordeste.gov.br/Content/aplicacao/Grupo_Principal/Nordeste_Noticias/conteudo/nordeste_noticias_detalhes.asp?lstrCodNoticia=3443. Acesso em 28/04/2013.

Conab. 12º levantamento de grãos safra. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_09_06_09_18_33_boletim_graos_-_setembro_2012.pdf. Acesso em 18/02/2013.

Conab. 3º levantamento de cana-de-açúcar. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_12_12_10_34_43_boletim_cana_portugues_12_2012.pdf. Acesso em 18/02/2013.

FOHB. Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil. Disponível em:http://www.fohb.com.br/infohb.php. Acesso em: 20/02/2013.

IBGE. Pesquisa Industrial mensal produção física. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Industrias_Extrativas_e_de_Transformacao/Pesquisa_Industrial_Mensal_Producao_Fisica/Fasciculos/Fasciculo_Indicadores_IBGE_Brasil//. Acesso em 20/02/2013.

IBGE. Pesquisa Industrial mensal produção física Regional. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Industrias_Extrativas_e_de_Transformacao/Pesquisa_Industrial_Mensal_Producao_Fisica/Fasciculos/Fasciculo_Indicadores_IBGE_Regional/ Disponível em: Acesso em:20/02/2013.

IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio. Disponível em:http://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pmc_201206caderno.pdf. Acesso em: 20/02/2013.

Infraero. Boletim Estatística de Movimentação de Cargas. Disponível em: http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html. Acesso em: 25/02/2013.

MDIC. Balança Comercial Brasileira. Disponível em:http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5. Acesso em: 25/02/2013.

MTE. Evolução do Emprego do CAGED. Disponível em:http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor. Acesso em: 27/02/2013.

MTUR. Dados e Fatos Desembarques Internacionais. Disponível em:http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/desembarques_internacionais/. Acesso em: 20/02/2013.

MTUR. Dados e Fatos Desembarques Nacionais. Disponível

em:http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/desembarques_domesticos/. Acesso em: 20/02/2013.

SETUR. Secretaria de Estado de Turismo. Disponível em: http://www.turismo.al.gov.br/. Acesso em: 25/02/2013.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Relatório do tesouro nacional (várias edições) Disponível em:http://www3.stn.gov.br/hp/resultado.asp. Acesso em: 13/03/2013.

ARTIGO 2

A "ARTE" DE SOBREVIVER NO PERÍODO ATUAL: A "PIRATARIA" DE CDS E DVDS EM UNIÃO DOS PALMARES – AL

Fernando Antonio da Silva[1]
Reinaldo Sousa2

RESUMO

O presente trabalho destina-se a analisar geograficamente a "pirataria" de CDs e DVDs em União dos Palmares atentando especialmente para criatividade evocada na produção e distribuição desses produtos. Para tanto, no primeiro momento abordamos a situação recente da urbanização em União dos Palmares, Alagoas; no segundo momento, apresentamos uma caracterização dos agentes envolvidos com a comercialização dos discos; e finalmente analisamos as novas possibilidades de gravação de CDs e DVDs por parte de bandas locais, as táticas de venda dos produtos na cidade e a "arte" impregnada no uso dos objetos para "pirataria". A pesquisa obedeceu aos seguintes aspectos metodológicos: aprofundamento teórico, levantamento de dados em institutos de pesquisa, aplicação de 30 questionários e várias conversas com os vendedores de CDs e DVDs, ambos em 2011.

1. INTRODUÇÃO

Nós geógrafos que entendemos o espaço geográfico como instância da sociedade não utilizamos a noção de setor informal e formal para analisar a vida econômica das cidades por acreditar no frágil alicerce teórico e na grande carga ideológica que esses temos carregam (MONTENEGRO, 2012; MONTENEGRO, 2006; OLIVEIRA, 2009). Após longos estudos sobre as particularidades territoriais dos países subdesenvolvidos, Milton Santos propôs em 1975[3] a teoria dos Circuitos da Economia

[1] Mestrando em Geografia na UNICAMP-SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos do Pensamento Miltoniano – NEPEM, UNEAL. Email: fernando.s.12@hotmail.com.

[2] Professor da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, CAMUZP.

[3] Originalmente publicado em 1975 sob o título: *L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbanie des pays sous-développés.*

Urbana no seu livro: *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Nosso trabalho se apoia nessa teoria para interpretar a "pirataria" de CDs e DVDs em União dos Palmares-AL, sem esquecer, no entanto, o sistema de conceitos que alicerça e dá sentido a proposição dos circuitos.

Desse modo, a fragmentação presente na economia urbana deve ser compreendida a partir do Circuito Superior, resultante direto das modernizações, e do Circuito Inferior que emana indiretamente das mesmas modernizações. As atividades intensas em capital, tecnologia e organização constituem o primeiro; as atividades que tem capital reduzido, baixo grau de organização e tecnologia constituem o circuito inferior (SANTOS, 2008).

O trabalho busca analisar a geração de emprego e renda bem como a arte impregnada na comercialização dos CDs e DVDs "piratas" em União dos Palmares, Alagoas. Longe de ficar preso à ilegalidade dessa prática (TOZI, 2009, p.2), procuramos discutir sua importância para população pobre palmarina diante de uma situação de desemprego estrutural. Convidamos o leitor a pensar que é mais sensato considerar as técnicas e as possibilidades diversas de seus usos nos lugares (ORTEGA Y GASSET, 1957; ELLUL, 1968?; FRIEDMAMN, 1968; SANTOS, 2009, SILVEIRA, 2010), uma forma de "arte" de sobrevivência no período atual, do que em mera "pirateação" de produtos.

2. UNIÃO DOS PALMARES HOJE: INTENSIFICAÇÃO RECENTE DA URBANIZAÇÃO E AUMENTO DO DESEMPREGO

Ao se estudar a cidade deve-se atentar para o fato de que "[...] o processo de urbanização e a cidade são ordens espaciais interdependentes, cuja análise crítica deve ser feita concomitantemente". (SILVEIRA, 2011, p.2). A partir de 1970 a urbanização em União dos Palmares se intensifica, ainda que nos 20 anos que se seguiram permaneça o quadro que durante o século XX se esboçou, isto é, com predominância da população rural sobre a urbana.

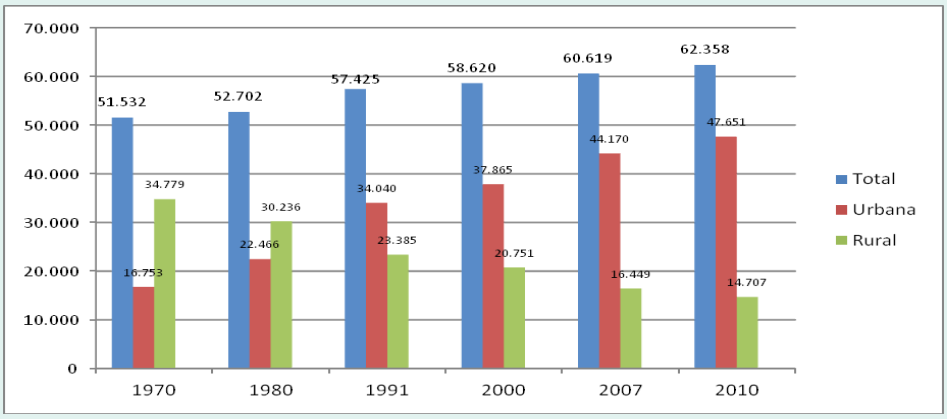


Gráfico 1: dinâmica da população urbana em União dos Palmares 1970/2010
Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE, 2010.

Essa inversão ocorrida pela primeira vez na década de 1990 (gráfico 1), quando a população urbana superou a rural, tem impactos decisivos sobre a estruturação da economia urbana, bem como nas formas de geração de renda, eliminando funções trabalhistas antes importantes no campo e criando novas ocupações na cidade ligadas, especialmente, ao desenvolvimento e difusão de novos objetos técnicos que passam a integrar o modo de vida urbano. A intensa presença de pessoas oriundos do campo na cidade demanda maiores ofertas de empregos urbanos, como se pode verificar na evolução da PEAs urbana e rural na tabela 1.

Tabela 1: Evolução das PEAs Rural e Urbana em União dos Palmares – 1970/2000

Ano	1970	1980	1991	2000
PEA rural	10.850	10.775	8.566	6.762
PEA urbana	4.364	6.692	12.132	13.115

Fonte: elaborado pelo autor a partir de IPEA data, 2012

A distribuição da PEA que na década de 1970, diferente do que ocorria no Brasil, ainda era predominantemente rural, começa a década de 1990 invertida, mostrando que a vida econômica do município passa a se consolidar na cidade, fato que se sedimenta no decênio posterior.

Tabela 2: Distribuição da população ocupada por setor 1970/1995

Ano	1970	1975	1980	1985	1995
Comércio	406	605	284	497	608
Indústria	418	821	610	1.027	104
Serviços	179	300	163	235	269
Agropecuária	14.525	14.141	15.331	12.735	6.922

Fonte: elaborado pelo autor com base em IPEAdata, 2012.

Tomando a PEA como um todo, rural e urbana, na década de 1990 verifica-se que esta era de 20.698 (tabela 1). Mas em 1995 a população ocupada nos setores

considerados (tabela 2) totaliza apenas 7.903. Como, desse modo, o restante da população economicamente ativa consegue gerar emprego e renda, principalmente na cidade? Se a taxa de desemprego era de apenas 4,67% em 1991, cresceu vertiginosamente para 16,07% em 2000. E por aí que o circuito inferior encontra uma situação fértil para florescer. Vale destacar que desde 1991 o número de pessoas adultas vem crescendo relativamente. Se em 1991 era de 21.861 (de um total de 57.425 habitantes) a quantidade de pessoas com mais de 25 anos, chegava a 24.492 em 2000 quando a população total era de 58.620. Desse modo, constata-se a necessidade de geração de mais postos de trabalhos, o que não vem ocorrendo quando se analisa alguns indicadores econômicos.

Se por um lado a porcentagem de pessoas pobres diminuiu de 76,11% em 1991 para 68,60% em 2000, a participação dos mais pobres no rendimento total também teve decréscimo, passando de 41% para 38,9% no mesmo período. Constata-se, assim, como a suposta diminuição da pobreza ocorre concomitante ao aumento da concentração da renda, revelando como a condição de subalternidade por parte dos mais pobres ganha novos contornos na cidade. Seria correto então falar de um empobrecimento relativo da população em União dos Palmares. Comprovando essa proposição, a razão da renda entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres subiu de 15,77% para 20,30%, ou seja, a parcela mais rica da população está cada vez mais concentrando a riqueza. O Índice de Ginni saltou de 0,540 para 0,570. Segundo Milton Santos:

> A existência de uma massa de pessoas com salários baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. (SANTOS, 2008, p.37).

Não acreditamos, porém, que o aumento do desemprego na cidade tenha explicação importante na baixa qualificação da mão de obra, embora essa seja uma característica marcante nessa cidade. Nesse período que o desemprego aumentou significativamente, mormente de 1991 para 2000, as taxas de alfabetização também cresceram, revelando que o problema não é exclusivamente este.

Tabela 3: IDH Educação, Longevidade e Renda em União dos Palmares/1991/2000

Ano	IDH - Educação	IDH- Longevidade	IDH- RENDA	IDH - Total
1991	0,471	0,558	0,49	0,506
2000	0,619	0,655	0,526	0,6

Fonte: SEPLANDE, 2012.

Conforme a tabela 3 a educação foi o indicador que mais melhorou de 1991 para 2000, mesmo assim não impedindo o desemprego de aumentar. Hoje a taxa de analfabetismo ainda permanece alta principalmente entre as pessoas em idade de trabalho: em 2010, na população entre 15 e 24 anos de idade esta era de 10,5%; já para a população entre 25 e 59 anos a taxa de analfabetismo era de 33,5%. Por sua vez, a taxa desemprego caiu em 2010 para 11,70%. Advogamos que isso se deve em grande parte a geração de ocupações ligadas aos novos objetos técnicos que União dos Palmares passa a acolher especialmente de 2005 para cá.

Quadro 1: Evolução da instalação das principais lojas e serviços em União dos Palmares – AL (Circuitos Superior e Inferior)**.**

Ano	Loja	Produtos ou serviços
1948	Banco do Brasil	Serviços bancários
1979	Banco do Nordeste	Serviços bancários
1986	Mendonça Móveis	Móveis e eletrodomésticos
1987	COMAPAL	Produtos agropecuários
1989	Terezinha Móveis	Móveis e eletrodomésticos
1996	Lojas Guido	Móveis e eletrodomésticos
2002	J.L. Móveis	Móveis
2003	Insinuante	Móveis e eletrodomésticos
2003	Master Print Zambo	Fotocopias, propagandas e publicidades
2003	Claro	Telefonia Móvel
2004	Banco do Cidadão	Associações para empréstimo
2004	Thaís Color	Artigos de fotografias
2005	Veloo Net	Oferta de internet
2006	Fox Line	Ensino de Informática
2007	Eletrosshopping	Móveis e eletrodomésticos
2007	Zumbi Net	Oferta de Internet
2008	Click Informática	Artigos de informática
2008	EP Produções	Suporte técnico em informática
2008	Alagoas Comunicação	Telecomunicações
2009	Flesh Total	Laboratórios fotográficos
2009	T 2 Studio e Produtora	Estúdios Cinematográficos
2010	Mega Eletrônica	Equipamentos para sons automotivos e instrumentos musicais.
2011	Vivo	Telefonia Móvel
2011	Bradesco	Serviços Bancários

Fonte: Prefeitura Municipal de União Dos Palmares (2012) e Trabalho de Campo (2012).

São esses novos objetos, inclusive, que permite o surgimento da “pirataria” de CDs e DVDs. O argumento pode ser resumido da seguinte forma: caso não tivesse havido grandes números de venda de sons e aparelhos de DVDs, expansão da oferta de internet, maior difusão do computador, etc., seria impossível que a venda de CDs e DVDs “piratas” tomasse as proporções atuais. Mesmo correndo o risco de simplificar, elaboramos o organograma 1 para explicar a “pirataria” de CDs e DVDs em União dos Palmares.

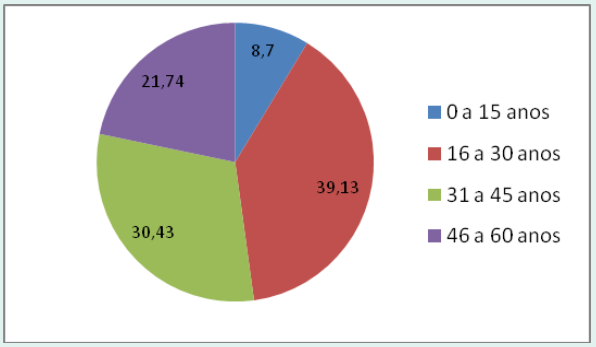
Organograma 1: possibilidade de uso popular de algumas tecnologias do período em União dos Palmares

Fonte: trabalho de campo, 2012. Elaborado por Fernando Silva e Reinaldo Sousa

3. CARACTERIZAÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS COM A COMERCIALIZAÇÃO CDS E DVDS

A maior parte das pessoas que responderam ao questionário era do sexo masculino, tendo como Estado de origem Alagoas (86,96%), enquanto que apenas 4,35% vieram do Estado de Pernambuco e 8,7% tem suas raízes no estado de São Paulo, porém todos no momento vivem em União dos Palmares. Demais, a parcela mais densa compõe-se de pessoas em idade de trabalho, ou seja, entre 16 e 60 anos, como mostra gráfico 2. Nele observa-se a presença maciça de comerciantes do produto com idade entre 16 e 45 anos, total que corresponde a 69, 76%.

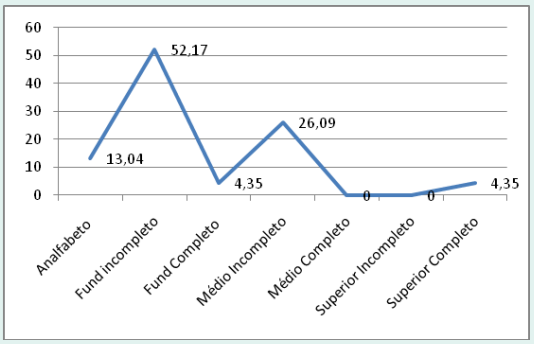
Gráfico 2: Média de Idade dos entrevistados, 2011



Fonte: pesquisa de campo, 2011

O atual período técnico-científico-informacional não abarca a totalidade da população economicamente ativa, tampouco os jovens trabalhadores. Assim, mesmo o Estado e as grandes empresas ao tratarem as atividades do circuito inferior como crime, não podem negar a sua legitimidade e eficácia no que toca a possibilidade do emprego. Ficou evidente, também, que uma grande parcela dos agentes envolvidos tem uma baixa escolaridade, conforme demonstrado no gráfico 3:

Gráfico 3: Grau de Escolaridade dos vendedores de CDs e DVDs, 2011

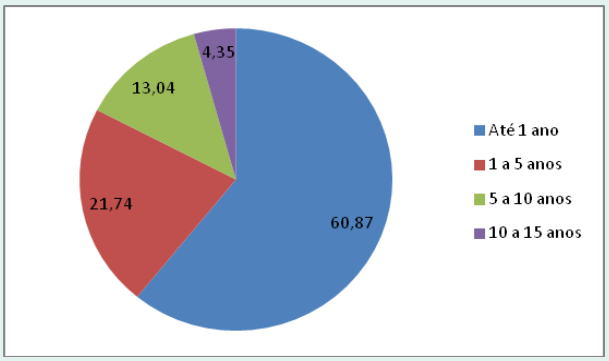


Fonte: Pesquisa de campo, 2011

A maior parte deles, ou seja, mais de 52%, não chegou a concluir o nível fundamental ou é analfabeto. Pelo menos essa atividade do Circuito Inferior da cidade de União dos Palmares tem como característica marcante a pouca ou insuficiente escolaridade. Há de se constatar, ainda, os 4% de vendedores com ensino superior completo que denuncia, *a priori*, um esgotamento das possibilidades de absorção do Circuito Superior de uma mão de obra, mesmo qualificada e especializada. Buscamos

verificar, ainda, há quanto tempo os agentes estão envolvidos nesta atividade. O gráfico 4, traz à baila o resultado obtido:

Gráfico 4: Tempo na atividade, 2011



Fonte: pesquisa de campo, 2011

Houve um aumento substancial na quantidade de agentes envolvidos com os produtos no último ano, parcela que representa 60,87%. Trata-se, portanto, de um fenômeno que vem ganhando maior expressividade nos últimos meses, ainda que um percentual significativo já esteja na atividade durante alguns anos. Comprovando isto, somando-se aqueles que estão a mais de cinco anos tem-se pouco mais de 17% do total.

4. CULTURA/POLÍTICA E PROJETOS LOCAIS

Os CDs e DVDs "piratas" são hoje, a bem dizer, o principal meio de circulação da produção musical e audiovisual em União dos Palmares. Isso significa que, de certa forma, os grandes agentes da cultura nacional têm se beneficiado dessa atividade no que tange à divulgação de suas produções. Mas, concomitantemente, constata-se a divulgação intensa, pelo mesmo meio, da produção musical de pequenas bandas de alcance local e regional, sobretudo de forró e reggae. É o caso da banda Show & Balanço, Roberto Rasta e inúmeros Djs que organizam CDs e DVDs com reggaes de diversos cantores. É também nessa combinação de múltiplos interesses que esse fenômeno deve ser interpretado.

Houve, assim, maior divulgação de músicas de banda locais, fato que não poderia ocorrer caso os CDs flexíveis não existissem. A esse respeito, certo vendedor

afirma: “aqui o CD de Roberto Carlos tem o mesmo valor que o CD de Missinho (banda local de forró), todos custam R$ 2,00. Não tem essa de valer mais pela fama do cantor” (homem, 58 anos, 13 anos na atividade). Não cabe aqui entrar no debate acerca da “qualidade” da música criada localmente, mas o importante é dizer que, se por um lado o mercado musical dos CDs ditos originais é seletivo, somente para “aqueles que têm talento”, por meio dessa flexibilidade os agentes locais podem expressar seus projetos, sem, contudo, suprimir a divulgação de música de cantores nacionais.

Embora não se tenha dados oficiais, tudo indica que existe uma parceria entre os cantores locais e alguns vendedores de discos. A embalagem usada na venda do CD do cantor de reggae Roberto Rasta, por exemplo, traz no verso um conjunto de patrocinadores que, na verdade, são vendedores de CDs em várias cidades alagoanas como: Niva CD, Zé do CD, Buda CD, Buiu CD entre outros, conforme se pode notar na figura 1:

Figura 1: Patrocinadores de uma Banda Local.

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

É, ainda, importante destacar que um conjunto de músicas desses cantores constitui adaptações de canções já conhecidas, onde a melodia é transformada e o conteúdo ganha novas características. Por exemplo, a música “Ai se eu te pego”, que alcançou bastante sucesso nos últimos meses na voz do cantor Michel Teló, é cantada em ritmo de reggae pelo cantor representado na figura 1 e em ritmo de forró pela banda local “Novo Som”. O interessante é que, mediante essa tática, eles conseguem atingir o público local e, assim, divulgar seus CDs.

5. AS TÁTICAS DOS VENDEDORES DE CDS E DVDS

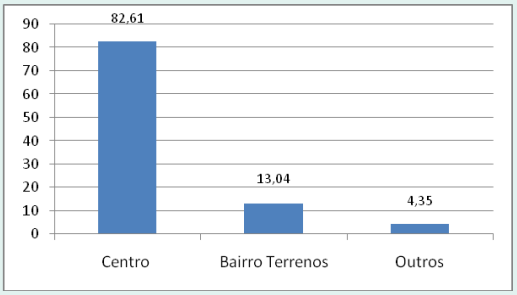
De acordo com Certeau , a tática é "[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] A tática não tem por lugar senão o do outro" (1994, p.100). Assim, as táticas precisam aproveitar as possibilidades, os momentos que a conjuntura oferece, pois é disso que depende seu êxito. Por este motivo, a ação tática demanda um conhecimento maior das variações das circunstâncias. Nesse sentido, é importante analisar as formas de atuação táticas empreendidas para comercialização dos discos em União dos Palmares. Pode-se dizer que os vendedores adotam maneiras de vender seus produtos diferenciadas de acordo com a possibilidade de cada agente.

Foto 1: venda de CDs e DVDs realizada na própria residência

Fonte: trabalho de campo 2012.

Tem aumentado, de maneira considerável, o número de pessoas que passam a vender os CDs e DVDs na própria moradia e em pequenas lojas que comercializam os mais diversos produtos, tanto no centro da cidade como nos demais bairros. Face à flexibilidade e popularização dos sistemas de objetos e sistemas de ações que envolvem essa atividade, sua expansão acompanha os anseios da população em lidar com a situação de pobreza estrutural, bem como atender a um consumo desejado e mal satisfeito por outras vias de acesso. No que concerne aos principais locais de comercialização, vê-se a relação que se estabelece com os fluxos.

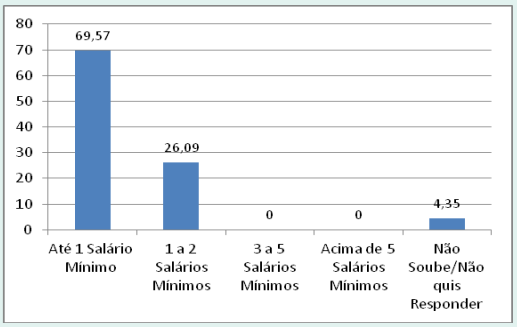
Gráfico 5: Principais locais de comercialização, 2011



Fonte: pesquisa de campo, 2011

O centro da cidade guarda um jogo de relações que se mostra importante à sobrevivência desses agentes, principalmente nos dias em que ocorrem as feiras-livres, a saber, segundas-feiras, quartas-feiras, sextas-feiras e sábados. Igualmente, nesta localidade se concentra um grande número de consumidores. No Bairro Roberto Correia de Araujo (Terrenos), que aparece como segundo principal ponto de comercialização com 13,04%, a feira-livre acontece aos domingos, quando está presente um grande número de vendedores. O baixo preço dos produtos comercializados permite que a população local tenha fácil acesso a eles. Cada unidade custa, em média, R$ 2,00 tanto de CDs como de DVDs. Não raro, com um pouco de pechincha é possível levar três unidades por apenas R$ 5,00. Geralmente, o lucro obtido pelo vendedor por cada unidade varia entre R$ 0,50 e R$ 1,50. Os que podem auferir maior rendimento são aqueles que, além de vendedores, também são fabricantes. De modo geral, o rendimento mensal conseguido pelos comerciantes é relativamente baixo conforme apresenta o gráfico 6.

Gráfico 6: Rendimento mensal médio, 2011



Fonte: pesquisa de campo, 2011

Levando-se em consideração que o rendimento obtido mediante a atividade para a porção mais densa, isto é, 69,57%, situa-se abaixo de um salário mínimo (R$ 510,00)[2], verifica-se que a média é baixa. Constata-se, nesse sentido, como se perpetua a pobreza, posto que, mesmo que esta não se defina somente pelo aspecto quantitativo, seria ilusório pensar que esse salário aponta uma saída para tal fenômeno.

6. A CRIATIVIDADE DO CIRCUITO INFERIOR NO PERÍODO ATUAL: DO TECNICISMO À ARTE?

Hoje a arte comumente fica relegada, exclusivamente, aos artistas, pessoas com talentos especiais que criam objetos dignos de admiração de todos. Já a técnica, na leitura econômica que permeia o discurso hegemônico, aparece sempre ligada à produção, como base do desenvolvimento econômico de uma nação. No entanto, Heidegger explica que arte e técnica no passado não separavam quando escreve:

> Outrora, não apenas a técnica trazia o nome de [...]. Outrora, chamava-se também de [...] o desencobrimento que levava a verdade a fulgurar em seu próprio brilho. Outrora, chamava-se também de [...] a pro-dução da verdade na beleza. [...] designava também a [...] das belas-artes (2010, p.36).

Os objetos utilizados na atividade de CDs e DVDs em União dos Palmares – AL revela a destreza, isto é, a arte desenvolvida por esses agentes. Em visita realizada a um "laboratório" de produção de CDs e DVDs em União dos Palmares, identificamos como esses agentes transformam objetos para conferirem novos usos. O computador utilizado nesse laboratório para gravação de discos foi alterado, dispõe de duas bandejas, podendo assim gravar dois de discos de uma só vez (foto 2). Os carros utilizados pelos agentes para comercialização dos discos dispõem de som, bateria e compartimentos na parte superior para comercialização dos produtos, como traz a foto 2.

[2] O valor do salário mínimo é referente a fevereiro de 2011, quando os dados foram coletados in lócus.

Foto 2: computador usado para gravação de CDs e DVDs **Foto 3 – Carrinho adaptado para venda de CDs e DVDs**
Fonte: trabalho de campo 2012.

No plano teórico, as imagens acima levam a reconhecer que "a técnica não é perigosa. Não há uma demonia da técnica. O que há é o mistério de sua essência" (HEIDEGGER, 2010, p.30). Além disso, verifica-se uma mistura entre sistemas técnicos de diferentes períodos: sistemas de sons modernos que, muitas vezes, funcionam com CD ou pendrive, com pneus de carrinhos de mão utilizados em construção civil.

Assim, a atividade dos CDs e DVDs pode ser compreendida como uma maneira de atribuir usos criativos às técnicas. Isso significa que "As potencialidades e os processos criativos não se restringem, porém, à arte. [...] O criar só pode ser visto num sentido global, como um agir integrado em um viver humano. De fato, criar e viver se interligam" (FAYGA, 1977, p.07). Para a autora, o potencial criador é fundamental nas transformações sociais: "Movido por necessidades sempre novas, o potencial criador do homem surge na história como fator de realização e transformação que afeta a própria condição humana, bem como os contextos culturais" (FAYGA, 1977, p.12). Por esta razão, Heidegger entende que uma transformação em benefício da sociedade pode advir da arte:

> Ninguém poderá saber se está reservada à arte a suprema possibilidade de sua essência no meio do perigo extremo. Mas todos nós poderemos nos espantar. Com o que? Com a outra possibilidade, a possibilidade de se instalar por toda parte a fúria da técnica até que, um belo dia, no meio de tanta técnica, a essência da técnica venha a vigorar na apropriação da verdade. (2010, p.37)

É preferível compartilhar com a primeira opção e dizer que está na "arte de sobrevivência" dos pobres um caminho para saída do "perigo extremo". Essa imprevisibilidade nos usos dos objetos para venda de discos não tem uma grande dose de arte?

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A "pirataria" de CDs e DVDs em União dos Palmares está extremamente vinculada aos processos de urbanização recente que a cidade vem conhecendo. Constatamos a importância econômica dessa atividade, sendo geradora de emprego e renda para diversas pessoas. Face à situação atual da economia urbana, marcada por produtos e serviços ligados à técnica e à informação, a atividade de CDs e DVDs constitui uma forma importante por parte dos pobres de se inserir na divisão do trabalho. Constatamos também a relevância da instância cultural, pois com os "piratas" as bandas locais podem mais facilmente produzir e divulgar suas composições. Isso mais uma vez movimenta a economia da cidade, pois à medida que as bandas se tornam mais conhecidas aumentam as possibilidades de realizarem shows.

Lembra Paul Virilio que *"[...] nas sociedades antigas, arte e técnica não estão separadas"* (2008, p.197). A análise geográfica da "pirataria" revela formas de produção, distribuição e consumo diretamente relacionadas ao conteúdo dos lugares, isto é, altamente criativas considerando as possibilidades, geralmente escassas, que estes agentes detêm. Ao que parece, arte e técnica se cotejam novamente na história do presente.

8. REFERÊNCIAS:

ELLUL, Jacques. **A Técnica e o Desafio do Século**. São Paulo: Paz e Terra, 1968?, 445p.

FAYGA, Ostrower. **Criatividade e Processos de Criação**. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1977.

HEIDEGGER, Martin. "A Questão da Técnica". In: HEIDEGGER, Martin. **Ensaios e Conferências**. 6. Ed, Petrópolis: Vozes, 2010, p.11-38.

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br> Acesso em:10 de julho de 2012.

FRIEDMAMN, Georges. **7 Estudos sôbre o Homem e a Técnica**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, 162p.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O Circuito Inferior da Economia Urbana na cidade de São Paulo no período da Globalização**. São Paulo: 2006, 205p. Dissertação. (Mestrado

em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
_____. “A Teoria dos Circuitos da Economia Urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização”. In: Revista Geográfica Venezolana. Vol.53(1), enero/junio, p.147-164, 2012.
ORTEGA Y GASSET, José. **Meditación de la Técnica**. Madri: Revista del Occidente, 1957, 147p.
OLIVEIRA, Edilson Luis de. **Divisão do Trabalho e Circuito da Economia Urbana em Londrina – PR.** 2009. 338 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2009, 384p.
_____. **O Espaço Dividido.** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2008, 440p.
SEPLAND. Sistema de Informações Municipais – SIM. Disponível em http://geo.seplande.al.gov.br/geoweb/wizard/php/frmNivelAgrupamento.php Acesso em: 13 de janeiro de 2012.
SILVEIRA, Maria Laura. “Espaço Geográfico e Fenômeno Técnico: por um debate substantivo”. In: BOMFIM, Paulo Albuquerque; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de (Orgs.). **Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010, p.123-139.
_____. “Modernizações Territoriais e Circuitos da Economia Urbana no Brasil”. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro – RJ: 2011, p.1-21.
TOZI, Fábio. “A Pirataria como uso do Território Brasileiro”. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. Buenos Aires: 2009, p.1-12.
VIRILIO, Paul. “A Técnica e a Guerra”. In: SCHEPS, Ruth (Org.). **O Império das Técnicas**. Campinas, SP: Papírus, 1996, p.191-201.

ENTREVISTA

Entrevista

Luiz Otavio Gomes

A Seplande conversou com o Bacharel em Direito, atuante na iniciativa privada e Secretário do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Alagoas.

Um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de Alagoas nos últimos anos, o secretário de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico é o entrevistado nessa edição da Conjuntura Econômica. Durante a entrevista, ele comentou sobre a atual situação econômica do Estado, os empreendimentos que chegaram a Alagoas nos últimos seis anos e meio, as principais cadeias produtivas existentes no Estado, além de traçar perspectivas para o futuro

1) O que pode ser esperado acerca dos últimos investimentos no Estado?

Desenvolvimento. Todo o trabalho realizado ao longo desses seis anos e meio do Governo Teotonio Vilela Filho tem como objetivo principal o desenvolvimento econômico e social de Alagoas. Os números apresentados durante esse período mostram claramente que nós estamos no caminho certo: enquanto o PIB estimado do Brasil em 2012 foi de 0,9%, o de Alagoas foi estimado em 4,4%. O que deixa claro que o governador implantou, em Alagoas, a cultura do desenvolvimento.

2) Que cadeias produtivas são atualmente incentivadas para o desenvolvimento econômico do Estado de Alagoas?

Todas as cadeias produtivas do Estado são incentivadas através do Prodesin, o Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas, que tem como principal objetivo trazer para o nosso estado o maior número possível de indústrias e fazer com que todas elas, seja micro, pequena, média ou grande, tenham acesso a mesma política de incentivos. Agora, o que eu posso afirmar é que algumas cadeias se desenvolveram muito mais do que outras e merecem um destaque, como por exemplo a Cadeia Produtiva da Química e do Plástico, que tem como âncora a Braskem e a partir dela nós trouxemos dezenas de empresas para Alagoas, como a Tigre ADS, a Corrplastik, a Krona, entre outras. Temos também um desenvolvimento expressivo no segmento alimentício, onde nós temos a Sococo, que acabou

de aumentar em 35% o seu parque industrial no Estado e inauguramos recentemente a fábrica da Bauducco, em Rio Largo, que é uma empresa de grande importância para o Brasil.

3) Em relação à matriz energética alagoana, quais as potencialidades do Estado?

Alagoas é um Estado que tem uma diversidade muito grande no que se diz respeito a sua matriz energética, mas a principal delas é a energia elétrica oriunda das nossas águas. Além dela, outra que atualmente tem sido trabalhada com muita intensidade é a biomassa, que aqui em Alagoas é representada por dois grandes expoentes.

"Alagoas é um Estado que tem uma diversidade muito grande no que se diz respeito a sua matriz energética"

A GranBio está sendo construída no município de São Miguel dos Campos e vai trabalhar com o etanol de segunda geração; e a Ben Bioenergia, em Teotônio Vilela, vai operar na co-geração de energia elétrica através de biomassa, tendo como sua principal matéria-prima a cana de açúcar. Juntos, esses dois empreendimentos somam investimentos na ordem de R$ 700 milhões para Alagoas.

Apesar da força dessas matrizes que foram citadas, também temos uma grande fonte de energia produzida a partir do gás natural, onde nós produzimos cerca de dois milhões e meio de m³ por dia, bem como as energias solar e eólica.

4) Quais setores são estratégicos para o desenvolvimento industrial de Alagoas?

Estamos trabalhando com quatro áreas que são estratégicas para o nosso Estado. O setor sucroenergético é um dos mais importantes, tendo em vista as 100 mil pessoas que ele emprega atualmente. Outro setor que merece ser citado é o metal-mecânico e naval, com destaque para a instalação da Jaraguá Equipamentos.

A indústria foi a responsável pela produção dos dezoito fornos da refinaria Abreu e Lima, no Porto de Suape, em Pernambuco. Com esse contrato nós entramos no primeiro mundo no que se diz respeito a

desenvolver produtos, peças e equipamentos em grandes escalas.

5) Pode-se afirmar que o setor metal-mecânico é uma cadeia que está sendo implantada no Estado?

Posso afirmar que sim. Com o Estaleiro Eisa, que teve sua licença prévia de instalação liberada, e com a Ferrostaal Tomé Engenharia, um consórcio que emprega aproximadamente duas mil pessoas e que produz módulos para a Petrobrás utilizar no Pré-Sal, essa Cadeia será consolidada e ampliada.

6) Em relação aos últimos investimentos em infraestrutura, como isso tem beneficiado o crescimento do setor industrial?

Quando assumi a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, em 2007, a primeira coisa que nós fizemos foi requalificar o Polo Luiz Cavalcante, onde foram investidos cerca de R$ 6 milhões de reais, tornando-o apto a receber as melhores indústrias do País. Em seguida, nós não só construímos como também modernizamos a parte anterior do então Polo Cloro Químico e hoje Polo José Aprígio Vilela, localizado no município de Marechal Deodoro. Foram adquiridos mais de três milhões de m² de área e foi a partir daí que várias empresas começaram a se instalar. Também passamos a cuidar das rodovias alagoanas. Hoje, mais indústrias tem chegado ao interior do Estado, como Arapiraca e Palmeira dos Índios, exatamente porque em parceira com outras secretarias, como a Seinfra, nós cuidamos de toda essa infraestrutura logística.

> *Hoje, mais indústrias tem chegado ao interior do Estado [...]*

7) Algum empreendimento optou por se instalar em Alagoas por conta dessa visão do Governo?

A Mineradora Vale Verde só está se instalando em Alagoas porque nós nos preocupamos com dois elementos estruturais imprescindíveis, que foi a questão da energia, onde conseguimos junto ao Governo Federal uma nova subestação para atender a demanda, bem como a viabilização de uma adutora na região Agreste para suprir o abastecimento de água. Podemos dizer que nosso Governo fez o dever de casa no quesito infraestrutura, investindo pesadamente no setor.

8) No tocante a qualificação da mão de obra, o que vem sendo realizado no Estado?

O Estado de Alagoas, por meio da Seplande e da Secretaria do Trabalho, está atento à necessidade de uma mão de obra ainda mais qualificada. Por conta disso é que nós formalizamos um convênio com o Sebrae, com o setor produtivo local e com a Federação das Indústrias para a criação do Ntplás no Polo Luiz Cavalcante. O espaço é um Núcleo do Plástico equipado e funciona como uma escola do setor, onde todos aqueles empresários da CPQP podem treinar e qualificar seus empregados.

> *O desenvolvimento em Alagoas ressurgiu com a chegada do governo atual.*

9) Como o senhor avalia o desenvolvimento industrial de Alagoas na última década?

Depois de vinte anos quase que paralisado, o desenvolvimento em Alagoas ressurgiu com a chegada do governo atual, em 2007. Nós estávamos à margem de todo o Brasil no que se refere ao desenvolvimento industrial e esse Governo percebeu que para gerar renda, emprego e impostos, era preciso atrair investidores. O resultado disso tudo são as 79 indústrias já instaladas no Estado e cerca de mais 11 que ainda vão vir até o fim de 2014, totalizando um investimento na ordem de R$ 7 bilhões. Esses números só consolidam Alagoas como um Polo Industrial muito importante para o a região Nordeste do Brasil.

10) E para o Sertão alagoano que passou por uma forte seca no último ano, o que o Governo Teotonio Vilela preparou?

Dois grandes acontecimentos ocorreram no Sertão alagoano. Um deles foi a construção do Canal do Sertão, que foi pensado há mais de 20 anos, mas que só foi viabilizado de fato durante o governo Teotonio Vilela Filho e já está mudando a vida do sertanejo. Nesse momento, nós temos 65 km prontos, mas até o fim de 2014 nós teremos 87 km concluídos. Quando o Canal chegar à Arapiraca, atingindo os seus 250 km de extensão, o Sertão e o Agreste terão água em abundância. Água essa que não será só para o consumo, como também para o

desenvolvimento da agricultura familiar, auxiliando na inclusão produtiva.

11) Quais as estimativas de novas empresas entrantes no Estado para os próximos anos? Quais novos empreendimentos já foram anunciados?

Além dos 79 empreendimentos industriais, o Estado recebeu nos últimos seis anos e meio 35 empreendimentos comerciais de grande porte, como supermercados, casas de material de construção e shoppings centers. Também tivemos 20 novos hotéis instalados, além de 8 ou 10 projetos para novos empreendimentos dessa natureza.

> *"Hoje o empresário vem ao Estado, porque quem aqui está diz que é um grande lugar para se investir."*

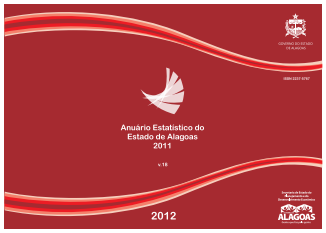
Eu diria que Alagoas não corre riscos de perder investimentos, seja na área industrial, na área comercial ou hoteleira, pois o Governo criou todas as condições de infraestrutura, de recursos humanos e de logística. E o principal para essa realidade é que Alagoas passou a ter credibilidade no mercado, o que antes não existia, e tudo isso graças ao trabalho implantado pelo governador Teotonio Vilela Filho nos últimos seis anos e meio.

Hoje o empresário vem ao Estado, porque quem aqui está diz que é um grande lugar para se investir. É dito que os contratos são respeitados, a burocracia é a menor possível, além da grande política de incentivos fiscais e tem, evidentemente, um governo profissionalizado. Com isso, é claro que os investimentos chegarão aqui naturalmente. Agora, é preciso que os futuros governantes deem continuidade a esse trabalho na área do desenvolvimento econômico para que o nosso Estado continue no caminho da industrialização.

CONHEÇA NOSSAS PUBLICAÇÕES

Alagoas em Mapas

Publicação que reúne um conjunto de mapas sobre o Estado e seus municípios, que contempla diversos aspectos das áreas de demografia, caracterização territorial, indicadores sociais e econômicos, infraestrutura, além de uma composição de imagens anáglifas para visualização em 3D.

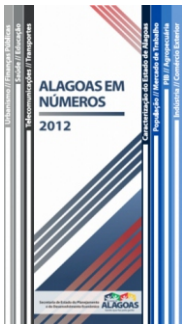


Anuário Estatístico do Estado de Alagoas

Publicação que reúne um conjunto de dados estatísticos do Estado e dos municípios de Alagoas nas áreas da educação, saúde, saneamento, segurança pública, eleitorado, mercado de trabalho, atividades agropecuárias, atividades industriais, serviços, finanças, comércio de mercadorias, instituições financeiras, dentre outros.

Resenha Estatística do Estado de Alagoas

Publicação que reúne um conjunto resumido dos principais dados estatísticos do Estado de Alagoas nas áreas da educação, saúde, saneamento, segurança pública, eleitorado, mercado de trabalho, atividades agropecuárias, atividades industriais, serviços, finanças, comércio de mercadorias, instituições financeiras, dentre outros.



Alagoas em Números

O Alagoas em Números é uma publicação anual elaborada pela SEPLANDE com o intuito de disponibilizar à sociedade, informações referentes à realidade socioeconômica Alagoana. Através da 1ª edição do Alagoas em Números, a SEPLANDE apresenta um panorama do cenário do Estado de Alagoas em 2011, trazendo uma coletânea de dados referentes às dimensões fisiográfica, demográfica, desenvolvimento humano, infra-estrutura, desenvolvimento econômico e finanças públicas, constituindo-se em uma grande fonte de consulta para a sociedade.

Contas Regionais do Estado de Alagoas

Publicação que divulga os resultados do Produto Interno Bruto do Estado de Alagoas bem como a análise das informações desagregadas por segmentos e atividades econômicas, baseado em metodologia nacional e comparável com as demais Unidades da Federação.

Produto Interno Bruto dos Municípios Alagoanos

Publicação que divulga os resultados do Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado de Alagoas bem como a análise das informações desagregadas por segmentos e atividades econômicas, baseado em metodologia nacional e comparável com as demais Unidades da Federação.

CONHEÇA NOSSAS PUBLICAÇÕES

Perfil Municipal

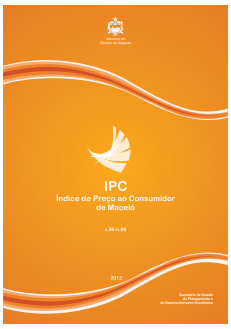
O Perfil Municipal é uma publicação que reúne as principais informações e indicadores sobre a realidade dos municípios alagoanos. A publicação inclui dados sobre a caracterização geográfica, aspectos demográficos, econômicos, sociais, políticos e da infraestrutura existente em cada município do estado de Alagoas, com dados atualizados anualmente.

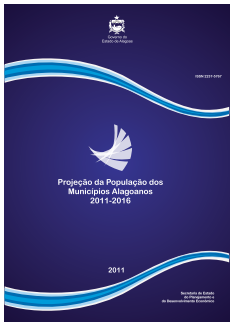
Agropecuária dos Municípios Alagoanos

Publicação que permite ao leitor conhecer a situação da agricultura e da pecuária de toda Alagoas. Aqui é possível encontrar informações relativas à área plantada e colhida, quantidade produzida e valor da produção dos bens de consumo agrícolas no estado; além do efetivo pecuário e dos produtos de origem animal. A publicação leva em consideração o total de municípios alagoanos e é realizado num período anual desde 2004.

IPC - Índice de Preço do Consumidor de Maceió

Publicação que apresenta os resultados do Índice de Preços ao Consumidor de Maceió - IPC, índice que calcula a variação de preços de uma cesta de bens e serviços consumidos pela população na área urbana de Maceió, compreendendo a faixa de renda de um a oito salários mínimos.





Projeção da População dos Municípios Alagoanos

Publicação que apresenta as estimativas da população do Estado e dos municípios de Alagoas, contendo informações são disponíveis por localização e gênero.

Todas as publicações estão disponíveis no Portal Alagoas em Dados e Informações, na seção Publicações.

Conheça o Portal ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES

O portal Alagoas em Dados e Informações é uma plataforma intertiva de acesso útil, rápido e fácil para consulta e utilização de dados e informações socioeconômicas de Alagoas.

Pensando em você que deseja conhecer mais sobre a Economia e a Sociedade do Estado de Alagoas, de uma maneira confiável e segura, fazemos este convite para navegar por este instrumento interativo de informação e conhecimento.

Conheça o Portal Alagoas em Dados e Informações: Alagoas num só lugar, em todo lugar.

ACESSE: http://informacao.seplande.al.gov.br

NORMAS PARA ENVIO DE ARTIGOS CIENTIFICOS E NOTAS TÉCNICAS

01. Áreas Temáticas

Os artigos devem ser escritos de acordo com as seguintes áreas temáticas:

- Os três Setores econômicos (indústria, serviços e agropecuária) e suas subdivisões;
- Desenvolvimento regional, Territorial e Meio ambiente;
- Setor Público.

02. Padrão para envio de notas técnicas:

- Os arquivos para submissão deverão estar em formato Microsoft Word (.doc ou .docx),
- OpenOffice (.odt) ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB);
- A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo e das suas propriedades, garantindo desta forma o critério de sigilo do processo de submissão para a publicação;
- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaçamento de 1,5 cm, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 7 e mínimo de 4 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Duas cópias do trabalho, sendo uma com Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone; e outra cópia anônima;
- Arquivos editados exclusivamente nos formatos acima, que devem ser enviados à Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (Sinc), através da Chamada de Trabalhos do Portal Alagoas em Dados e Informações, podendo ser acessada através do link: http://migre.me/fFS6R
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (em formato de planilha eletrônica – Excel (.xls ou .xlsx) ou openoffice calc (.ods) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem sequencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na sequência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1 cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.03.

03. Padrão para envio de artigos científicos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Os arquivos para submissão deverão estar em formato Microsoft Word (.doc ou .docx),
- OpenOffice (.odt) ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB);
- A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo e das suas propriedades, garantindo desta forma o critério de sigilo do processo de submissão para a publicação;
- Formato A4, espaçamento de 1,5 cm, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 12 e mínimo de 9 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Duas cópias do trabalho, sendo uma com Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone; e outra cópia anônima;
- Arquivos editados exclusivamente nos formatos acima, que devem ser enviados à Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (Sinc), através da Chamada de Trabalhos do Portal Alagoas em Dados e Informações, podendo ser acessada através do link: http://migre.me/fFS6R
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (em formato de planilha eletrônica – Excel .xls;.xlsx ou openoffice calc .ods) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem sequencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na sequência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1 cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Secretaria de Estado do
Planejamento e do
Desenvolvimento Econômico

GOVERNO DE
ALAGOAS
Gente que faz pela gente